



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA – UNILAB

INSTITUTO DE HUMANIDADE E LETRAS – IHL CURSO DE BACHARELADO
INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

CELESTE SILVIA VUAP MMENDE

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR
DA REPÚBLICA DE GUINÉ-BISSAU

REDENÇÃO, 2017.

CELESTE SILVIA VUAP MMENDE

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR
DA REPÚBLICA DE GUINÉ-BISSAU

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades. Orientador: Prof. Dr. Bas'Ílele Malomalo

REDENÇÃO, 2017.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Mmende, Celeste Silvia Vuap.

Mlp

Partição das Mulheres na Assembleia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau / Celeste Silvia Vuap Mmende. - Redenção, 2017.

107f: il.

Monografia - Curso de Humanidades, Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2017.

Orientador: Profº Drº Bas'Ilele Malomalo.

1. Guiné-Bissau. 2. Guiné-Bissau - Assembleia nacional popular. 3. Gênero. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 966.57

CELESTE SILVIA VUAP MMENDE

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR
DA REPÚBLICA DE GUINÉ-BISSAU

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Curso de Bacharelado Interdisciplinar em
Ciências Humanas do Instituto de
Humanidades e Letras da Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-
brasileira, como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em
Humanidades. Orientador: Prof. Dr.
Bas'Ílele Malomalo

Aprovado em ____/ ____/ ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bas'Ílele Malomalo (Orientador)

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Profª. Dra. Marina Pereira de Almeida Mello (Examinadora)

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho (Examinador)

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

AGRADECIMENTOS

Após tantos obstáculos, enfrentados ao longo desta caminhada, com força de vontade, perseverança, mesmo com as dificuldades, consegui dar o primeiro passo na minha vida acadêmica. Para que tudo isso acontecesse, alguns envolvidos me ajudaram, e assim deixo os meus agradecimentos. Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela vida e saúde que me concedeu durante todo o percurso da construção deste trabalho. Também agradeço aos meus pais Vuap M`mende e N`djom Cumatha Tamba, as pessoas mais importantes da minha vida, às minhas tias, em especial, Maria Clode e Bichigue Tambá; aos meus irmãos e minhas irmãs, pessoas que eu considero amigas. Em especial ao meu irmão Mario Vuap M´mende, ao meu primo Buon e à minha irmã Gina, por terem acreditado em meu potencial e às amigas da minha vida e todas as outras pessoas cujos nomes não citei, mas que nunca ficaram de fora do processo de construção da minha formação acadêmica. Ao meu professor Dr. Bas’Ilele Malomalo, por ter aceitado me orientar, pela sua paciência, ânimo e empenho durante todo o processo de concretização do trabalho, quando, apesar da distância, sempre procurou estar presente para me orientar, com seu rigor científico e consistente na produção do trabalho. A todas as pessoas e colegas de diferentes turmas que compartilharam momentos de alegrias e superação, no decorrer do curso. A todas as pessoas que contribuíram para meu sucesso e para meu crescimento como pessoa. Sou o resultado da confiança e da força de cada um de vocês!

RESUMO

Este trabalho faz parte dos estudos de gênero em África, especificamente na Guiné-Bissau. Tem por objetivos: compreender as desigualdades que afetam as mulheres na política africana; analisar a história das mulheres que atuam na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau: as funções que elas exercem; a importância da sua presença quanto ao combate e superação da violência contra as mulheres; investigar as ações do governo guineense em relação a essa situação de desigualdade que afeta as mulheres, entre 2014-2015. Para a coleta de dados, faz uso da metodologia interdisciplinar, combinando a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, diferenciando-se, pela valorização de uma literatura sobre gênero que leva em conta os debates internacionais, africanos e, mais particularmente, guineenses. Além disso, a pesquisa documental foca nos materiais que ainda não receberam o tratamento analítico: matérias das mídias sociais, vídeos, sites relativos ao tema da nossa pesquisa. O trabalho revela que as mulheres guineenses participaram na luta de libertação nacional, mas pouco participam nas instâncias de tomadas de decisões de importância nacional, tendo em conta sua sub-representação na Assembleia Nacional Popular.

Palavras-chave: gênero, Guiné-Bissau, Assembleia Nacional Popular, participação.

ABSTRACT

This work is part of the gender studies in Africa, specifically in Guinea-Bissau. Its objectives are: to understand the inequalities that affect women in African politics; to analyze the history of the women who work in the Popular National Assembly of Guinea-Bissau: the functions they carry out; the importance of their presence in combating and overcoming violence against women; to investigate the actions of the Guinean government in relation to this situation of inequality that affects women between 2014-2015. In order to collect data, we make use of interdisciplinary methodology, combining bibliographical research and documentary research, differentiating itself by valuing a literature on gender that takes into account international, African and, more particularly, Guinean debates. In addition, the documentary research focuses on materials that have not yet received the analytical treatment: social media materials, videos, sites related to the subject of our research. The study reveals that Guinean women participated in the national liberation struggle, but do not participate in the instances of decision-making of national importance, taking into account their under-representation in the Popular National Assembly.

Keywords: gender, Guinea-Bissau, Popular National Assembly, participation.

LISTA DE SIGLAS

AMAE -Associação das Mulheres com Atividades Econômicas
ANP-Assembleia Nacional Popular
APALCOF- Associação das Produtoras Agrícolas para a Luta Contra a Fome;
CEDEAO-Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
DNARP II- Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução de Pobreza
CRB- Constituição da República da Guiné-Bissau
FLING- Frente para Libertação e Independência da Guiné-Bissau
CNPN- Comité Nacional para o Abandono das Práticas Nefastas;
IBAD – Intelectuais Balanta na Diáspora
INEP - Instituto Nacional de Estatística
MOE UE-Missão de Observação Eleitoral da União Europeia
NWMC- Conselho Nacional das Mulheres Trabalhadoras
ONTG-CS Organização Nacional dos Trabalhadores Guineenses
ONU-Organização das Nações Unidas
PAIGC- Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde
PAPNUPA- Presidente das Assembleias Nacionais Parlamentares da União Parlamentar Africana
PIB-Produto Interno Bruto
PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPM- Plataforma Política das Mulheres
PRS- Partido da Renovação Social da União Europeia
REMSECAO- Rede das Mulheres, Paz e Segurança no Espaço (CEDEAO)
RENLUV-Rede Nacional de Luta contra Violência Baseada no Gênero e na Criança
UDEMU- União das Mulheres da Guiné e Cabo Verde
UM- União para Mudança
UIP –Unión Interparlamentaria

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO/	9
CAPÍTULO I: ADMINISTRAÇÃO, FORMAS DE GOVERNOS E DEMOCRACIA/	11
1.1. Administração, poder, política e Estado-nação/	12
1.2. Formas de governos democráticos/	23
1.3. República, Estado-nação e democracia /	29
CAPÍTULO II: ESTUDO DE GÊNERO E POLÍTICA FEMINISTA/	37
2.1. Estudos de gênero e de mulheres/	37
2.2. Gênero, poder e política/	41
CAPITULO III: DESIGUALDADE DE GÊNEROS NOS PARLAMENTOS/	50
3.1. Debate sobre a equidade de gênero nas Conferências da ONU/	50
3.2. Dados sobre a participação de mulheres nos parlamentos no mundo/	52
3.3. Desigualdade, igualdade e equidade de gênero na política/	61
CAPÍTULO IV: REPÚBLICA DA GUINÉ BISSAU E POLÍTICA DE IGUALDADE DE GÊNERO/	65
4.1. República da Guiné Bissau/	65
4.2. Questão de gênero na Guiné Bissau/	73
CAPITULO V: PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA ASSEMBLEIA POPULAR DA REPÚBLICA DA GUINÉ BISSAU/	82
5.1. Mulheres guineenses nas eleições parlamentares/	82
5.2. Papel das deputadas guineenses na ANP e no desenvolvimento da nação/	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS/	100
REFERÊNCIAS/	103
Bibliografia/	103
Documentos consultados/	106
Sites consultados/	106

INTRODUÇÃO

Tendo em conta os dados que o Instituto Nacional de Estatística (INEP, 2016) apresenta sobre a população da Guiné-Bissau, nos anos de 2014 e 2015, metade da população do país era composta por mulheres: a população feminina, em 2014, era de 773.470 pessoas e a população masculina, de 730.98; em 2015, este número aumentou para 780.554, num total de 1.530 673 habitantes. Outra coisa que não pode ser esquecida é do esforço de Ernestina Sila, conhecida por Titina Sila Teodora Inácia Canha na Ntungue, entre outras que, durante a luta de libertação do país, contribuíram com seus esforços na luta, e foram muito influentes no desempenho das suas atividades.

“A presença feminina na tomada de decisão, na esfera política da Guiné Bissau, tem sido pouco verificada, desde que terminou a luta armada contra os colonizadores. As mulheres foram se afastando e delimitadas à esfera privada, enquanto os homens se encarregavam de cuidar da economia, política e tomada da decisão social” (RELATÓRIO LG, 2012, p. 38- 39). Segundo o relatório da UIP (2015), a presença feminina é muito importante para o desenvolvimento sustentável em todos os países, porém, o que se percebe é a sua ausência no poder na Guiné Bissau.

A relevância deste trabalho pode ser considerada irrefutável para a sociedade acadêmica, por servir como meio para o estudo da nova forma de inclusão das mulheres nos espaços de tomada de decisão.

Sendo assim, a nossa hipótese sobre o referido assunto presume os seguintes pontos: a) pressupomos que as mulheres sofrem preconceito e discriminação por parte dos homens, por isso há poucas mulheres no parlamento; b) pressupomos que às mulheres não foram dadas as oportunidades para participarem na tomada de decisão; c) pressupomos que as mulheres não se sentem motivadas para participar da vida política do país.

A nossa preocupação é tentar entender com exatidão o problema do pouco número de mulheres no exercício das funções do Estado, de 2014 a 2015. Nesse sentido o trabalho tem por objetivo geral compreender a desigualdade que afetam as mulheres na política africana; e objetivos específicos: analisar a história das mulheres que atuam na assembleia nacional popular da Guiné-Bissau: as funções que elas exercem; a importância da sua presença quanto ao combate e superação da violência contra as mulheres; investigar as

ações do governo guineense em relação a essa situação de desigualdade que afeta as mulheres entre 2014-2015.

A partir deste pressuposto, levantamos a seguintes questões nesta investigação: o que está na origem da pouca participação das mulheres no

exercício das funções parlamentares da Guiné-Bissau? Será que a mulher tem oportunidade de participar do parlamento da Guiné-Bissau? Será que tal participação poderia contribuir para mudanças no país?

A metodologia desta pesquisa fundamenta-se na pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Para coletar os dados, o nosso trabalho combina ambas. A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2008), é desenvolvida com base em materiais já elaborados, constituídos principalmente de livros e artigos científicos. No caso da nossa pesquisa, trabalhamos bibliograficamente com a *Dominação masculina* de Pierre Bourdieu (2012), *A introdução ao gênero* de Maria Heirlbom (1995), *Profil genre plays: Guinee-Bissau* (2015) elaborada pelo Groupe de la Banque Africaine de Développement, Eunice Macedo et al (2007), Aurora da Fonseca (2007), Joan Scott (1989).

A pesquisa documental, segundo Gil (2008), é muito parecida com a bibliográfica. Porém, a diferença está na natureza das fontes, pois a documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de ‘primeira mão’ (documentos de arquivos), igrejas, sindicatos, instituições, de mídias sociais, existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas e tabelas. No nosso caso, trabalharemos com as informações produzidas sobre as parlamentares, através dos documentos de DENARP II 2011, documento do UIP 2014-2015, informações retiradas da página de Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau.

Os nossos dados são analisados e interpretados de forma conjunta, onde a análise foi feita durante a fase de coleta. Nesta parte, trabalhamos com o método hermenêutico-dialético de Romeu Gomes (1994). Neste método, as nossas análises, qualitativas e quantitativas, são tratadas em termos de conteúdo, discurso ou linguagem.

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos: o primeiro capítulo apresenta os conceitos básicos que dão suporte à nossa pesquisa. Nesta unidade, abordamos quatro conceitos: política, administração, poder e política. Além deles,

tratamos das formas de governos democráticos: o governo presidencial, o semi-presidencial e o governo parlamentar. Em uma outra etapa, tratamos da república, estado-nação e democracia. O segundo capítulo trata de gênero e a política parlamentar. Aqui, partimos para os estudos de gênero, enfocando a relação entre mulheres, poder e política; o terceiro capítulo, por sua vez, trata da desigualdade de gênero nos parlamentos, construindo, ainda, um debate sobre a equidade de gênero nas conferências da ONU, os dados sobre a participação de mulheres nos parlamentos no mundo e a desigualdade, igualdade e equidade de gênero na política; o quarto capítulo trata da república da Guiné-Bissau e a temática de igualdade de gênero, trazendo à tona a questão da república da Guiné Bissau no aspecto específico da questão de gênero. O quinto capítulo trata da participação de mulheres na Assembleia Nacional Popular da república da Guiné-Bissau, dando destaque às mulheres nas eleições parlamentares e o papel das deputadas guineenses na ANP e no desenvolvimento da nação.

A última parte desta pesquisa refere-se à conclusão completa da pesquisa e à listagem das referências que foram usadas para encontrar as respostas para o que nos propusemos a investigar. Passemos ao primeiro capítulo.

CAPÍTULO I

ADMINISTRAÇÃO, FORMAS DE GOVERNOS E DEMOCRACIA

O primeiro capítulo do nosso trabalho aborda questões conceituais, destacando-se a relação entre administração, poder, política e Estado-nação, formas de governos democráticos e república, estado-nação e democracia. Tudo isso é para nos ambientar para a aproximação dos dois de temas desta pesquisa: política e gênero na República da Guiné-Bissau.

1.1. Administração, poder, política e Estado-nação

Lucinda Pimental Gomes (2005) afirma que, historicamente, a administração foi empregada primeiramente na Suméria e, em seguida, na China, no ano 500 a.C. Estes países implementaram um sistema no império para a constituição e controle das atividades. Os oito regulamentos e a administração pública de confisco exemplificam a tentativa chinesa de definir regras e princípios, ao passo que, na Suméria, foi aplicado pelo povo, porque naquela época o país já procurava melhorar a sua maneira de resolver os problemas práticos, exercendo, assim, a arte de administrar.

Com efeito, para Lucinda Pimental Gomes (2005), a administração moderna surgiu com a revolução industrial, como meio de responder à desorganização das empresas, que passaram a exigir uma administração científica, capaz de substituir o empirismo e a improvisação e com a necessidade de maior eficiência e produtividade das empresas, para fazer face à intensa concorrência e competição no mercado.

Administrar, na perspectiva da pesquisadora, é o ato de planejar, comandar, organizar, controlar e coordenar o andamento das atividades exercidas pelas instituições e seus agentes, dentro do tempo planejado pela instituição. Os cinco elementos mencionados acima permitem a execução das tarefas propostas com eficiência e eficácia, na produção dos resultados esperados pela instituição, dentro do tempo determinado, também influencia muito no desenvolvimento das atividades traçadas e ajuda os administradores a cumprirem as suas tarefas.

Segundo Lucinda Pimental Gomes (2005), a administração consiste na melhor forma pela qual as pessoas organizam as suas atividades, seja elas das empresas, do governo ou do Estado, afim de alcançar os objetivos traçados com eficiência e eficácia.

Por outro lado, Max Weber (2012) entende administração como forma de dominação. Administração, portanto, precisa ser entregue nas mãos de um dominador que, por sua vez, é visto como a pessoa que está a serviço dos dominados, isto é, a serviço da população, de uma empresa e de um determinado grupo, sendo considerada por estes elementos acima mencionados como tal e ele se sente responsável perante eles, o administrador pode se configurar na pessoa do Estado ou dos chefes das empresas, entre outros. Este tipo de administração chama-se administração diretamente democrática e é considerada democrática por dois motivos, primeiro porque se baseia no pressuposto da qualificação igual, em princípio, de todos, para a direção dos assuntos comuns e, segundo, porque visa minimizar a extensão do poder de mando.

Para Weber (2012), as funções mais importantes, tais como a decisão material, são exercidas pelos membros da organização, enquanto que os funcionários se responsabilizam pela preparação e execução das decisões ou pela administração dos assuntos correntes, de acordo com as disposições da assembleia dos membros. Este tipo de esquemas é seguido por muitas organizações, comunidades políticas, em certo grau, ainda hoje, pelo menos, são vistas, em princípio, na Suíça e nos Estados Unidos e em muitas outras formações semelhantes. Para a execução desta administração, é preciso levar em conta cinco pontos importantes: limitação do local, limitação dos números de participantes, pouca diferenciação social, tarefas administrativas simples e desenvolvimento da competência de avaliação quanto a objetivos, meios e fins.

A divisão desigual de funções permitiu a um grupo ter mais acesso à economia em relação aos outros. Nesta ótica, o autor considera que a democracia direta é instável, na medida em que se resume a privilegiar um certo grupo dos indivíduos com funções diferenciadas das outras. Os poderes são distribuídos de forma igualitária, para os membros de organização e minimizados para os funcionários. O acesso ao poder e disponibilidade de tempo é obtido pelos membros da organização, isso permitiu que eles passassem a serem honrados. Esta honra é entendida por Weber como dominação honrada específica, ou seja, a pessoa consegue ter acesso a ela através da sua condução de vida. Trata-se daquele tipo de dominação de caráter econômico, em que uma pessoa possui a renda por estar exercendo pouco trabalho, o que o habilita a fazer mais que uma função administrativa e pública, fato que acaba contribuindo para o seu crescimento econômico, permitindo-lhe alcançar o prestígio social e a honra estamental.

Para o autor, esta honra estamental se dá dentro da comunidade local e é antiga, da época em que o conhecimento dos assuntos administrativos se dava por empirismo, com as suas normas decorrentes da tradição. Neste caso, os anciãos eram pessoas *honoratior* por natureza (portadores de honra específica vinculada à condução da vida), este prestígio lhes era dado com base em sua idade, experiência, sabedoria, conhecimento da tradição e seu parecer, sua ratificação posterior no tocante às questões públicas permitia-lhes e garantia-lhes a correção das decisões dos membros da comunidade diante dos poderes celestes. Assim, eles constituíam a arbitragem mais eficaz em casos litigiosos, o que era possível porque a ação social desta comunidade era orientada por atitudes tradicionais, isto é, pela convenção, pelo direito consuetudinário e pelo direito sagrado.

Em sentido oposto, a administração moderna é aquela que trabalha com os documentos, sejam eles originais ou rascunhos que são guardados pelos funcionários subalternos ou escrivães de toda espécie. Toda organização administrativa moderna separa, por princípio, o escritório da moradia privada e os recursos monetários e outros meios oficiais da propriedade privada do funcionário e os funcionários trabalham em escritório, este sistema está estendido atualmente às empresas públicas, empresas de economia privada até ao empresário dirigente. Tanto escritório como residência, correspondência comercial e privada, patrimônio da empresa e privado estão, em princípio, separados. O funcionário atual pode ser qualificado através da sua primeira atuação como primeiro funcionário de sua empresa, do mesmo modo que o soberano de um Estado moderno especificamente burocrático referia-se a si como primeiro servidor deste. O cargo é profissional. Esta situação foi resultado de um longo desenvolvimento.

Todos os tipos de dominação são causados pela alienação dos dominados, a própria sociedade elege democraticamente os seus dominadores para que exerçam esta função por um período determinado, administração de massa é diferente em sociedade de maior população e as menores estão baseadas em relação de vizinhança ou pessoal.

Conforme Idalberto Chivenato (2004), a palavra administração vem do latim, dividida em ‘ad’ que se refere a direção, tendência, fim e ‘ministrar’ que se refere a subordinação ou obediência. Portanto, administração significa ato de realizar uma função, um serviço, sob um comando de uma pessoa e está sempre ligada ao controle. Administrar, nos dias de hoje, significa fazer a leitura dos objetivos propostos pelas

instituições de empresas e transformá-los em ação organizacional, partindo da organização direção e controle através do esforço de todos, realizado em todas as áreas e em todos os níveis da organização, a fim de alcançar os objetivos propostos da maneira mais adequada à situação.

A administração é um ato de planejar, organizar, dirigir e controlar a governabilidade e a gestão da empresa. Administrar é trabalhar em conjunto com outras pessoas para alcançar os objetivos da organização e de seus membros, administração é a tomada de decisão sobre recursos disponíveis, trabalhando com e através de pessoas para atingir objetivos. É o gerenciamento de uma organização, levando em conta as informações fornecidas por outros profissionais e, também, pensando previamente nas consequências de suas decisões (CHAVINATO, 2004)

“A administração constitui uma importante atividade em nossa sociedade pluralista que se baseia no esforço cooperativo do homem por meio das organizações, ela tem a tarefa de fazer as coisas por meio das pessoas, com os melhores resultados. Em qualquer tipo de organização busca-se alcance de determinado objetivo com eficiência e eficácia, ela dirige o esforço dos grupos organizados.”(CHAVINATO, 2004, p. 15).

Atualmente a administração é empregada em todos os espaços institucionais, como nas empresas industriais e em todo tipo de organização humana, incluindo também o intercambio industrial entre a organizações humana e seus ambientes. Ela é considerada como elemento indispensável na sociedade moderna, sendo uma sociedade na qual existem as organizações com complexidade e interdependência das organizações; ela é um elemento crucial, elemento chave para melhoria de vida e solução dos problemas mais complexos que afligem a humanidade de hoje.

Os três autores concordaram nas suas análises sobre a administração, nas suas percepções. A administração consiste na melhor forma de organização para alcançar os objetivos traçados por uma instituição, contando com a colaboração dos próprios administradores e dos subordinados que trabalham numa mesma linha de orientação proposto pela instituição ou empresa, a fim de chegar à meta traçada a ser alcançada. De todos as três, a concepção de administração de Weber é a que mais nos interessa, por que o nosso trabalho está tratando de administração do Estado.

Por outro lado, começamos a abordar o conceito de ‘poder’, um dos conceitos ligados à nossa pesquisa. Para Albuquerque (1995), o poder, em Foucault, é o conjunto de forças materiais que se concentram no centro da sociedade e se irradiam de forma intermitente

em direção à periferia, mediante espasmos que se desencadeiam para submeter os bons súditos e esmagar os insubmissos; funciona negativamente, por confisco e coleta; uma concepção do poder como relação assimétrica entre indivíduos, entre grupos, que se irradia da periferia para o centro, de baixo para cima, que se exerce permanentemente, dando sustentação à autoridade e que funciona positivamente, dando sustentação à autoridade e também dinamizando, incrementando as forças e recursos existentes.

“O poder nacional é a capacidade de que nação dedica, dispõe para conquistar e manter seus objetivos, no sentido do pessoal, poder é a capacidade que uma pessoa tem de conseguir alcançar os seus objetivos, ou obter algo de outra pessoa ou grupo de pessoas.” (FOUCAULT, 1995, p.106).

Para Foucault, o poder age ou irradia-se de baixo para cima, sustentando as instâncias de autoridade, ele incentiva e faz produzir a obediência. Quanto mais alto seja a hierarquia de poder, menor a autonomia do indivíduo para alterar as redes do poder na sociedade. Neste sentido, a ação individual dos chefes do governo é menos decisiva do que a do mestre-escola. Foi por isso que todos os estados modernos forjaram suas nações através da instrução pública e não através da vontade do rei.

A capacidade de atuação de um chefe de governo pode ser positiva ou negativa, dependendo de sua relação com as lideranças políticas. Estas, por sua vez, têm seu raio de ação traçado de acordo com as relações entre partidos e lideranças, que dependem do seu sistema eleitoral. Os acordos do governo com as lideranças deixam de se cumprir, não apenas porque as lideranças preferem trair, mas porque os partidos não seguem as lideranças, porque seria irracional não punir a irresponsabilidade política e, assim, o sistema eleitoral obriga o eleitor a dar um cheque em branco ao eleito.

Por outro lado, Norberto Bobbio (2012) compreende o poder como autonomia exercida na relação entre dois sujeitos, aquele que manda e aquele que obedece, ou relação produzida entre o governante e o governado. Ele percebeu três tipos de poder na sociedade, os quais podem ser chamados de poder ideológico, econômico e político, estes também conhecidos como substancialista, subjetivista e racionalista. Este último tipo de poder é aquele mais percebido pela sociedade e mais utilizado no campo político, constitui atualmente a interpretação filosófica mais aceita. E é este poder que é objeto desta pesquisa.

O poder econômico, na perspectiva de Bobbio (2012), é aquele que se vale da posse de certos bens, necessários ou percebidos como tal, numa situação de escassez, para

induzir os que não o possuem a adotar uma certa conduta consistente, principalmente na hora de execução de trabalho útil. O poder aqui reside nas mãos dos detentores dos meios econômicos; o poder ideológico é o poder exercido pelas doutrinas religiosas, cientistas, sociedades tradicionais, pelos intelectuais etc. Este tipo de poder induz um indivíduo a aderir à prática de uma concepção ou abraçar uma ideologia. Por último, o poder político e absoluto, é diferente dos dois poderes acima referidos, a sua missão consiste em voltar a garantir a ordem dentro do país, defendê-lo dos ataques externos ou impedir que o país seja desagregado por ataques internos. Este tipo de poder é considerado legítimo, tem a autoridade para aplicar as sanções a qualquer sociedade que desobedeça as leis propostas; consegue fazer com que a sua proposta, que a sua ordem seja cumprida pelas pessoas que o legitimaram por escolha, através do diálogo ou uso de força. Os três poderes aparecem em três subsistemas, a saber, a organização das forças produtivas, a organização do consenso e organização do poder coercivo.

Diferentemente de Bobbio (2012), o poder, para Weber (2012), compreende genericamente o poder como a possibilidade de uma pessoa ou grupo de pessoa impor numa ação social a sua própria vontade, mesmo que esta vontade vá contra a vontade do outro, por outras palavras, contra a posição de outros participantes desta mesma organização da qual faz parte. O poder alcançado através do meio econômico é muito diferente do poder em geral; ele não é buscado exclusivamente para fins econômicos, isto é, com o propósito de se tornar rico, pois o poder, também o econômico, pode ser apreciado por si mesmo e com muita frequência; o empenho por ele está também condicionado pela honra social que ele traz consigo.

O poder para aquele autor não é único fundamento da honra social, ao contrário, a honra social (prestígio) pode ser, e com muitas frequências o foi, a base de poder, também daquele de natureza econômica. O poder pode ser garantido através da ordem social, considerada como um fator adicional que possa garantir a probabilidade de uma pessoa adquirir a posse. A honra social se distribui entre os grupos típicos dos seus participantes, sua relação com a ordem jurídica é naturalmente semelhante a da ordem econômica, que naturalmente está condicionada em alto grau por ela e nela repercute. O poder é recíproco, em certo momento, os grupos que obedecem podem passar a exercer a autonomia sobre o primeiro grupo que está com poder.

O que percebemos nas concepções dos autores que abordaram o poder, nos faz entender que poder é uma forma que um indivíduo ou uma instituição possui de exercer a sua autoridade ou dominação sobre os outros. Esta concepção é muito importante para nós porque a nossa pesquisa está tratando da autoridade de um Estado que exerce o seu poder sobre a sociedade. Mas a concepção do poder que mais nos interessa aqui é de Weber, este autor aborda o poder numa perspectiva relacionada com o nosso trabalho, isto é, o tipo do poder exercido no campo político.

Por outro lado, começamos a nossa análise sobre o Estado-nação, a partir da concepção de Norberto Bobbio. Conforme ele, o Estado nasceu no momento em que as comunidades primitivas, unidas pelos laços de parentesco, foram dissolvidas e formadas as comunidades mais amplas, derivadas de uma união de vários grupos familiares por razão de sobrevivência interna (sustento) e externa a (defesa). Nesta altura, entende-se como o surgimento da nova era moderna, a passagem para a idade civil, presente nos cidadãos e civilizados (BOBBIO, 2012, p.73). Bobbio afirma:

“O Estado foi definido ao longo da tradição como protetor da *summa potestas*; e a análise do Estado se resolve quase totalmente no estudo dos diversos poderes que competem ao soberano. A teoria do Estado apoia-se sobre a teoria de três poderes, o legislativo, o executivo e o judiciário e das relações entre eles”. (BOBBIO 2012, p. 68-77).

De acordo com Bobbio (2012), Engels entende o nascimento de Estado como resultante de nascimento da apropriação da propriedade individual, esta ação que, por sua vez, provoca a divisão social do trabalho que, em seguida, impulsiona a divisão da sociedade em classe dos proprietários e em classes dos que não têm nada, portanto, o Estado nasce nesta ocasião com propósito de manter o domínio de uma classe sobre outra, recorrendo, inclusive à força para poder evitar que a sociedade já dividida caia na anarquia.

Na mesma ótica, Bobbio (2012) afirma que Max Weber viu o processo de formação de Estado moderno como um fenômeno de expropriação por parte do poder público dos meios de serviço, como as armas, fenômeno que caminha, lado a lado, com o processo de expropriação, do meio de produção possuído pelo artesão, por parte dos possuidores de capitais. Desta observação deriva a concepção weberiana, hoje tornada *cumunis opinio* do Estado moderno, definido mediante dois elementos constitutivos: a presença de aparato administrativo com função de prover a prestação do serviço público e a prestação do monopólio legítimo da força.

Nota-se que os dois autores citados por Bobbio (2012), perceberam a formação do Estado moderno como elemento resultante do processo do capitalismo. A expropriação dos meios de produção pelos grupos que possuem os capitais e o aparecimento dos aparatos administrativo, aptos para utilizar a força quando necessário.

Segundo Luiz Carlos Bresser Pereira (2016), a história da sociedade civil, Estado, Estado-nação, coalizações de classes e classes são concepções políticas que estão relacionadas com a revolução capitalista que acontece em cada país. A junção de um grupo étnico com história comum que ocupa um território, buscando se formar para constituir sua nação e assim construir o Estado-nação. O Estado-nação é a unidade político-territorial soberana formada por uma nação, um estado e um território.

Para este autor, o Estado-nação é um tipo de sociedade que caracteriza a sociedade pré-capitalista, a sociedade moderna organizada com o propósito de alcançar o desenvolvimento econômico que possa ser sua fonte principal de poder e de legitimidade. O Estado nacional é aquele que interfere ativamente na sua zona periférica, na busca pela integração de todas as partes da nação, por meio do compartilhamento dos idiomas e da cultura pelos membros deste território. Esta integração é promovida na base do fornecimento da educação pública, que é um propósito para toda a sociedade em geral “e o conceito de prática da produtividade, que é essencial para o desenvolvimento econômico. É a forma de poder territorial que se impôs nas sociedades modernas, a partir da revolução capitalista, em substituição aos feudos e principalmente aos impérios” “(BRESSER PEREIRA, 2016, p. 3).

Ainda afirma Luiz Carlos Bresser Pereira (2016) que o Estado moderno é aquela instituição bem organizada com as normas e poder de coerção, sendo também uma ordem jurídica que tem o papel fundamental de coordenar e regular toda a atividade social. Dentro deste aparelho do Estado moderno, se encontram as estruturas políticas, burocratas e militares com poder exclusivo e legislativo de legislar e tributar, o Estado tem a competência de regular a vida social, econômica e política dos membros da sociedade. Os oficiais são considerados como Estado e os cidadãos são membros do Estado-nação.

Para este autor, Estado-nação é uma entidade burocrática, constituída de poder legitimado, para manter a ordem, assegurar o bem-estar da sociedade, cuidar da economia

e território, o Estado moderno apareceu com a revolução industrial, é caracteristicamente pré-capitalista.

Por outro lado, Max Weber (2012) usa o termo comunidade política para se referir ao Estado-nação, por entender esta comunidade como aquela em que a ação social está voltada para a subordinação de um território e para a conduta das pessoas que vivem neste território, visando a dominação ordenada pelos seus participantes, por meio do uso da força física, incluindo as forças armadas. A comunidade política ou Estado-nação é caracterizada pela regulação da interação dos seus membros, a preocupação com os interesses econômicos e com a chamada da atenção para o reconhecimento da autoridade ou legitimação das relações de poder constituídas por ela, em outras palavras, a comunidade política é caracterizada pelo cultivo dos valores culturais, partilhados pelos seus membros ou habitantes, por meio do sentimento de solidariedade e unidade compartilhada.

O Estado tem, como função fundamental, o estabelecimento do direito legítimo (legislação), a proteção da segurança pessoal e da ordem pública (política), a proteção dos direitos adquiridos (justiça), o cultivo de interesses hegemônico-pedagógicos, político-sociais e outros interesses culturais (os diversos ramos de administração). Por outro lado, a proteção organizada por meios violentos, contra inimigos externos (administração militar), é uma forma de organizar o Estado que não existe no tempo primitivo das formas de regime racionais, mas sim na forma de comunidade ocasionais amorfas, ou está repartida entre a comunidade doméstica, clã, comunidade de vizinhos, comunidades com terras comunitárias ou entre associações fundiárias livres. (WEBER, 2012, p. 158).

De acordo com Weber (2012), o Estado-nação é um espaço da subordinação de um território e suas gentes, as interações, o modo de viver destas pessoas é regulado pelas forças legítimas do Estado, que também se preocupa com os interesses econômicos e cultiva os valores culturais que são partilhadas pelos membros da sociedade. E assegura os direitos das pessoas e seus bens perante às leis.

Conforme István Mészáros (2015), o Estado é uma estrutura política global de comando do sistema do capital em que qualquer uma das suas formas conhecidas ou concebíveis, sob as condições atuais, não pode ser de outra maneira. É por isso que a ordem social reprodutiva do capital é antagônica ao seu núcleo e precisa da problemática

função corretiva do Estado para transformar, num todo coeso, as partes constitutivas em conflito do sistema, na sua incurável centrifugalidade.

Para que a tomada de decisão global no processo sociometabólico seja radicalmente alterada, é necessária a eliminação da contradição fatal entre a dinâmica interna de reprodução produtiva do sistema e a tendência repressiva internacional inspirável dela, convivida na ordem social do capital, salvaguardada e defendida pelo Estado.

“O Estado-nação continua tendo a força contra qualquer organismo que existe, ele tem potencial para exercer a autonomia em algumas entidades ou organização políticas interestatais tais como união europeia entre outros etc., mas o Estado em si não pode refazer a ordem social reprodutiva do capital porque é uma parte integrante dela”. (ISTVÁN MÉSZÁROS, 2015).

Como se percebe nesta citação, o autor compreende o Estado-nação como aquele que ainda continua exercendo o poder sobre qualquer organismo que exista, seja ele a união europeia ou outros, mas também por outro lado ele não pode refazer a ordem social reprodutiva porque faz parte dela.

Ainda segundo István Mészáros (2015), a imposição coerciva do Estado é objetivamente orientada pelo imperativo autoexpansionista da ordem reprodutiva material do capital. Uma ordem completamente incapaz de reconhecer algum limite à sua autoexpansão, o que acaba gerando então uma contradição fatal. A insustentabilidade final dessa contradição consegue ser revelada pelo fato de ser no âmbito nacional.

O Estado em si não pode ser derrubado, tendo em vista o seu profundo estranhamento no metabolismo social. As relações capitalistas de propriedade privada de determinado Estado podem ser derrubadas, mas isso por si só não é uma solução. Tudo que pode ser derrubado também pode ser restaurado, o capital, trabalho e o Estado estão interligados no organismo do metabolismo social historicamente constituído e conseguem operar somente de forma conjunta.

Os três autores acima que abordaram sobre o Estado-nação, chegam a um consenso sobre o que significa este conceito, para eles o Estado-nação é um território politicamente organizado, administrado pelas entidades políticas e regido pelas leis que orientam os comportamentos dos indivíduos na sociedade. Geograficamente este território tem as suas fronteiras com outros territórios e está delimitado e defendido pelos agentes administrativos, tais como presidente da república, primeiro ministro, militares,

membros das forças defensoras do território contra a invasão exterior. Esta é a perspectiva que nos interessa no momento, pois o nosso trabalho está focado no Estado-nação guineense, uma entidade com as suas burocracias de poderes iguais às mencionadas por Bobbio.

Para Wolfgang Leo Maar (1982), historicamente a política surgiu no momento em que a história, como dinamismo de uma realidade, está constantemente se transformando, se revelando sempre como resultado das atividades realizadas pelos homens, durante as suas convivências sociais, no caso, por homens que possuíram o poder de interferir e transformar a sua história. Apesar de existir a política em todos os espaços praticada por todos, a política institucional goza de mais privilégio e mais visibilidade em relação àquela praticada quotidianamente. Portanto, para autor, a política é o resultado do processo histórico, por isso que ela é uma atividade aberta ao movimento e à transformação contínua.

Enquanto isso, a política, a cultura e a ideologia têm uma relação entre si: os dois elementos, a cultura e a ideologia, influenciam muito na política, isto é, por meio destas duas, os dominadores, o presidente e outros, conseguem legitimar os seus mandatos. Os grupos dominantes sempre tentam impor as suas ideologias e culturas sobre toda sociedade, fazendo delas uma prática universal a ser seguida e considerada verdadeira por toda a sociedade, é um meio usado para se manterem no poder e para legitimar o poder dos dominadores, colocados como ‘aqueles que têm direito de mandar no outros’.

Maar (1982) afirma que a política desempenha a função civilizatória, isto é, ela produz muitos valores e referências para sociedade humana, a política na sua forma cultural, consegue influenciar a parte subjetiva do indivíduo que motiva atuação objetiva de transformação da realidade e de mudanças na história.

Na sociedade moderna, pode-se considerar como os agentes políticos e os partidos políticos, em disputa, se apresentam em dois vieses: primeiro, em relação à sociedade e seus interesses e segundo, numa disputa pelo controle do aparelho do Estado. Por outro lado, a disputa pelo governo do Estado envolve também os agentes políticos, as forças armadas e administração pública, entre outros elementos. Para Maar, a sociedade política se diferencia da sociedade civil. A sociedade política pode ser percebida como a administração pública, o judiciário e as forças armadas; enquanto a sociedade civil é o espaço onde se encontram os partidos políticos, empresas, sindicatos, movimentos sociais

e escolas. Podem ser consideradas as principais instituições de sociedade civil os partidos políticos e os sindicatos. Assim, as atividades políticas exercidas pelo Estado buscam o consenso da sociedade civil.

Entende Maar (1982) que os partidos políticos são os agentes políticos que constituíram a atual sociedade, são os agentes em disputa pelo poder de mando, vendendo as suas ideias ao público afim de obter a legitimidade dos seus poderes.

Por outro lado, Bobbio no seu trabalho sobre Estado, governo e sociedade, conseguiu perceber a política como uma relação entre os indivíduos. Para este autor: A política é conjunto das relações de interdependência entre os diversos entes que contribuem para desempenhar as funções de mediação dos conflitos, de coesão do grupo e de defesa dos outros grupos (BOBBIO, 2012, p. 111).

Assim como Bobbio (2012), Almond e Powell distinguem os sistemas políticos, com base em dois critérios: o da diferença e o da autonomia dos subsistemas. Colocando as duas características numa escala que vá de baixo para cima, elas individualizam-se em quatro tipos ideais de sistema político; no tipo de sistema político primitivo, não existe muita diferenciação das funções pelos agentes e as autonomias dos subsistemas são poucas; na sociedade feudal, as diferenciações dos papéis não são muito verificadas, mas as autonomias dos subsistemas são mais altas do que a da sociedade primitiva; na monarquia, que apareceu com a dissolução do feudalismo, as funções tendem a ser mais diferenciadas e as autonomias dos subsistemas tendem a ser mais baixas e, por último, no Estado democrático contemporâneo, as diferenciações dos papéis são altas, assim como as autonomias do subsistema são também muito altas.

Para Almond e Powell citado por Bobbio (2012), existem quatro tipos ideais de política, o primeiro foi aquele praticado na sociedade primitiva, sem a presença de diferenciação das funções, que é percebido com sistema político primitivo, assim como na sociedade feudal, não existe muitas diferenciações de funções, na monarquia a autonomia do subsistema foi mais diferenciada e no Estado democrático atual são verificadas as mais altas diferenciações dos papéis.

Outra autora que analisa a política do modo diferente é Hanna Arendt (2004). Na sua concepção, a política é um sistema adotado pelos homens para regular a convivência entre si, para poder regular os seus comportamentos perante certas coisas, sejam elas comuns, essenciais num caos absoluto, ou não. Na família, são organizados os corpos

políticos, de forma diferente durante as relações entre os indivíduos que estão se relacionando.

“A política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum esses, essenciais num caos absoluto, a partir do caos absoluto das diferenças. Enquanto os homens organizam corpos políticos sobre a família, em cujo quadro familiar se entendem, o parentesco significado, em diversos graus, por um lado aquilo que pode ligar os mais diferentes e por outro aquilo pelo qual formas individuais semelhantes podem separar-se de novo uma das outras e umas contra as outras”. (ARENDRT, 2004, p. 7).

Para Hanna Arendt (2004), a política desempenha a função de garantir a estabilidade, tranquilidade, a paz entre as pessoas que estão desempenhando a mesma função numa instituição. Ela se preocupa em garantir a estabilidade na esfera pública, onde o Estado atua com a sua política de garantia do bom funcionamento da sociedade, impedindo as guerras: a política permite que as diversidades se articulem de forma absoluta, por meio da garantia absoluta. Percebe-se, segundo estes autores, que a política é a maneira pela qual o Estado e as pessoas se organizam para orientar o comportamento dos cidadãos e o relacionamento dos que convivem na sociedade. Ela também é relatada nesta monografia porque nos permitiria situar os leitores sobre o campo da nossa pesquisa. De todos os autores que acima conceituaram a política, Bobbio foi o mais importante para nós, porque o seu foco se relaciona com o nosso: a política do Estado e a política partidária.

1.2. Formas de governos democráticos

Abordaremos neste subcapítulo as formas de governos democráticos, o governo presidencialista, o governo semipresidencialista e o governo parlamentar, adiantando a compreensão do modelo da república da Guiné Bissau, que é semipresidencialista.

De acordo com Scott Mainwaring e Matthew Shugart (1993), o sistema presidencialista é um tipo de governo em que o presidente da República é sempre chefe executivo, eleito através do voto da população ou por delegados escolhidos pelo povo, que não têm nenhuma autonomia em relação às preferências populares. O mandato do presidente eleito e da assembleia são fixos.

Para estes autores, no governo presidencial, o presidente da república se torna o chefe do governo e também tem total autonomia sobre o gabinete, tem a competência para demitir membros do ministério, como também tem todo o direito de manter o ministro da sua escolha independentemente da composição do congresso.

Bobbio (1987) afirma que, governo presidencial é aquele em que os poderes do governo estão separados do poder que cria as leis. Esta separação tem como fundamento as eleições diretas do presidente da república, que é também o chefe do governo e sobre a responsabilidade dos integrantes do governo perante o presidente da república e não perante o parlamento.

Percebeu Bobbio (2012), que no governo presidencial, existe separação de poderes. O poder legislativo está separado do poder governamental, fundamentada esta separação através da forma da eleição do presidente da república, eleito diretamente, acumulando o cargo do chefe do governo e respondendo perante os integrantes do governo e não dependendo do parlamento. Logo em seguida abordaremos outra forma de governo democrático, a forma de governo semipresidencialista.

Para Scott Mainwaring e Matthew Shugart (1993), o governo semi-presidencialista é um tipo de governo em que o povo escolhe o presidente da república, o qual, sendo eleito, possui o direito e a competência de nomear o primeiro ministro e dissolver o parlamento. Neste tipo de governo, o primeiro-ministro exerce o cargo de chefe do governo. Então, tanto o ministro como os membros dos gabinetes dependem muito da confiança e da manutenção da confiança da Assembleia, para continuarem a desempenhar as suas funções.

A maioria parlamentar pode manter o gabinete de sua preferência, mesmo na discordância do presidente com a política adotada por eles, não há princípio ou lei democrática que se encarregue de resolver este problema entre o executivo e a legislatura.

Segundo Scott Mainwaring e Matthew Shugart (1993), no semipresidencialista, a escolha do presidente é realizada pelo voto popular, depois de eleito ele passa a ter competência de nomear o primeiro ministro da sua confiança, quem também exerce cargo do chefe do governo, mas as funções das duas depende da manutenção da confiança de assembleia.

Conforme Luiz Fernando Vieira Vasconcellos de Miranda (2012), o semipresidencialismo está composto de maneira muito diferente da forma do governo presidencialista e parlamentarista. No governo semipresidencialista, a escolha do presidente da república ocorre por meio de votação, direta ou indireta da população, o presidente da república é independente da confiança do parlamento, mas trabalha em conjunto com o primeiro-ministro e tem o seu tempo de mandato limitado, compartilha o

poder executivo com o primeiro ministro, baseado em três critérios: primeiro, sendo então o presidente, ele é obrigado a trabalhar em comum com o governo do primeiro ministro, enquanto isso o primeiro-ministro e seu gabinete não dependem do presidente, mas da confiança e de apoio da maioria do parlamento para exercício da sua função. Por outro lado, o semipresidencialismo, com sua estrutura dupla de autoridade, permite diferentes equilíbrios e a oscilação de que prevalece no poder dentro do executivo.

Um governo é considerado semipresencial quando é caracterizado por três elementos: presidente da república eleito pelo sufrágio universal, primeiro-ministro e ministros, que podem governar somente com voto de confiança do parlamento e, por último, presidente da república após ter dissolvido o parlamento. As variedades da prática a serem tomadas em consideração neste tipo de governo são as seguintes: os poderes constitucionais dos principais atores políticos; os eventos que circundam a formação do regime e a natureza da maioria parlamentar; e o relacionamento entre o presidente e a maioria.

“Os poderes constitucionais do presidente, do primeiro-ministro e do parlamento são variáveis e podem ser apresentados em três situações em geral. O primeiro tipo caracteriza o presidente como mero controlador de forças, nesta situação o presidente se posiciona como o guardião da constituição e deve ter o direito referir as leis à corte constitucional e propor um referendo constitucional, no segundo o presidente goza destes poderes de controle e tem o direito unilateral de demitir o primeiro ministro, no terceiro, o presidente é uma força governante, nesta situação o presidente compartilha a governança do país com o primeiro ministro e seus gabinete”. (MENDES, 2012, p. 9).

Na concepção deste autor, o governo semipresidencial funciona através do seu agente constituído por política partidária, ou seja pela estrutura e a relação dos partidos, os quais constituem elemento muito mais importante do que os poderes constitucionais. Para ele, os mecanismos do governo semipresidencialista variam de acordo com a natureza da maioria parlamentar e sua relação entre o presidente e a maioria. Esta forma de governo é a que mais nos interessa, por ter sido a forma adotada pela Guiné-Bissau, mas, por outro lado, digo que ela não traz nenhum benefício para o país, pelo contrário, até hoje os governantes encontram-se em conflitos internos.

Para Scott Mainwaring e Matthew Shugart (1993), o governo parlamentarista é aquele em que o seu executivo é escolhido pela Assembleia e responde perante ela, este órgão é a única instituição legítima no nível nacional do sistema político. Este tipo de executivo carece de legitimidade independente que fornece os meios para resolução das disputas, os poderes são compartilhados de forma comum. No sistema parlamentar,

existem reivindicações conflitantes em relação à legitimidade. Muitas das vezes, ocorrem conflitos entre câmara baixas e câmara alta de uma legislatura bicameral e cada uma delas declara exercer o poder legítimo. Os dois autores afirmam que:

“Se ambas as casas legislativas têm o poder de confiança em relação ao gabinete, o resultado mais provável quanto as casas são contratadas por maiorias diferentes é um gabinete de coalizão de compromisso. Neste caso não há legitimidade dual entre o executivo e assembleia, um arranjo como esse poderia ser problemático se as duas câmaras fossem por partido ou bloco radicalmente opostos, mas na maioria dos sistemas uma das casas pode ser dissolvida em uma tentativa de impasse”. (MAINWARING; SHUGART, 1993, p. 198).

Na perspectiva de Fernando Passaes Mendes e Ivani Ribeiro da Silva (2013), no sistema parlamentarista, a substituição do chefe executivo depende da preferência da mudança da maioria dos membros, na assembleia, através do voto de desconfiança, portanto, a sua permanência depende da manutenção da confiança da assembleia. No sistema parlamentarista, o governo conta com a confiança dos deputados, a sua liderança depende da confiança da assembleia, para possibilitar o exercício da função do governo até o tempo determinado. “No parlamentarismo, a chefia de Estado tem funções meramente formais como as de representação internacional, assinatura de tratados, geralmente a pedido do primeiro-ministro”.

Nesta forma de governo, afirmam Scott Mainwaring e Matthew Shugart (1993) que os parlamentares são livres e imparciais para realização dos seus votos como lhes aprouver e os legisladores podem abandonar individualmente o governo quando é politicamente conveniente fazê-lo. O partido do primeiro ministro pode intervir no governo, para fazer a substituição do seu líder por outro membro do partido, como também o parceiro de coalizão pode retirar o seu apoio no governo que está no mandato, conduzindo a mudança de governo de forma passiva, sem que seja obrigado a partir, por via de golpe.

Conforme Fernando Collor (2007), o governo parlamentar se encontra presente no regime monárquico e regime republicanos. No regime monárquico, o chefe da casa reinante (o monarca) é obtido através da linhagem, a substituição feita na base de sucessão dinástica prevista na constituição, enquanto, na república, o chefe do governo é eleito de forma indireta.

De acordo com Fernando Collor (2007, p. 7) quando se trata literalmente do parlamento, está-se referindo ao governo do gabinete, onde o primeiro-ministro é

escolhido pela maioria dos parlamentares, através das indicações do presidente da república. Neste modelo do governo, a permanência do ministro e a sua dissolução do cargo depende da desconfiança e da confiança dos parlamentares. O presidente da república e o primeiro-ministro, desempenham diferentes funções; o primeiro-ministro é o responsável pela administração, política governamental do Estado, enquanto o presidente se preocupa em procurar manter a cooperação internacional com outros Estados, como também comandar as forças armadas.

Em alguns países, o presidente da república é eleito pelo voto direto, enquanto o chefe do governo é eleito pelo voto indireto pela câmara dos deputados, que lhe dá a condição de sistema misto. O sistema parlamentar tradicional é diferente dos outros modelos de sistema parlamentares: nele, o primeiro ministro é sempre líder do maior partido, mesmo que não tenha a maioria absoluta de cadeira de câmara dos comuns, aqui, citamos o exemplo da Inglaterra.

Diferente de Fernando Collor (2007), Bobbio (1987) afirma que o governo parlamentar é aquele tipo de governo em que existe a separação do poder e poderes recíprocos entre o governo e o parlamento e sobre a responsabilidade do governo frente ao parlamento, fundado sobre a distinção entre chefe de Estado e chefe do governo, sobre as eleições indiretas do chefe de Estado por parlamento e sobre a responsabilidade do governo perante o parlamento, que se exprime através do voto de confiança ou de desconfiança.

Nestes dois sistemas, existem diversas formas intermediárias de funcionamento, estas podem ser referidas como o aparelho destinado ao presidente da república. Estas formas de funcionamento entre o governo presidencial e o governo parlamentar, a distinção que ocorre entre os dois por ser um governo formal, construído com base na forma de como funciona o sistema dos poderes constitucionais, plantada pela tipologia mais atenta de análise de poderes reais.

“A maior quantidade de poder é aquela que foi acumulada na democracia modernas inclusive nos Estados não democráticos, pelos partidos políticos, por efeito seja do processo de democratização que tornou necessária a agregação das demandas proveniente da sociedade civil, seja das formações de massa nas quais apenas os partidos, ou mesmo o partido único, conseguem exprimir uma vontade direta da política. Hoje nenhuma tipologia das formas de governo pode deixar de levar em conta o sistema dos partidos, isto é, modo pelo qual estão despostas e colocadas as forças políticas em que repousa ao governo”. (BOBBIO, 2012, p. 109).

Percebe-se, na citação acima, que Bobbio (2012) considera de maior qualidade o poder acumulado na democracia inclusiva, nos Estados que não adotaram a forma do governo democrático, mas através da formação de massa e por efeito de agregação da demanda vindo da sociedade civil.

Para o autor, a distinção mais conhecida de formas de governo clássicas e de sistema de governo pode ser percebida segundo uma tipologia proposta por um constitucionalista sensível à exigência de considerar os direitos públicos de um modo não rigidamente formalista: governo parlamentar com bipartidarismo rígido, governo parlamentar com multipartidarismo moderado, governo parlamentar com multipartidarismo exasperado e o governo presidencial.

Bobbio (2012), citando Mosca, afirma que existem governos abertos e governos fechados, que se referem à autocracia, aquele tipo de governo em que o poder vem, de alto para baixo; e classe democrática como sendo aquela em que o poder vem de baixo para cima; destas duas distinções, resultam as formas de governo que são: aristocracia com respeito à formação e democracia com respeito à organização.

Todas as três formas de governos democráticos, abordados pelos autores com os quais dialogamos, representam um tipo de governo em que todos os membros da sociedade com certa idade, começando de 18 em diante, podem participar na escolha dos seus representantes através das eleições. Mas acontece que estes governos, apesar de serem aqueles em que as decisões de acesso ao poder são tomadas pelo povo, há muitas coisas que são decididas sobre este povo sem o seu consentimento.

1.3. República, Estado-nação e democracia

Bobbio (2012) afirma que Kant chama de forma republicana aquele regime político em que vigora o princípio da separação dos poderes, mesmo se o titular do poder de governo é um monarca. A república adquire um novo significado que não é mais o de Estado em geral e nem mesmo o de governo de assembleia, contraposto ao governo de um só, mas é uma forma de governo que tem uma certa estrutura interna, compatível inclusive com a existência de um rei.

Percebe-se que Bobbio (2012), citando Kant, percebeu que pode ser considerado um governo republicano, quando existe a separação do poder, mesmo estando no governo um monarca.

Para Leonor Ramires Pinto (2011, p. 2), o conceito de república, na perspectiva de Cícero, refere-se a um conceito elástico com vários significados, tanto que significa atividade pública, assuntos ou negócio público, o interesse público e principal beneficiário do interesse público, assim como pode ser a comunidade constituída pelos cidadãos (*civitas*) ou pelo povo (*populus*) e, no sentido mais extremo de patriotismo, pode ser a nação.

A república é uma associação que zela pela justiça e bem-estar comum. O republicanismo acontece quando foram feitos os acordos de boa-fé entre governado e governante e isso ajuda a república a se manter sólida. A república é constituída por aqueles que estão unidos por meio de um acordo de justiça e pelo bem-estar; uma sociedade é beneficiada por ligações sociais de confiança - de unir, viver em igualdade - sob uma lei e um governo, quando são sancionados pactos implícitos, feitos graças à boa-fé.

A lealdade para com as pessoas, instituições e os ideais, fornece uma noção-chave para mais um conjunto de virtude intrínsecas à boa-fé entre cidadão e o governo. Ainda afirma Leonor Ramires Pinto (2011) que:

“A credibilidade, a constância, a confiança e a fidelidade, a honra e a capacidade de honra, os compromissos, a igualdade e serviços público são ponte direta que ligam o cidadão ao magistrado. O magistrado mantém o prestígio e a honra do Estado, é o guardião das leis administra a justiça e está consciente de todas as coisas que lhe foram conferidas”. (PINTO,2011, p. 3).

A república resulta de um acordo mútuo, por um conjunto de cidadãos unidos por uma única virtude, conforme Ramires Pinto (2011). Para Cícero, o republicanismo não é igual ao governo popular, mas, sim, ao governo constitucionalista, isto é, o governo em que reinam as leis, onde o poder de coerção é aplicado, tanto para o governante como para o governado, mas o povo reina de forma constitucionalmente limitada e restrita.

A república de Cícero pode ser considerada democrática porque visa o bem comum, sendo representada pelo senador, de uma certa forma, capaz de governar, na pressuposição da capacidade de virtude do homem comum, isto é, o governo de todos para todos, visando o bem-estar comum.

Conforme Leonor Ramiro Pinto (2011), a república de Cícero visa o bem comum, mas é governada por alguns, pode ser justificada em três pontos. Primeiro ponto, as pessoas devem governar; segundo ponto, os deveres e funções de magistrados exigem que eles sejam instituídos após uma longa formação, a maior parte desta educação é

adquirida dentro da família desde o nascimento e o terceiro ponto é que a igualdade de todas as coisas, se levada sério, é desastre social. Sem as estruturas múltiplas, desiguais nos corpos intermediários, surge a anarquia e é mais fácil para os tiranos comandar as massas. Se as instituições não forem prevaletentes, diferenciadas e fortemente estruturadas, há um colapso da vida social e a política controla tudo.

Observa-se, na perspectiva de Leonor Ramiro Pinto (2011) que a república de Cícero é aquela comunidade em que se explicita o acordo com todos os agentes que fazem parte do meio social, para funcionamento do bem-estar, ao seu governador é exigido um tipo específico de comportamento que o identifica como governador republicano.

De acordo com Liliana Demirjian et al. (2006), o conceito de república não é unívoco e tem sido empregado no pensamento e na análise política para se referir a diferentes questões. Em termos bastante sintéticos, as duas acepções mais comumente relacionadas a esta ideia se referem, de um lado, a uma forma de governo, instituída pela vontade da comunidade política. O que, no caso das experiências contemporâneas, se contrapõe aos governos monárquicos e se aproxima dos regimes democráticos e, de outro, a uma forma de vida política, fundada na primazia do interesse comum, que requer o engajamento da comunidade na condução da coisa pública e se faz expressar, de maneira especial, nos princípios, nas práticas e nos procedimentos que conformam as instituições. Ambas acepções se complementam entre si.

Segundo Liliana Demirdjian et al. (2006, p. 335-33), na antiguidade o conceito de república conotava um sinal de estabilidade, definido em virtude do seu caráter misto, elemento este que implicava na fusão de magistraturas, que teriam, como qualidade, incorporar os setores sociais fundamentais.

A república é, então, a gestão pública do governo do povo, entendido este como aquele agregado humano que possui o direito comum a serviço de todos, a partir de um ato voluntário racional associativo. Para estes autores, a república, enquanto *res publica* (a coisa pública) é o que pertence ao povo; mas o povo não é todo conjunto de homens reunido de qualquer maneira, mas, sim, o conjunto de uma multidão associada por um mesmo direito, que serve a todos por igual.

Os três autores nos fazem entender que a república é um tipo de Estado que vem substituir a monarquia, onde o poder era herdado de pai para filho, em que o poder era obtido por meio da linhagem. Na república, as coisas passaram a ser públicas. Tanto as

decisões, quanto as justiças contra qualquer ato ilícito praticado pelo governo, são julgadas pelo povo. No Estado republicano, é permitido o engajamento do povo na coisa pública, o povo pode escolher o chefe do Estado diretamente, assim como pode escolher este através do seu representante.

Fizemos análise da república neste sentido porque a nossa perspectiva da pesquisa está voltada para um Estado republicano, por isso, abordagens destes conceitos servem para situar melhor de onde nós estamos falando.

No que se refere à democracia, começamos a nossa exposição com Bobbio (2012). Este autor percebe a democracia como um tipo de governo em que o povo, em geral, pode participar na tomada de decisão do seu país, através da eleição dos seus representantes. É um governo em que os seus representantes têm a obrigação de prestar as contas no final do seu mandato ou, em outras palavras, ser avaliado pelo povo, para saber se o mandato foi realizado na base da norma proposta democraticamente. Na democracia, as decisões são tomadas em comum, as leis são consideradas iguais para todos, assim como a vida, liberdade, igualdade de direito são para todos. Na democracia, a conquista de qualquer coisa passa ser por mérito, assim como o princípio da democracia é a liberdade.

Para considerar a democracia como parte de um sistema mais amplo de conceitos, Bobbio (2012) dividiu o seu tratamento com base nas três formas de uso a que teoria de forma de governo foi destinada ao longo do tempo. Estes usos são os seguintes: descritivo, prescritivo e histórico. No seu uso descritivo, a democracia é definida como o poder exercido pelo povo, em geral. Na sua forma prescritiva, é a democracia composta por séries de “juízo do valor à base dos quais as várias constituições são alinhadas uma à outra, e disputas, conforme uma ordem de preferência, segundo a qual uma é julgada boa e a outra má, uma ótima e a outra péssima, uma melhor, ou menos má do que a outra e assim por diante”. No uso histórico, o autor nos afirma que a democracia ocupava o último lugar na sociedade, contra a monarquia. Esta ocupava o primeiro lugar e a aristocracia, o segundo.

A democracia, conforme Bobbio (2012), assumiu diversas formas de interpretações e realizações históricas. Existem muitas democracias: a democracia dos antigos, democracia dos modernos, democracia representativa e democracia direta, democracia política e social e democracia formal e substancial. Em cada uma destas análises, a democracia vem assumindo diversas interpretações.

Em alguns países fundadores do Estado novo, com o intuito de não provocar confusão quanto às repúblicas iniciadas com a democracia dos antigos, optou-se pela democracia representativa, considerada como a democracia corrigida, que pode ser aplicada num território mais amplo, com uma população numerosa. A passagem da democracia direta para indireta é determinada pela condição do ambiente, que faz com que a república não se torne a forma de oposição à democracia, mas, sim, a única forma possível de determinadas condições de ambiente.

Na democracia representativa, afirma Bobbio (1984) que o Estado representativo conhece um processo de democratização através de duas maneiras: primeiro, o alargamento de direito do voto até o sufrágio universal masculino e feminino; segundo, o desenvolvimento das associações políticas até a formação dos partidos de massa e o reconhecimento de sua função pública.

A consolidação da democracia representativa levou a democracia direta a ocupar o segundo lugar. Este tipo de democracia é considerado, segundo os grupos políticos radicais, como a forma de democracia verdadeira e consideram a democracia representativa como desvio da ideia, originária do governo do povo, pelo povo através do povo. A democracia direta foi contraposta como forma imperfeita reduzida e ilusória de democracia, mas, ao mesmo tempo, como a única forma possível da democracia num Estado de classe, tal qual o Estado burguês.

No seu nome genérico, a democracia direta é compreendida como toda forma de participação no poder que atua com base nas três formas, o governo do povo através de delegados investidos de mandato imperativo e, portanto, revogável; governo de assembleia, isto é, o governo não só sem representantes irrevogáveis ou fiduciário, mas também sem delegados e referendo. Todas as três formas de democracia direta foram escolhidas em local diferente, a primeira foi escolhida pela constituição da União Soviética; a segunda surgiu no momento do movimento de coletivo, a fase do Estado nascente e a terceira foi inserida por algumas constituições pós-bélicas. Das três formas de governo, a segunda e a terceira não podem substituir as várias formas de democracia representativa.

Bobbio (2012) afirma que, na democracia política e social, o alargamento da democracia para todas as partes aconteceu por meio da sua extensão para as partes não necessariamente políticas e através da democracia representativa, com a democracia

direta, na passagem da democracia da esfera política para esfera social, incluindo muitos espaços, tanto a família, como a escala das fábricas, as empresas e a sociedade civil. Com a conquista do direito de participar na democracia política, o cidadão das democracias mais avançadas percebeu que a esfera política está, por sua vez, incluída numa esfera muito mais ampla, a esfera da sociedade, e que não existe decisão política que não seja orientada pelo que acontece na sociedade.

No que se refere à democracia formal e democracia substancial, este autor entende que o discurso sobre a democracia não pode ser considerado encerrado, sem falar que, além da democracia como forma de governo, quer dizer, democracia como conjunto de instituições e funções, a linguagem política moderna conhece também o significado da democracia como regime caracterizado pelos fins ou valores em direção aos quais um determinado grupo político tende a operar. O princípio destes fins ou destes valores, adotados para distinguir, não mais apenas formalmente, mas também quanto ao conteúdo, um regime democrático de um não democrático e a igualdade não somente jurídica, mas também social e econômica. Assim foi introduzida a diferenciação entre democracia formal, que diz respeito precisamente à forma de governo e a democracia substancial, que diz respeito ao conteúdo dessa forma.

Bobbio (2012), percebeu a democracia como um governo que está constituído por diversas formas, a democracia direta, indireta, participativa, política e social, formal e substancialista. A democracia é exercida nos espaços diferentes e de forma diferente, dependendo da organização e assim será adotado o tipo de democracia ideal para ser implementado neste espaço.

Para Max Weber (1998), a democracia é um governo cujo líder é escolhido pelo povo, os líderes são escolhidos por uma massa de população que os querem como representantes no governo do país. A participação da população na escolha de um representante ou presidente de um país costuma ser feita através do exercício do voto, que garante aos representantes uma legitimação dos seus governos de forma autônoma, para direcionar o país num prazo limitado.

A democracia significa a forma de governo em que não existe a disparidade formal de direitos políticos entre as diversas classes da população. Neste tipo de governo, depois que o povo escolher o representante, este, por sua vez, torna-se autônomo para decidir sobre os assuntos muitos importantes que dizem respeito a este povo, este por sua vez,

não pode intervir no momento do mandato do governo escolhido, até quando este terminar o seu mandato, aí, pode prestar conta perante a justiça, caso tenha cometido alguma fraude e pode ser julgado de acordo com a lei e submetido ao castigo merecido, ou seja, o povo deixa para fazer o julgamento, depois que o presidente ou primeiro- ministro terminar o seu mandato, caso ele cometa algum erro, será julgado depois do seu mandato.

A democracia para este autor seria a quarta forma de dominação, caracterizada pelo fato de que sua própria legitimidade deriva de vontade de dominados e de novo período de legitimação do poder, porque permite aos governantes exercer um poder sobre a população, na base da sua legitimidade que foi concedido pelo próprio povo (WEBER 1998, p. 144).

De acordo com Antônio Kurtz Amanito (1998), Schumpeter criticou a teoria clássica da democracia que percebeu a democracia como poder de povo. Para ele é uma ficção dizer que a democracia é o governo de povo porque o que existe, na verdade, é um governo aprovado pelo povo e liderado pela minoria dos que estão representando este governo. Para este autor, a vontade do povo é o produto do processo político e é manipulado através da publicidade política que acaba influenciando no momento do voto dos cidadãos. A vontade do povo só pode se realizar quando todos sabem quais os seus desejos.

A democracia é o método pelo qual os políticos conseguem alcançar as decisões políticas, isto é, decisões legislativas e administrativas, importando as decisões que produzem, sob condições históricas, o método que se usa para se adquirir o poder de tomar as decisões, também pode ser percebido como acordo institucional que permite chegar à decisão política em que os indivíduos adquirem o poder através da luta competitiva pelo voto da população, livre competição pelo voto, é um método adotado por uma nação para chegar às decisões.

A democracia tem o seu princípio que regula a competição dos partidos para garantir um bom funcionamento perante o candidato que vencer. Na democracia, o jogo deve ser em consenso de todos para que possa existir descenso a respeito dos fins.

“Do mesmo jeito que os empresários competem no mercado pela preferência do consumidor, os empresários políticos disputam a preferência dos eleitorados (consumidores de bens político), neste mercado a contraprestação do eleitor é o voto, enquanto que a do político é uma vantagem, sob a forma de um bem ou de um serviço.” (AMANTINO, 1998, p.134-135).

Para este autor, os partidos políticos são semelhantes a empresas comerciais; por isso seus princípios e plataformas são tão importantes para seus sucessos quanto o são marcas dos produtos vendidos por determinadas lojas. Aos membros de um partido político cabe a função de agir combinadamente na luta competitiva pelo poder político, enquanto ao povo ou eleitorado cabe todo poder de exercer a função de escolher os seus representantes, mas, a eles não cabe a decisão das questões coletiva e nem ao exercício do poder administrativo.

Conforme Amanito Antônio Kurtz (1998), para Schumpeter, no mercado político, não existe a concorrência perfeita, mas, sim, uma concorrência imperfeita ou oligopólio em que as elites ou oligarquia políticas competem pelo poder, caracterizado assim pela presença de elites na disputa entre si pelo voto popular.

A concepção da democracia, na perspectiva dos três teóricos tem algo em comum, eles compreendem a democracia como aquele governo em que o representante de uma nação é escolhido pelo voto da maioria da população, por eleição. A pessoa ou representante eleito é considerado como pessoa de confiança com capacidade política e econômica para governar o povo, entender do povo, ele é uma pessoa ideal para guiar um país ou uma instituição pública e privada, mas, por outro lado, a democracia para Weber é a quarta forma de dominação legítima, por ter sido um governo em que a população legitima o poder dos seus representantes.

CAPÍTULO II

ESTUDO DE GÊNERO E POLÍTICA FEMINISTA

Apresentaremos, nesse capítulo, as principais questões ligadas aos estudos de gênero e de mulheres que dizem diretamente respeito à nossa investigação: poder e política feminista, vistas como a defesa dos direitos das mulheres.

2.1. Estudos de gênero e de mulheres

Gênero como campo de estudo, veio a se desenvolver como assunto científico e político, no ocidente, neste século. O seu uso, no início, estava relacionado à história dos movimentos feministas que reivindicavam direito da mulher ao voto. À medida que o tempo foi passando, os teóricos ou pesquisadores passaram a produzir artigos e livros relativos ao assunto e mudaram de termo ‘mulher’ para ‘gênero’ (SCOTT, 1998). Gênero, entendido diferentemente dos sexos, mas, sim, como uma construção social. De acordo com Joan Scott (1989), a história da mulher começou a ser definida como campo de estudo, na década de 60, e no século XX, os estudos feministas nascem influenciados pelo movimento dos direitos civis. Mas toda essa discussão sobre a mulher começou nas décadas 20 a 40.

Joan Scott (1998) afirma que o uso recente e simples do termo ‘gênero’ está relacionado com o sentido da mulher, por isso os livros, os artigos que tinham como tema a mulher, passaram a tomar como título o gênero que se refere, ao mesmo tempo, à mulher. O nome gênero contribuiu para aceitabilidade deste assunto como campo de pesquisa. O termo gênero, por sua vez, visa indicar erudição e seriedade de um trabalho, porque tem uma conotação mais objetiva e neutra e também é dissociado da ideia de posição política, a que o termo ‘mulher’ se referia.

Depois da mudança do termo mulher para gênero, esta concepção não opta mais pela discussão da tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem designa a parte lesada, se a expressão ‘história das mulheres’ revela a sua posição política, ao afirmar contrariamente às práticas habituais, que a mulher é sujeito histórico e legítimo, o ‘gênero’ inclui as mulheres, sem as nomenclaturas e parece assim não se constituir em uma crítica. “Este uso do gênero é um aspecto que a gente pode chamar de procura de legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980” diz Jean Scott (1998). O sentido moderno do termo gênero provem das feministas americanas

que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra referia-se à rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termo como sexo ou diferença social. O gênero começou a ser usado para se referir também ao aspecto relacional da definição normativas das feminidades. Ainda Segundo Scott (1989, p. 3), o gênero era proposto pelas feministas, porque segundo estas, o estudo das mulheres acrescentaria novos temas, imporiam novas reavaliação crítica das premissas e critério de trabalho científico existente, isso faria com que as mulheres fossem inscritas na história, faria com que as noções tradicionais fossem deixadas para incluir experiência pessoal e subjetiva quanto às atividades públicas e políticas.

Assim sendo, Joan Scott (1998) percebe o gênero como aquele elemento constituído por duas partes e várias subpartes e estas subpartes estão interligadas entre si e como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, e a como primeira forma de construção do significado da relação do poder.

Conforme Scott (1989, p.21-22), o gênero implica quatro elementos relacionados entre si: o primeiro destes elementos são símbolos culturalmente disponíveis que evocam representação múltiplas (frequentemente contraditória); segundo: os conceitos normativos que colocam representações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científica, políticas ou jurídicas e tipicamente tomada a forma de uma oposição binária que afirma, de forma categórica e sem equívoco, o sentido do masculino e do feminino; terceiro: o gênero está relacionado à história. A história posterior é escrita como se essas posições normativas fossem produto de um consenso social e não de um conflito. O quarto aspecto está relacionado à identidade subjetiva.

Segundo a percepção desta autora, o termo gênero vem sendo usado para fazer debate a respeito de desigualdade política entre homens e mulheres, e também se refere a uma discussão ampliada que abrange os dois sexos e é a forma encontrada para abordar a questão da desigualdade política entre as mulheres e homens e fazer com que esta discussão seja aceita no campo científico.

Por outro lado, Maria Luiza Heilborn e Bela Sorj (1999) afirmam que, o estudo de mulher é uma denominação comum usada para se referir o que atualmente chamamos de estudo de gênero, na altura, os livros, artigos se referiam ou usavam o termo estudo de mulheres para se referir às problemáticas que as mulheres estavam passando. Pretendem

preencher lacunas de conhecimentos sobre a situação em que encontrava as mulheres em diversos espaços sociais, o que expressa as dificuldades, as subordinações e opressão que acontecia na sociedade.

Na década de oitenta, o termo ‘estudo de mulher’ foi substituído pelo ‘gênero’. Se antes o primeiro termo se referia somente à mulher, o gênero abrange o homem e a mulher, se referia a uma determinada área de estudo, apropriado do determinismo biológico implícito no uso de termo sexo, enfatiza cultura da construção social do feminino e do masculino. Aqui, passa-se a dar ênfase a estrutura social do que os indivíduos e seus papéis sociais. A passagem do termo mulher para o gênero foi concretizada com mais rapidez no Brasil, em relação ao Estados Unidos: os dois termos são sempre usados, às vezes, em momentos diferentes. Ao associar o estudo de gênero com movimento feminista, esta área de estudo conta com pouca aderência de pesquisadores homens interessados no assunto, somente tomou a sua aderência quando se inseriu na academia brasileira o estudo de gênero, sendo integrado ao currículo escolar, ganhando, assim, mais visibilidade nesta sociedade, segundo Maria Luiza Heilborn e Bela Sorj (1999).

Como se percebe, na concepção das duas autoras, o sentido do uso do termo ‘mulher’, mudou para o termo ‘gênero’ na década de oitenta, não é discutido mais somente sobre as mulheres, mas, passa a discutir a questão de homens e de mulheres. O Brasil foi mais rápido em concretizar esta discussão em relação aos Estados Unidos. O estudo de mulher passa a referir-se ao estudo do gênero.

Diferente de Maria Luiza Heilborn e Bela Sorj (1999), Bourdieu (2012) entende o gênero como um conceito relacionado a uma estrutura de dominação simbólica, nesta perspectiva ele afirma que:

“O gênero é uma parte de oposto que constitui uma relação e as relações de gênero são relações de poder em que o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas, a diferença biológica entre sexos, isto é, entre o corpo masculino e o feminino e especificamente a diferença anatômica entre órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e principalmente da divisão social do trabalho, dado o fato de que é o princípio de visão social que constrói a diferença anatômica e que é esta diferença socialmente construída que se torna o fundamento e a caução aparentemente natural da visão social que alicerça, caímos em uma relação circular que encerra o pensamento na evidência da relação de dominação inscrita ao mesmo tempo na objetividade, sob forma de divisão objetiva e na subjetividade sob forma de esquema cognitivo, que organizado segundo essas divisões organiza a percepção das divisões objetivas.” (BOURDIEU, 1998, p. 20- 23).

De acordo com Bourdieu (2012), a execução do poder no indivíduo opera de forma simbolicamente inconsciente, impulsionando o indivíduo a praticar ato de obediência, sem ter a percepção da sua obediência. A operação do poder no indivíduo acontece por meio de sentimento como: emoção, timidez, vergonha, culpa, amor etc. estas ações são uns dos importantes elementos que legitimam a obediência nos indivíduos perante os dominados. Segundo Pierre Bourdieu, esta relação de dominação masculina afetou todas as áreas, sendo percebida como responsável pela economia doméstica, excluída da autoridade.

Para este autor, a relação entre ambos os sexos partiu do princípio masculino, tomado como medida de todas as coisas, justificado na diferença biológica entre os sexos, o que acabou contribuindo assim para a divisão social do trabalho.

Enquanto isso, Maria Luísa Heilborn (1995 B) entende o gênero como um conceito de ciências sociais que se refere às construções sociais do sexo. Significa dizer que a palavra sexo remete à característica anatomofisiológica dos seres humanos e à atividade sexual propriamente dita. O conceito de gênero existe para destituir a dimensão biológica do social.

De acordo com Joan Scott (1998), as mulheres se comportam como pessoas que cuidam mais de casa, das tarefas domésticas. A relação entre homens e mulheres são relações de desigualdade, construídas desde o interior da família; nestas relações os homens são sempre responsáveis pelas tarefas exteriores, isto é, cuidar das tarefas de decisão e as mulheres cuidam das tarefas voltada a lar e do filhos, esta separação, segundo ela, é feita de uma forma implícita que, algumas vezes, não é revelada e uma prática que é tomada como normal pela sociedade.

Inocência Mata e Laura Cavalcante Padilha (2007) estudando o gênero desde os contextos africanos compreendem que esse conceito/termo pode assumir vários sentidos, tanto que, para as duas:

“A elaboração de conceito de gênero distinguindo as construções culturais, sociais e históricas sobre os papéis, comportamentos, atributos e ideologias, masculinas e femininas, torna inteligível a variabilidade cultural das identidades de gênero, em que um mesmo gênero pode ser associado mais que sexo, como por exemplo, as mulheres-maridos e homens-filhas descritos entre os Igbo do sudeste de Nigéria por Ifi Amadiume”. (MATA; PADILHA, p.75).

Para as duas autoras, acima citadas, o contexto de gênero pensado na perspectiva de construção social, mostra como o mesmo gênero pode ser interpretado de maneira

muito diferente em outras sociedades. Exemplificam com os jeitos de se relacionar entre homens e mulheres, filhas e filhos da tribo de Igbo do sudeste da Nigéria, em que um dos quatro elementos, pode exercer o poder, dentro da família.

Para Jimi Adesina (2012), a relação de gênero na África é muito diferente da concepção europeia, neste continente, especialmente na África Austral, a sociedade ou toda a comunidade se envolve na educação dos filhos, independentemente de sua constelação familiar, os filhos são punidos por toda a sociedade. Nesta sociedade, percebe-se que tanto os pais como as mães exercem poder de chefe da família, as mães exercem a autonomia sobre os filhos e até os filhos, no momento em que eles estão exercendo o trabalho remunerado, passam também a ajudar com as despesas de casa, junto com as mães e nessa circunstância os filhos passam a desempenhar o papel de tomada de decisão. Nesta sociedade, o poder é dinâmico, pode ser exercido, tanto pelo marido ou pela esposa, como pelos filhos ou filhas, mulheres e homens, muitas vezes, desempenham as mesmas funções.

A matrifocalidade é tomada, segundo duas coisas: o financiamento gerado pela divisão de trabalho, seja doméstico ou não, mas por outro lado, esta matrifocalidade está relacionada a um grupo predominante nas famílias de classe baixa. A questão de paternidade é uma questão relativamente mais social do que biológica.

A sociedade matrifocal assume significados diferentes na vida doméstica, laços familiares, estratificação social e assume outros significados nos trabalhos; neste quadro alternativo mais amplo de entendimento das relações de sociedades de onde provêm os dados etnográficos, não se trata de operações, mas de sociedades matrifocais.

“A comunidade de Nnobi era predominantemente matricêntrica, aspecto que se alastrava do seu mito de origem até ao seu sistema de governação. As mães e filhos formaram unidades sub-compostas distintas, economicamente autossuficientes, classificadas como femininas relativamente à frente masculina do agregado”. (ADESINA 2012 p.199).

As famílias não são matrifocais por causa da sua baixa condição econômica, da pobreza, da ausência dos homens, da distribuição das tarefas domésticas, com base na divisão de gênero ou da exclusão econômica, contexto em que a matrifocalidade assume o sentido distinto e o seu valor heurístico como categoria sociológica. E é este entendimento amplo de matrifocalidade e matricentrismo como princípios organizadores da sociedade, que constituem um empreendimento de endogeneidade.

Constatamos que existe diferença na acepção do termo ‘gênero’ no continente africano, principalmente na África austral, em relação à Europa. Neste continente, as relações existem entre o masculino e o feminino e o patriarcalismo que reina, enquanto que na África, mulher, marido, filhos, filhas e comunidade, a todos lhes é atribuído o poder, o qual, na vida familiar, é muito dinâmico.

Em seguida, desenvolveremos a questão de gênero, no poder e na política, fazendo uma análise das relações homem e mulher, neste espaço.

2.2. Gênero, poder e política

Conforme Eunice Macedo, Valdecira da Costa et al (2007), apesar da melhoria das condições e longa luta que as mulheres vêm realizando para ter acesso a espaço de poder ou liderança, em muitas instituições, mantêm-se os padrões de desigualdade, o que não dá espaço para que ocorram as mudanças. Nesse sentido, as mulheres são privadas de suas liberdades.

Elas continuam constituídas como minoria, na posição de gestão e na política e, frequentemente, não identificadas na posição de topo. Poucas delas são vistas em altos cargos associados ao poder político ou ao mundo econômico. Neste espaço e muitos outros, nota-se com frequência a presença de homens. Mesmo quando as mulheres chegam a ocupar postos de liderança, é frequente que seja em setor de atividade econômica tradicional feminina. As mulheres são socializadas como sujeitos apolíticos e continuamente projetadas para longe da arena política, quer como sujeitos, quer como agentes. Eunice Macedo, Valdecira da Costa, et al (2007) ainda percebem esta ausência como resultante de grande barreira que as mulheres encontram quando pretendem atuar nesta área, elas explicam o seguinte:

“A existência de um teto de vidro, mais poderoso, que dificulta as carreiras das mulheres que pretendem ascender ao posto de liderança. Surgem como as barreiras mais evidentes os estereótipos, as expectativas diferenciadas em funções de sexo, as motivações, os constrangimentos familiares e os constrangimentos relacionados com as organizações de trabalho, onde se pode fazer sentir a discriminação formal, no que diz respeito às políticas da própria organização e à discriminação informal praticada pelos indivíduos, pares e superiores. [...] as mulheres se tornam socializadas como sujeitos apolíticos e continuamente projetadas para longe da arena política, quer sujeitos como agente”. (MACEDO; COSTA et Al, 2007, p. 23).

Da mesma forma como Eunice Macedo, Valdecira Costa et al (2007), Inocência Mata e Laura Cavalcante (2007) percebem a desigualdade na esfera pública, relativamente ao acesso à posição de liderança ou poder, afeta mais a vida das mulheres,

neste espaço, elas tendem a ocupar a posição referente ao posto de secretária ou postos que contém menos poder. Para essas duas feministas, as mulheres são mais frequentes no exercício das funções de enfermeiras, administradoras, comércio e venda, serviço, magistério.

Percebe-se, segundo Eunice Macedo, Valdecira Costa et al (2007) que, existem barreiras, que impossibilitam a participação das mulheres nos espaços importantes de tomada de decisão, por isso a maioria delas se encontra trabalhando mais nas áreas que dão pouco acesso ao poder político. As políticas adotadas pelas organizações e o constrangimento familiar são um dos elementos que contribuíram para haja pouco acesso para as mulheres aos cargos de poder.

Outra autora que analisou a inserção das mulheres na esfera política é Aurora Ferreira (2007). Segundo ela, a mulher vem conquistando o seu espaço nas sociedades por meio de muitos esforços, ao longo da evolução da humanidade, esta conquista conta com tempos fortes e tempos discretos, de acordo com a época. Desde o início, a situação de mulher era percebida, na maior parte de sociedades, sob um ângulo de subalternidade em relação a do homem. A submissão do feminino enquanto sujeito dependente do masculino é percebida como oriundo da interpretação naturalista machista. Ela é elaborada pelo ser masculino, aquele que detém o poder político, através da sua condição biológica inerente ao sexo feminino. A função biológica dos homens contribuiu para o seu benefício na posse de tomada de decisão e ao conhecimento. Este benefício biológico ou natural contribuiu muito para o seu acesso ao espaço de poder e à superioridade, bem como proporcionou-lhe muito a disponibilidade para poder se dedicar a uma série de atividades, enquanto a mulher não teve esta oportunidade natural. Ela era obrigada como mãe a permanecer por muito tempo em casa e isso contribuía para que ela se tornasse uma pessoa com pouca perspectiva, sedentária, de perfil doméstico.

O novo ponto de vista sobre a maneira de interpretar a mulher vem sendo percebido em alguns momentos. A História e a Sociologia foram as grandes progenitoras desta mudança. As duas disciplinas proporcionaram grandes conhecimentos sobre a tomada de consciência que as mulheres vêm tendo do seu próprio ser, como um sujeito a ser estudado, não mais como aquele sujeito que é responsável pela satisfação sexual e pela reprodução. A nova leitura voltada à função orgânica do sexo na mulher e o papel do homem enquanto progenitor e sua importância no reconhecimento do seu

complemento masculino contribuíram para a superação da concepção antiga do ser mulher (FERREIRA, 2007).

Ainda de acordo com Aurora Ferreira (2007), a junção destas reflexões feitas acerca dos dois sexos, contribuíram muito para expandir o movimento feminista no ano de 1970 e mesmo anteriormente à década de 60. Considerando-se que a luta pela igualdade de direito, sendo ela um fenômeno coletivo das mulheres, remonta ao século XIX, assim como o próprio vocábulo feminino, constatamos que na época era discutido o problema, voltado para o estudo da condição feminina, visando a sua melhor integração participativa na vida social. Nesta época das revoluções, as mulheres exprimiram os seus desejos de pertencimento à nova sociedade através de várias formas de manifestar os seus interesses e mostrar a sua vontade de pertencerem à nova sociedade política. Tais manifestações podem ser vistas no caderno de queixa de petições, dos clubes e a célebre declaração das mulheres de Olympe de Gouges, que são os primeiros elementos desta prática militante.

Na medida em que a tecnologia vem avançando, a mulher conseguiu atuar participativamente ao lado do homem, praticando as diversas atividades que antes eram consideradas exclusivamente dos homens, o que tornou a mulher a nova integrante deste meio social e com isso ganhou nova imagem, passando a ter mais aceitabilidade e sendo observada nas diferenças naturais biológicas em relação ao homem e vista como parte do gênero humano, complementar feminino da outra parte, masculina. Ambos considerados em função da complementaridade, passam a produzir continuidade da vida individual e social, na via do desenvolvimento humano. A partir deste olhar, a nova consciência da importância da mulher como outro ser social, fez acontecer que a percepção que se tinha sobre o feminismo enquanto guerra dos sexos que poderia levar à superação do valor dos homens, passou a encontrar poucos adeptos. Tais percursos resultam de uma luta onde o papel da mulher foi fundamento, sendo então o motivo para acelerar mais a evolução nos últimos dez anos em que as mulheres vieram a conquistar cada vez mais espaço e lugar de cidadãs, nos diferentes países do mundo, onde o voto feminino, nas sociedades de democracia antiga, foi-lhe sendo proporcionado, conforme afirma Aurora da Fonseca Ferreira. (2007)

O poder entre as nações e o Estado de súditos coloniais se tornaram compreensíveis em termos de relação entre masculino e feminino, a legitimação da

guerra – sacrificar a vida de jovens para proteger o Estado - tomou formas diversificadas, desde o apelo explícito à virilidade (a necessidade de defender as mulheres e as crianças, que de outra forma seriam vulneráveis) até crianças, no dever de que teriam os filhos que servir aos seus dirigentes ou rei (seu pai) e até associações entre masculinidade e potência nacional à alta política, ela mesma, é um conceito de gênero porque estabelece a sua importância decisiva de seu poder público, a realidade da existência da sua autoridade superior, precisamente graças à exclusão das mulheres do seu funcionamento. Gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à posição masculina, feminina e fundamenta, ao mesmo tempo o seu sentido (FERREIRA, 2007).

Esta autora percebe que, com a debate, da História e da Sociologia, sobre a questão do gênero, as mulheres começaram a serem vistas com outros olhares de aceitabilidade na sociedade, que até um tempo atrás era considerada masculina, complementando assim, a sua integração neste campo, na medida em que a tecnologia veio avançando.

Por outro lado, Joan Scott (1998, p. 24-25) afirma que o gênero foi utilizado literalmente ou analogicamente pela teoria política, para justificar ou criticar o reinado de monarcas ou para expressar relações entre governantes e governados. Na teoria política da idade média, o símbolo do poder político faz mais frequentemente alusão às relações entre homem e menino. Num momento crítico da época da operacionalização da política nazista na Alemanha, ou do triunfo do aiatolá Khomeini no Irã, em todas essas circunstâncias, a dominação foi legitimada por esses dirigentes. A força, a autoridade central e o poder soberano identificado ao masculino (os inimigos, os *outsiders*, subversivos e a fraqueza eram identificados ao feminino) e traduziram literalmente esse código em leis que colocavam as mulheres no seu lugar, proibindo tal participação na vida política, proibindo o trabalho assalariado das mães, impondo códigos de vestuários às mulheres.

Constata-se com Scott (1998) que a teoria política usou o termo gênero para criar o reinado do monarca, expressar a relação entre governante e governado, o símbolo do poder é identificado ao masculino e o fracasso é identificado à mulher, isso contribuiu para que as mulheres fossem colocadas nos lugares subalternos.

Heilborn (1995) nos disse que a relação de poder e política foram construídas, desde o início da humanidade, dentro da relação familiar. Desde criança, os meninos

foram ensinados a se comportarem como responsáveis de casa, na ausência dos pais e de realizar trabalhos que são percebidos segundo a sociedade como aquele que tem mais peso e que não podem ser realizados pelas meninas, neste caso, as meninas estariam aptas e seriam sempre responsáveis gradativamente por uma série de tarefas, tais como limpar, varrer a casa, passar a roupa, esquentar a comida e cuidar do irmão mais novo. Enquanto os meninos são mais responsáveis pelas atividades simbólicas marcadas exteriormente como o exercício do domínio da casa, eles se comportam como pessoas responsáveis pela realização dos trabalhos mais pesados, tais como lavar o banheiro, varrer o quintal, jogar o lixo, tarefas que se revestem de uma categoria masculina, porque envolvem o segundo sujeito social de mais peso. Este sentido de trabalho pesado foi dado por vigência do valor a ele atribuído. Estas relações não só ficaram na relação familiar, mas transcenderam para diversas esferas da política, inclusive nos parlamentos onde se nota a igualdade e desigualdade patenteadas.

Para Heilborn (1995), homem e mulher só existem na cultura, ou seja, são realidade social e não natural. Isto é, para ela, a cultura que humaniza a espécie o faz em sentidos muito diferentes. Ao se fazer comparação, a dimensão entre as diversas sociedades, pode-se perceber que homens e mulheres são concebidos e modelados de maneira muito variada. A capacidade para uma determinada tarefa não é produzida originalmente pela natureza dos sexos, mas pela cultura que simboliza as atividades como masculinas ou femininas.

Concordamos com a ideia da autora acima, no que refere à questão de gênero e poder, na verdade, as relações entre os seres não são as coisas feitas depois de se tornarem adultos, mas, são práticas que são ensinadas e aprendidas no cotidiano, desde criança, as posições a serem ocupadas por ambos os sexos são separadas e legitimadas ou consideradas com o que pode ser feita pelo homem e o que não pode ser feito pela mulher.

Inocência Mata e Laura Cavalcante Padilha (2007) elaboram as suas conclusões na mesma perspectiva, quando escrevem que as identidades sexuais e as relações entre homens e mulheres são elaboradas diversamente pela sociedade e, mesmo se o discurso geral dos atores sociais, frequentemente está desatualizado em relação às realidades em mutação, não deixa, por esse fato, de funcionar como um quadro de referência nas situações cotidianas, constituindo uma ideologia latente vinculada pela enculturação, isto é, hábitos, na terminologia de Bourdieu, que em todas as situações, inclusive as de

mudanças, conforme as mentalidades, identidades e práticas. Decorre desta perspectiva que as representações de gênero têm uma influência persuasiva, informando as instituições sociais, tais como a economia, a família, a política, e a educação. E incidem na situação de igualdade ou desigualdades de gêneros.

Observa-se junto com Inocência Mata e Laura Cavalcante Padilha (2007) que as identidades sociais e relações sociais entre ambos os sexos são construção sociais, feitas pela própria sociedade, tornando-se seus jeitos de conviver e que moldam as mentalidades, conformadas na convivência do cotidiano.

Conforme Eunice Macedo, Valdecira Costa et al. (2007) as estratégias de combate às desigualdades que afetam a vida das mulheres e a construção de uma agenda de política de gênero, geralmente, dependem das ideias que estruturam as três teorias feministas: teoria feminista humanista; teoria feminista *standpoint*/ponto de vista e teoria feminista pós-moderna. Todas as três teorias fazem a discussão sobre a violação de direitos de mulheres, reivindicando uma política de identidade feminina.

Para Eunice Macedo, Valdecira Costa et al. (2007), a teoria feminista humanista, inserida na perspectiva socioliberal, luta pela igualdade plena entre homens e mulheres, igualdade nos resultados, igualdade política e assumiu a luta contra a discriminação. Incorporara uma subjetividade política igualitária, neutra abstrata e universal que está baseada na crença, na racionalidade livre e universal de todos os seres humanos. No que se refere à representatividade política para as mulheres, esta vertente propôs a quebra de paradigma, acesso à educação e socialização e a criação de infraestruturas de apoio familiar. Na perspectiva desta teoria feminista humanista, os homens e as mulheres devem ter os mesmos direitos de participar no exercício das suas cidadanias, mesmo que estes não assumam a responsabilidade de exercer esta cidadania.

A teoria feminista fundada na abordagem *standpoint* partiu da experiência da vida de mulheres, as suas atividades e valores. Assumiu a subjetividade política como base feminina. Proclama a necessidade de uma política e anuncia a necessidade de uma política de identidade. Focada na categoria mulher e na especificidade de sua experiência nas quais fundamenta toda a lógica de subjetividade política, para esta teoria, as mulheres devem ser respeitadas pelas suas diferenças e é nesta base que se defende a sua maior representação na política, defendendo também a incorporação dos dois sexos, de experiências e valores femininos. Propôs-se assim uma liderança mais racional, também

igual à dos homens. Este feminismo defende que as mulheres podem reconstruir o tecido social através da sua prestação de cuidados, isto pode ser reconhecido como participação das mulheres na construção da cidadania, ao mesmo tempo que esta teoria enfatiza também os direitos, as obrigações e atividades de cidadania.

Enquanto isso, a teoria feminista pós-moderna pressupõe múltiplas categorias imbuídas de temporalidade e não universalista, substituindo as noções unitárias de mulher e de identidade de gênero feminina, por concepção construídas complexas e plurais de identidade social. Trata o gênero como algo relevante e importante, entre outras dimensões, atendendo também à etnicidade, à idade e à orientação sexual. Reconhecer a diversidade das experiências das mulheres significa não aceitar solução única e universal. As desconstrucionistas procuram e desejam mais pluralidade, na política não só para as mulheres, mas também para outros grupos oprimidos (MACEDO; COSTA et al., 2007, p. 25-25).

De acordo com Eunice Macedo, Valdecira Costa et al. (2007), o que se percebe é que as mulheres vêm entrando muito no espaço público, elas se fazem presentes na política, na economia nas empresas etc. Nos últimos anos, elas conseguiram ocupar espaço de poder, porém, elas não estão com poder, as mulheres encontram-se fora do poder da decisão, não estão tendo o poder de decisão em muitas organizações, a decisão ainda continua a ser tomada por parte dos homens.

Apesar de fazerem parte deste espaço de poder, as mulheres ainda se encontram sem autonomia para a decisão, em qualquer instituição, elas estão representando um pequeno número de parcela, tanto nos espaços de decisões, nas estruturas formais do poder, por outro lado, muitas vezes, não participam da tomada da decisão interna, a maioria das organizações tendem a manter ainda os padrões de cargos de poder antes usadas, isto é, os homens continuam a ser detentores do poder e as pessoas consideradas ideais para exercer esta função (MACEDO, COSTA et al., 2007).

Como se pode anotar através do diálogo com os/as autores/as acima citados/as, as mulheres já fazem parte da arena política, do poder através de reivindicações que vêm fazendo para obter aceitabilidade como membros da sociedade humana, com direito a participar nas tomadas de decisão, mas o que sabemos é que não adianta estar presente numa instituição como detentor de poder e não poder opinar ou decidir sobre os assuntos importantes daquela instituição. Desse modo, a sociedade, em geral, precisa se

conscientizada sobre a relevância da participação das mulheres para o desenvolvimento de qualquer país e da democracia.

Este debate nos ajudará a compreender a problemática da desigualdade de gênero na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau. No capítulo a seguir, abordaremos a questão da desigualdade do gênero nos parlamentos no mundo.

CAPÍTULO III

DESIGUALDADE DE GÊNEROS NOS PARLAMENTOS

O presente capítulo pretende analisar a presença das mulheres nos parlamentos a nível mundial, através dos dados da União Interparlamentar de 2014, que se debruça sobre a presença das mulheres durante um percurso de vinte anos, incluindo o último relatório que saiu em 2016. O mesmo capítulo vai indagar sobre a equidade e desigualdade de gênero na política através de diálogo com Solange Ferreira dos Santos de Alcântara, Maria Heilborn, Bila Sorj e outras/os.

3.1. Debate sobre a equidade de gênero nas Conferências da ONU

O texto de Solange Ferreira dos Santos de Alcântara (2012) é um daqueles que nos relata de que forma a equidade e desigualdade de gênero tem se desenvolvido em muitos parlamentos do mundo. De acordo com ela, em alguns países, houve muito destaque, a nível de participação das mulheres no campo político, devido à elevação de quota que ocorreu entre 1997 a 2009. Isso fez com que houvesse acréscimo na percentagem de mulheres nos parlamentos.

O instituto não governamental “União Interparlamentar”, que mede a presença feminina no parlamento mundial, em pesquisa realizada em 2009, revela que apenas 18,6% de mulheres ocupavam, naquele ano, cadeira no poder legislativo, em 187 países pesquisados. Ruanda foi o único país a ter mais de 50% de mulheres no legislativo (UNIÓN INTERPARLAMENTARIA, 2014, tradução nossa).

A história das mulheres nos parlamentos, se tornou o assunto muito debatido nos últimos dez anos, quando a sua participação foi repisada com mais intensidade nas conferências mundiais das Nações Unidas e pela introdução da questão de igualdade de gênero na agenda internacional.

“Quando as mulheres se reuniram na cidade do México em 1975 para Primeira Conferência Mundial de Nações Unidas, conferência sobre a Mulher, a questão das mulheres nos órgãos de tomada de decisão não era levantada. Na época, as mulheres representavam apenas 10,9 por cento dos parlamentares no mundo todo. Dez anos mais tarde, na Terceira Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Nairóbi, a questão das mulheres nos órgãos de tomada de decisão levantou mais interesse. Lá, participantes foram confrontados com a falta de dados adequados e uma maior consciência da diferença de gênero existente neste domínio. A representação de mulheres teve aumentado 1 ponto percentual nos últimos dez anos. Desesperada por esta situação, a conferência de Nairóbi marcou o início de ação mais prolongada e crescente consciência. Governos e parlamentos começaram a assumir uma série de compromissos

com a promoção da igualdade de gênero em todos os domínios da vida política.” (UIP, 2014, p. 215, tradução nossa).

Em termos históricos, o que se observa é que, em 1988, a proporção de mulheres bateu recorde, mas, em seguida, com o colapso do comunismo, em 1989, a proporção de mulheres, na câmara inferior e unicameral, acabou sofrendo a queda. “A média mundial, que, na altura, atingia 14,8%, em 1988, caiu para 10,3%, em 1993, considerando que muitos governos comunistas e Estados de partido único efetivamente asseguravam a seleção de uma grande percentagem de mulheres sem oposição (e homens) de candidatos. O movimento em direção às democracias multipartidárias, na década de 1990, tornou o processo eleitoral muito mais competitivo para as mulheres”. (UIP, 2014, p. 216).

Em 1995, foi verificada a dominação de mulheres nos parlamentos e instância de tomadas de decisão, isso fez com que o compromisso assumido nos anos anteriores, em relação à participação de mulheres, fosse reforçado, na conferência mundial das mulheres em Beijing, ocorrida no mesmo ano. A declaração da plataforma de ação de Beijing, que atentou em analisar como as mulheres estão envolvidas na questão de tomada de decisão, debateu este assunto de forma mais intensa, exigindo que os Estados interviessem e tomassem medidas que pudessem garantir o acesso de mulheres de forma igualitária e aumentasse a participação de mulheres, na posição de destaque na liderança e na tomada de decisões nas estruturas de poder.

“Por meio da declaração, os países reafirmam o compromisso com a igualdade de direitos e com os demais propósitos e princípios consagrados na carta das Nações Unidas, na declaração universal dos direitos humanos e em outros instrumentos internacionais de direitos humanos, como a convenção sobre a eliminação das formas de discriminação contra a mulher, a convenção sobre os direitos das crianças, a declaração sobre o direito aos desenvolvimentos (declaração de Beijing artigo 8º). Da mesma maneira, compromete-se a garantir aplicação dos direitos das mulheres e meninas como parte integrante inalienável e indivisível de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais (declaração de Beijing, artigo 9 e 14), bem como a fortalecer os progressos obtidos nas conferências anteriores das Nações Unidas, sejam aquelas específicas sobre mulheres, sejam aquelas de temáticas sociais variadas da década de 1990 (declaração de Beijing, artigo 10).” (GUARNIERI, 2010, p. 24).

Para a autora, o compromisso sobre a participação das mulheres, no espaço político foi confirmado legalmente através das suas declarações feitas durante a conferência de Beijing, nesta reunião, todos os países, concordaram em cumprir com inserção de uma determinada percentagem de mulheres na política, garantia e igualdade dos direitos humanos.

O aumento de 11,3 a 15,2%, em ambas as casas do parlamento, ao longo dos dez anos (1995-2004), foi um sinal de progresso, não menos importante, porque a representação das mulheres parlamentares, hoje, está em um ponto mais alto. Por muitos anos, o recorde para a representação das mulheres em todo o mundo foi de 1988 como já mencionado.

O último relatório de do UIP (2015, tradução nossa), o qual relata a presença das mulheres no parlamento, durante 20 anos, informa o seguinte: a nível mundial, verifica-se um crescimento considerável da participação das mulheres em parlamentos nacionais; o valor das mulheres superou os 11,3% que tinha em 1995 para 20,5 % em 2012. Apenas 17 % de Estado, ou seja, 33 têm 30% ou mais mulheres nos parlamentos em todo mundo.

3.2. Dados sobre a participação de mulheres nos parlamentos no mundo

As representações das mulheres fizeram o progresso substancial na África subsaariana. A proporção média de mulheres parlamentares, nesse continente, aumentou de 9,8% em 1995 para 22,3% em 2015.

Verifica-se em 1995, que as mulheres eleitas na câmara única era de 30%; em 2010, 7 países tiveram 40% das mulheres na câmara única ou câmara inferior e 5 países da África subsaariana foram considerados os países com número de proporção feminina mais elevada, entre eles, Ruanda ocupa a primeira posição com a proporção feminina de 63%, seguida de Seychelles, com 43,3%; Senegal, 42,7 e África de Sul, 41,5%.

“Relativamente à abordagem, em termos de continentes, o UIP (2014; tradução nossa) afirma que Ruanda é o país da África que possui mais mulheres no parlamento. Em 2008, conseguiu 59,3% e este valor aumentou para 63,3% em 2013. As mulheres quase ganharam metade de todos os lugares e a maioria delas são jovens. Em seguida a Seychelles com 43,8%, Senegal 42% e África do Sul 41,5%. O Senegal também aumentou a sua quota de 11,7%, e m 1995 para 42,7%, em 2015. Este país registrou o progresso no aumento de participação das mulheres, graças à quota de gênero aplicada no país, por meio de lei de igualdade entre homens e mulheres e a exigência da igualdade entre os sexos a serem apresentadas na lista dos candidatos às eleições do país”.

“O Quênia aumentou os 3% que tinha, no ano de 1995 para 19,7%, em 2015. Esta superação foi devido ao cumprimento das quotas percentuais propostas para serem cumpridas. As parlamentares diminuíram, ou tiveram um declínio, saíram de 22,5%, em

W

2014 para 22,3%, em 2015. A Guiné- Bissau aumentou a proporção de mulheres de 10%, em 2011 para 13%, no ano 2014. A Namíbia superou a marca de 40%, em 2011 na câmara baixa” (UIP, 2014, tradução nossa).

“No Maláui, a proporção de mulheres parlamentares diminuiu 4,5 pontos; em 2014, saiu de 21,2%, em que se encontrava no ano 2009, para 16,7%, em 2014. Nas ilhas de Maurícias, a sua percentagem caiu de 18,8%, em 2010, para 11,6, em 2014, perdendo 7,7 pontos. Enquanto uma quota de um terço foi incluída no projeto de livro branco sobre reforma eleitoral, antes das eleições de 2014 não tinham aprovado qualquer legislação relacionada. No entanto, no caso de eleições locais, uma nova lei do governo, aprovada em 2011, uma quota de gênero de um terço foi estabelecida, o que resultou no aumento da representação das mulheres do nível de 6,4% para 26,2%”.

“A Argélia foi a região que mais disparou em termos de participação das mulheres na câmara baixa, em 2015. Neste país, o valor das mulheres saiu de 6,7%, em 1995, para 31,6, em 2015, sendo que a maior parte do referido progresso tinha ocorrido em 2012, ano em que foi introduzida a nova lei de quota que exigia que 20% e 50% das candidaturas parlamentares fossem de mulheres, também era concedida aos parlamentares financiamento público, com base no número de candidatos a nomear” (UIP, 2015 p.6-8 tradução nossa).

Como se percebe, no continente africano, entre os países que mais se destacaram quanto à participação das mulheres no parlamento, o primeiro deles foi a Ruanda com 63% de mulheres, um valor acima da metade dos parlamentares do país.

No continente asiático, o processo de igualdade de desigualdade de gênero foi percebido, segundo a mesma organização da seguinte maneira: neste continente são muito mais verificadas as desigualdades de gênero entre os parlamentares. As proporções de mulheres parlamentares alterou um pouco mais em relação ao seu valor de 2014: saiu do seu 4%, em 1995 para 16, em 2015. O Iraque teve também uma melhora da proporção, na altura, onde conta com 10% e Síria está com 9,6 % . Argélia e Turquia ultrapassaram 30 % da meta traçada, para ser cumprida nos parlamentos e atingiu 31%,6 e o segundo subiu para 31,3. Em Omã, as mulheres ganharam o direito de voto, em 2003; no Kuwait e Qatar, em 2005, nos Emirados Árabes Unidos em 2006; na Arábia Saudita em 2011. Estes são os países que surpreenderam quanto ao acesso a direitos políticos para mulheres.

A representação das mulheres nos parlamentos da Arábia Saudita que, até então, tinha sido composto inteiramente por homens conseguiu dar algumas viradas: as mulheres atingiram 19,9%, em 2013. Na sequência de um decreto real, foi reservado para as mulheres 20% dos acentos. Outros estados árabes conheciam poucas ou nenhuma mudança na representação de mulheres no parlamento, ao longo das últimas duas décadas, tanto que, no Líbano, a proporção de mulheres parlamentares aumentou apenas 0,8 pontos, saindo de 2,3 para 3,1%, o que significa que apenas uma mulher foi eleita, mais em 2015 do que em 1995.

O país chamado Iêmen, sofreu a queda em vez de acréscimo, pois este país teve um decréscimo maior de deputadas em 2015 do que em 1995, tendo diminuído em sua participação 0,7 para 0,3, por esta razão, depois de anos de advocacia e pressão organizada por mulheres, a conferência de diálogo nacional, convocada para elaborar uma nova constituição iemenita, concordou em apoiar a recomendação de que a representação de mulher em cargo público fosse de 30%.

“As eleições realizadas em 2014, na região árabe, resultaram em uma mudança muito pequena: a proporção de mulheres parlamentares aumentou de 16% para 16,1%. Na Tunísia, houve algum progresso mais substancial, aumentando a proporção das mulheres parlamentares para 31,3%, um aumento em relação à exigência estabelecida na constituição de 2014, para assegurar que, nos conselhos eleitos, haja o mesmo número de homens e mulheres. Esse compromisso foi adotado na sequência de um decreto de 2011, ao abrigo do qual a igualdade entre homens e mulheres foi estabelecida em eleições para a assembleia constituinte da Tunísia e exigiu que partidos políticos nomeassem o mesmo número de homens e mulheres. A proporção de mulheres eleitas, em 2014, foi bem abaixo de 50%, devido ao grande número de partidos que ganhou um único assento com uma lista encabeçada por um homem. Sendo então, obrigado a incluir os nomes das mulheres, nas listas nominais dos candidatos. Este mecanismo foi utilizado para superar a resistência de votar a favor das mulheres: de acordo com a comissão eleitoral, apenas 22 dos 83 parlamentares obtiveram os seus assentos diretamente. No entanto, a percentagem de votos, crescendo, começa positiva, indicando que os eleitores cada vez mais votam nas mulheres. No Afeganistão, em 1995, não tinha parlamento, tendo surgido apenas em 2004. Elegeu as mulheres na câmara baixa, em 2015, numa proporção de 27,7%” (IPU, 2014, p.6, tradução nossa).

“Em Singapura, a proporção de mulheres parlamentares também tem aumentado consideravelmente, ao longo dos últimos 20 anos, passando de 3,7 %, em 1995, para 25,3%, em 2015. Houve algumas pequenas alterações na Mongólia, onde a proporção de mulheres parlamentares aumentou de 3,9%, em 1995, para 14,9%, em 2015 (11 pontos) e no Butão, com uma taxa de 0 %, em 1995, e 8,5%, em 2015 (+8.5 pontos). O Japão experimentou o maior avanço em 2014, por ter 9,5% de mulheres ocupando assentos, na câmara baixa, o que significou um aumento de 1,6 pontos percentuais em relação ao 7,9 %, registrado em 2014. Na Índia, o progresso também tem sido moderado: entre 2009 e 2014, a proporção de mulheres parlamentares aumentou de 0,6% na câmara baixa (de 10,8% para 11,4%) e 2,1 pontos no senado (de 10,6% para 12,8%). Estes números escassos contrastam significativamente com os aumentos dramáticos que ocorreram, no nível local, onde, desde 1992, um terço de todos os lugares, para além dos quadros superiores das câmaras municipais, foi reservado para as mulheres. Em vez disso, a Indonésia sofreu um declínio, na sua percentagem de mulheres parlamentares de 18,2 %, em 2009 para 16,8%, em 2014 (uma diminuição de 1,4 pontos)”(UIP, 2014, p.1012, tradução nossa).

Percebe-se, segundo a União Interparlamentaria (UIP, 2014, 2015), que nos países do continente asiático existe diversidade na forma de representação feminina nos assentos parlamentares, em alguns países, as mulheres estiveram mais representadas do que em outros, sendo ainda alguns países muito novos na constituição do parlamento, tais como o Afeganistão, que criou o seu parlamento em 2004 e elegeu 27,7% de mulheres na câmara baixa.

Para a União Interparlamentaria (UIP, 2014, 2015), a participação feminina no parlamento dos países do Pacífico tem sido procedida da seguinte maneira: a média regional desta zona saiu de 6,3%, em 1995 para 15,7%, em 2015, a proporção nesta região foi mais verificada na Austrália e Nova Zelândia, onde a proporção parlamentar aumentou também em 13,8% durante esse período.

Em 1995, em todos países do Pacífico, as mulheres não atingiram os 30 % da cadeira parlamentares, propostos para serem cumpridos na câmara única ou câmara baixa do parlamento; os países com maior proporção de mulheres nesta região foram Nova Zelândia e Austrália, com 21,2% e 8,8% respectivamente. Em 2015, houve maior proporção, na Nova Zelândia, o país ultrapassou os 30% da quota e chegou a atingir

31,4%. Fiji, com uma quota de 14 %, tem sido a cabeça dos estados insulares do Pacífico. O estado insular que teve a maior proporção de mulheres no parlamento nesse ano foi Tuvalu, 7,7 %. Em 2014, a região experimentou grande reveses, pois no Pacífico a proporção de parlamentares diminuiu de 16,2%, em 2013, para 15%, em 2014. A proporção de mulheres parlamentares aumentou mais lentamente nas ilhas do Pacífico: 2,3%, em 1995, para 4,4%, em 2015. Ao longo de 20 anos, os avanços têm produzido, na câmara inferior da Austrália, um aumento proporcional de 8,8%, em 1995 para 26,7%, em 2015.

Em 1994, os partidos trabalhistas australianos se comprometeram a promover a pré-seleção das mulheres para 35% dos assentos, com chances de ganhar em todas as eleições parlamentares para 2002. Quando aplicada nas eleições de 1996, resultou na eleição parlamentar duas vezes na câmara baixa, a proporção atingiu 15,5%. A quota da parte de gênero foi aumentada para 40%, em 2002. A proporção de mulheres parlamentares aumentou mais lentamente nas ilhas do Pacífico: de 2,3%, em 1995 para 4,4%, em 2015.

A proporção das mulheres na câmara baixa tem se mantido relativamente estável ao longo da última década, chegou a 25 %, mas com diferença significativa entre as partes: as mulheres foram 38% do grupo parlamentares do trabalho, mas apenas 20% do grupo parlamentar do partido nacional. A primeira mulher a ocupar posição de primeira-ministra na Austrália foi Julia Gillard. Em 2015, em oito parlamentos dos estados insulares do Pacífico, não era muito verificada a presença de mulheres nesta zona, apenas duas ou três mulheres. Na Papua Nova Guiné, que possui 2,7%, na altura, isso deu-se graças à ampla base do trabalho da organização entre as mulheres para apoiar as mulheres candidatas e graças também à reforma constitucional de 2011, que estabeleceu a obrigação de reservar 22 assentos para mulheres no parlamento.

Em Fiji, a participação de mulheres parlamentares saiu de 11,3%, em 1995, para 16%, em 2014. A eleição prevista, em 2009, só foi realizada em 2014, por motivo de desacordo político no país. Enquanto isso, a nova constituição de 2013 foi prolongada e grupos de diversas mulheres se uniram para se estabelecer uma plataforma, as mulheres também alcançaram a posição de liderança, em vários partidos, incluído o partido no poder de Fiji. Aí, se viu a primeira mulher presidindo o parlamento. Outras ilhas do Pacífico, tais como Micronésia e Palau tiveram uma evolução menos positiva, já que não

tinham mulheres em sua câmara baixa, em 1995. Tonga e Vanuatu tinham experimentado um retrocesso; os dois países tiveram um parlamentar em 1995, mas nenhum, em 2015, (uma diminuição de 2,2% e 3,3% respectivamente).

Desde a independência, apenas cinco mulheres foram eleitas para o parlamento em Vanuatu. O parlamento deste país aprovou a lei de quota de 30% de mulheres, nas eleições locais, tendo sido reservada para estas mulheres, no conselho municipal, quatro mandatos. Estas mulheres eleitas são ajudadas pelos grupos de mulheres, governo, e colaboram para apoiar as mulheres eleitas para exercer este cargo e na formação destas mulheres para ajudá-las a tornarem-se efetivas (UIP 2014, p. 9-10, tradução nossa).

De acordo com os relatos acima da *Inter-Parliamentary Union*, a maioria dos países do Pacífico, não chegou a completar os 30%, propostos para serem cumpridos por todos os países do mundo, os países que tiveram a maioria no parlamento foi a nova Zelândia e Austrália.

Os países europeus também têm experimentado um aumento significativo na proporção de mulheres eleitas para assentos nos parlamentos, entre 1995 e 2015, passando de 13,2% (+ 11,8). Em 1995, a proporção de mulheres parlamentares na única câmara ou câmara inferior ultrapassou 30% em 5 países europeus e 40% em 1 (Suécia). O aumento destes números, até 2015, tem sido extraordinário: a proporção de mulheres ultrapassou 30%, em 17 estados e 40%, em 5 estados e alcançou a igualdade de representação em um país, Andorra. Além do último, que só passou a integrar o grupo de países mais bem classificados na Europa, dois países nórdicos continuam neste grupo: Suécia (43,6%) e Finlândia (42,5%).

Os países nórdicos da Europa como Noruega, Suécia e Dinamarca são os países mais destacados em toda a região europeia e a nível global, em termos de participação feminina no parlamento e continuaram a se destacar na proporção de mulheres nos assentos, mostrando pequenas variações entre si. O parlamento de Noruega possui +3 pontos, Suécia +3,2 e Dinamarca +4,5 pontos, entre eles, havia pouca variação, entre 1995 e 2015. Outros países da Europa que tiveram mais progresso foram a Islândia com +15,9 pontos e Finlândia com +9 pontos.

De modo geral, a proporção de mulheres parlamentares na Europa, entre os anos de 1995 e 2015, saiu de 13,2% para 25%, na câmara única ou câmara baixa de cinco países.

Foram superados os 30% propostos para serem cumpridos em todos os parlamentos, a nível mundial. O país cuja proporção feminina foi muito mais notável, em relação aos outros países, foi Andorra. Este país deu um aumento muito significativo, saiu de 3,6% para 50%. Ao longo destes 20 anos, ele conseguiu atingir os 46,4 pontos e aumentou de 1 a 14 pontos os 28 assentos no parlamento, durante o mesmo ano acima referido.

A Suécia já atingiu os 40%. O aumento deste número, até 2015, tem sido extraordinário: praticamente em 17 Estados já foram atingidos os 30% e em 5 Estados já atingiu os 40%. Nos países nórdicos tem-se verificado mais aumento em relação às outras partes da Europa e a igualdade de representação foi alcançada em um país, Andorra. A Suécia, por sua vez, chegou aos 43,6% e a Finlândia aos 42,5%.

A Suécia teve um pouco de declínio, na proporção de mulheres parlamentares. Em 2010, foram eleitas somente 43,6%, ao passo que a proporção de mulheres parlamentares aumentou na Espanha: saiu de 16% para 41,1%; a França saiu de 6,4 % para 26,2%; em Portugal, de 13% para 31, 3% ; a Itália saiu de 15,1% para 31% . Todos estes países adotaram o processo de quota. O país europeu que tinha menos parlamentares, em 2015 do que em 1995, foi a Hungria, onde a proporção caiu de 11,4% para 10,1%. A proporção de bancadas parlamentares é de 10% ou menos, nos estados da Europa ocidental, por que não foi colocado em prática, o sistema de quota adotado para a inclusão das mulheres no parlamento em todos os países do mundo.

Na região dos Balcãs, a Eslovênia tem participação feminina nos parlamentos, esta passou de 14,4, em 1995, para 36,7%, em 2015, favorecida por uma reforma eleitoral de 2006, a qual estipulou que nenhum dos dois sexos deve representar menos de 35% dos candidatos. A Sérvia, que é a antiga República Iugoslava, tem leis quase idênticas sobre quotas e níveis elevados de mulheres nos seus parlamentos nacionais, em proporções muito semelhantes: 34% e 33,3 %, respectivamente. (UIP,2014. P.6, tradução nossa).

Percebe-se, segundo UIP (2014 e2015), que há muitas diferenças em termos de representação das mulheres nos parlamentos de todos os países do continente europeu, como foi visto também nos outros continentes acima abordados. Alguns parlamentos europeus obtiveram mais melhoria em termos de representação das mulheres, porém em outros, este número diminuiu em 2015.

Segundo a Unión Interparlamentaria, que mede a presença feminina no parlamento, a proporção das mulheres no parlamento, de modo geral, nas Américas, durante 20 anos, tem registrado algum aumento percentual: saiu de 12,7%, em 1995 para 26,4, em 2015. Mas, de forma específica, entre os países que compõem as Américas, verifica-se o aumento e a queda em alguns parlamentos.

De acordo com a Unión Interparlamentaria (UIP,2014, tradução nossa), nos Estados Unidos as mulheres que ocupam o assento no congresso, em 2014, chegaram a 19,3%. A Argentina tem 25,3% e Cuba tem 22,8%. No final do ano 1990 e em 2000, quando foi introduzido a quota de 30% na América Latina, a participação quase em todos os países latino-americanos foi de 30%. No entanto, no final dos anos 2000, nesta parte começou a se consolidar o conceito de paridade. Nos Estados Unidos, a representação das mulheres na câmara baixa aumentou de 10% para 19,9%.

Em 2008, o primeiro Estado a aumentar a sua percentagem de 30% para 50% foi o Equador, que teve esta grande proporção por ter aumentado sucessivamente as quotas percentuais no parlamento. Em 1997, foi adotado 20% e aumentou para 30%, em 2000. Conseguiu atingir 50%, em 2009. Este aumento ocorrido entre estes anos fez com que, nas eleições de 2013, houvesse aumento na proporção das mulheres para mais de 40% na assembleia nacional do Equador, inclusive na vigência do primeiro presidente e de dois vice-presidentes. Esta adoção de quotas também foi seguida pela Costa Rica, em 2009; na Bolívia, em 2010, Nicarágua e Panamá, em 2012 e, no México, em 2014. Na reforma do sistema eleitoral, no Chile, em 2015, o país se pautou pela paridade reflexiva em que, nem sexo masculino, nem feminino podia ser superior a 60%, e nem podia estar abaixo de 30% do número total de candidatos estabelecida.

Na Caribe e na América do Norte, a proporção, nesta sub-regiões, tem sido menor, com exceção da casa superior de alguns países do Caribe. Nestas câmaras cujos membros são frequentemente apontados, houve um aumento da participação das mulheres maior do que aquele que ocorreu em suas câmaras baixas. Já em 1995, em Santa Lúcia e Belize, houve mais de 30% das mulheres em seus senados. Em 2015, o contrato entre as altas câmaras baixos e câmaras segue. Na câmara baixa do Belize, há apenas 3,1% de mulheres parlamentares em comparação com 38,5% no senado. Esse padrão se repete nas ilhas do Caribe. Enquanto isso, o México registrou um aumento de 23,8 pontos percentuais de

14,2% a 38%. O Brasil é um contraexemplo: apesar de existência de quota, a partir de 1997, a participação de mulheres na câmara baixa aumentou de 7% para 9%.

Em 2014, nas Américas, houve mais aumento em algumas regiões do que em outras. Nesta região, são quatro países que ocuparam as posições de topo no mundo, melhorando a representação das mulheres no parlamento, estes países são: Bolívia, República Dominicana, Colômbia e Panamá. Os resultados da Bolívia, Panamá e Colômbia estão relacionados com quotas novas ou alterações políticas. Foi registrada a importante representação das mulheres na câmara baixa da Bolívia, que teve um aumento, passando de 22,3%, em 2009, para 53,1%, em 2014. Este avanço pode ser diretamente atribuído à alteração da sua legislação, em matérias de quotas, nos termos da qual, em 2010, aumentou de 30% para 50% a participação, então, em vigor e a alternância de nomes de homens e mulheres, nas listas de candidatos dos partidos estipulados.

No contexto oposto, a Costa Rica registrou um declínio significativo de 5,3 pontos. A proporção de mulheres eleitas para um assento no parlamento, que era de 38,6%, em 2010, caiu para 33,3%, em 2014. Embora se mantenha uma elevada percentagem, de uma perspectiva global, mesmo com aumento de 40% para 50%, feito em 2009, quando o país, alterou a sua lei, segundo a qual as listas de candidatos deveriam atender os padrões de paridade e alternância entre homens e mulheres; caso contrário, eles seriam rejeitados, este país sofreu uma queda. A diminuição, em 2014, pode ser atribuída a apenas 22% das listas que eram chefiadas pelas mulheres (UIP, 2014, p. 4-6, tradução nossa). O novo relatório de UIP, de 2015, faz questão de nos mostrar a percentagem de mulheres neste ano.

Em todo mundo, 2015 foi um ano político turbulento em que os discursos eleitorais foram dominados pela migração e pela crise financeira, bem como a contínua incidência da violência extremista. No entanto, a representação parlamentar aumentou apenas 0,5 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Avanços significativos, em 2013, um aumento de 1,5 pontos percentuais na média global, não se repetiram as maiores conquistas obtidas nas Américas (+ 0,8 pontos), países subsaarianos (+ 0,8 pontos), Europa (+ 0,4 pontos), Ásia (+0,2 pontos, e no Pacífico (+ 0,1 pontos). Para câmaras simples ou inferiores, dois países voltaram ao prestigiado grupo de 30%: a República de Unida de Tanzânia e a Suécia. Ambas as câmaras parlamentares da Etiópia e Tobago atingiram a marca de 30%.

Como se percebe, segundo os relatórios do UIP (2014 e 2015, tradução nossa), o continente americano, teve a mesma diferença percentual na representação das mulheres no parlamento, alguns países tiveram mais mulheres, exercendo cargo de deputadas em relação aos outros. Em todos os países que compõem as Américas, a Bolívia, República Dominicana, Colômbia e Panamá, foram os países que estão mais à frente em termos de representação de mulheres no parlamento, em contraposição à Costa Rica, onde houve queda na representatividade das mulheres no parlamento.

Tabela 1: Média regional nos parlamentos de 1995 e 2016 situação em junho de 1995 e janeiro de 2016, ambas as casas combinadas, posição, regiões, a fim de exibir sua evolução descendente, em pontos percentuais.

Continentes	Ano 1995	Ano 2016
Média mundial	11,3	22,6
América	12,7	27,2
África subsaariana	9,8	23,2
Estados árabes	4,3	17,5
Europa	13,2	25,4
Pacífico	6,3	15,8
Ásia	13,3	18,8

Fonte: IPU, 2015, p. 2; reelaboração da autora.

3.3. Desigualdade, igualdade e equidade de gênero na política

Neste subcapítulo, vamos abordar a igualdade e desigualdade e a equidade de gênero na esfera política. De acordo com Tathiana Haddad Guarnieri (2010), a ONU chegou à conclusão de que existe desigualdade e discriminação das mulheres em toda parte do mundo. As mulheres comportam as pessoas que tiveram acesso diferenciado à educação e ao direito, são pouco remuneradas, em relação aos homens e são as que ocupam posições menos hierarquizadas.

Foram promovidos inúmeros debates e conferências que concedem às mulheres os direitos à educação, ao bem-estar, acesso igual nas estruturas políticas e econômicas, direito à igualdade no acesso ao poder e na tomada de decisão, a participação da mulher

na mídia etc. Estes e outros direitos foram consolidados, na quarta conferência mundial das mulheres, realizada em Beijing, no ano 1995.

Como se observa, segundo Tathiana Haddad Guarnieri (2010), existe a desigualdade de gênero, em muitas partes da sociedade, especialmente nas instituições. Na área educacional bem como nas áreas do emprego, a mulher tem acesso diferenciado do homem e na maioria das vezes ocupa posições com menos poder.

Conforme Solange Ferreira dos Santos Alcântara (2012), a mulher vem se inserindo, no espaço político, formalmente com mecanismo de estímulo institucional, a partir de década de noventa (1990). A sua presença neste espaço influencia na discussão e no interesse do partido da esquerda e da direita para o debate relacionado à temática da mulher, feminismo e gênero, a fim de poderem construir melhor as suas ideologias, estas iniciativas ideológicas contribuíram para que se colocasse, na discussão da esquerda e da direita, a questão da presença das mulheres no campo de tomada de decisão, com o propósito de equilibrar a participação entre homens e mulheres na política.

“A participação das mulheres atingiu as agendas políticas dos países ao redor do mundo. Um número crescente, as declarações globais e regionais sublinharam a necessidade da participação das mulheres e a proporção de mulheres parlamentares tornou-se um indicador chave para a igualdade entre homens e mulheres”. (IPU, 2014, p. 4; tradução nossa).

A oportunidade da inserção das mulheres na esfera política tem sido motivada por grandes mudanças: foram as mudanças políticas, econômicas e sociais de grande importância que prejudicaram gradualmente valores patriarcais, deram às mulheres mais oportunidades para assumir papéis diferentes, tendo de abrir o caminho para novas instituições políticas. Uma segunda maneira, mais ativa, tem sido o questionamento dos obstáculos existentes, tais como a relutância tradicional dos partidos políticos em ter as mulheres em suas fileiras, através da adoção de medidas especiais temporárias (nomeadamente horários de eleições de gênero), a fim de alcançar melhorias em um curto espaço de tempo.

Percebe-se, segundo a citação acima, que a questão da participação das mulheres, na política conseguiu chegar em toda parte do mundo, tomando como elemento chave para igualdade entre ambos os sexos, o homem e a mulher. Ela conseguiu se inserir no espaço político, quando aconteceram mudanças políticas econômicas, possibilitando assim o acesso de mulher a esse espaço.

Para Maria Heilborn e Bila Sorj (1999), durante os anos 70, as mulheres conseguiam ter acesso ao emprego, através de muitas condições por elas propostas. Antes do mercado lhes conceder o emprego, elas passavam por muitos questionários e entrega de comprovantes de que elas necessitavam aquele emprego, isto é, tinham que provar uma certa idade, situação conjugal, número e idade dos filhos, responsabilidades domésticas e cuidado com os filhos e demais familiares.

O mercado de trabalho se apropria desta diferença e, com isso, os homens passam a exercer cargos com mais poder hierárquico, tarefas com perspectivas de promoção e de treinamento e isso serve para estipular o seu nível de rendimento. O mesmo emprego, quando destinado ao homem, passam adquirir outra característica, são melhor remunerados e têm maiores oportunidades de promoção e treinamento disponível. A discriminação de mulheres seria, então, explicada pela presença da ideologia de gênero, que se inscreve também no sistema produtivo e orienta práticas de gestão diferenciada.

Como se percebe, segundo Maria Heilborn e Bila Sorj (1999), o início da inserção das mulheres no mercado de trabalho, conta com uma série de critérios: as mulheres preenchiam muitos questionários, confirmando que, estavam precisando do emprego por motivos familiares e ao mesmo tempo, tinham que comprovar que estavam cuidando dos filhos e precisavam desse emprego para isso.

Segundo Solange Ferreira (2012), a presença das mulheres é muito limitada em espaços públicos, no conhecimento científico, na educação igualitária e na política. Este limite tem sido influenciado por comportamentos patriarcais medievais, de base ideológica totalitária, com forte cunho religioso. Este comportamento foi muito presente nas eleições presidenciais no Brasil, em 2010, quando Dilma Rousseff foi eleita presidente.

“A eleição presidencial de 2010, apresentou um cenário hostil para a candidata Dilma Rousseff, ela foi alvo de muitos ataques, que jamais tinham se vivenciado na história da república. A partir destas eleições percebeu-se que questões de ordem moral e pessoal vinculavam nas redes sociais em uma velocidade nunca antes vista, reafirmando valores conservadores e tampouco divulgando a plataforma política da candidata”. (FEREIRA, 2012, p.13).

Como se anota, segundo Solange (2012), ser mulher candidata é ter que sofrer por muitos ataques dos partidos de oposição, até a própria sociedade contribui de forma

inconsciente, para que isso aconteça, tomando como a base, para justificar para esta ação, a diferença biológica.

Segundo UIP (2014, p. 13), a mulher é tratada de forma diferenciada na esfera política. As experiências negativas que tiveram algumas mulheres, no campo da política, contribuem para conter as ambições de outras mulheres. Após o mandato da primeira-ministra, Julia Gillard (2010-2013), na Austrália, 60% das mulheres com idade entre 18 e 21 anos e 80% e aquelas com mais de 31 anos responderam numa entrevista, feita no país sobre ocupar cargo público, que eram menos propensas a serem apresentadas como candidatas depois de ver a negatividade com que Gillard tinha sido tratada pela mídia.

Percebe-se, conforme a citação acima que as mulheres são tratadas de forma diferenciada, na instituição política e este jeito de tratamento, faz com que a maioria das mulheres, não queira se ocupar com a política partidária ou qualquer política voltada para a direção do governo de um país.

Para Eunice Macedo, Valdecira Costa et al (2007), as mulheres conseguem entrar na esfera pública, mas a desigualdade quanto à execução das funções hierárquicas, continua sendo ainda muito verificada, apesar da mulher ter entrado na esfera pública já há algum tempo, este cenário continua com o seu perfil masculino, quanto ao que se refere à hierarquia. As mulheres tendem a ocupar uma posição de baixo nível de poder, mesmo tendo a mesma formação acadêmica que o homem.

Como observam Eunice Macedo, Valdecira Costa et al (2007), mesmo com a formação acadêmica, as mulheres continuam sendo colocadas em partes subalternos, não são muito encontradas nas áreas de instituições que dão acesso à hierarquia, estas funções são desempenhadas pelos homens.

No capítulo que se segue, vamos abordar a República da Guiné-Bissau quanto à questão de gênero neste país, isto é, como é compreendida a relação entre homens e mulheres na esfera da política, tendo o parlamento como foco.

CAPÍTULO IV

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU E A POLÍTICA DE IGUALDADE DE GÊNERO

No presente capítulo, trataremos da República da Guiné Bissau, destacando a sua situação geográfica, econômica, política e a discussão sobre a questão de gênero.

4.1. República da Guiné-Bissau

De acordo com Domingos Augusto da Silva Baducaran (2010), a história da Guiné-Bissau, conseqüentemente a do seu povoamento e urbanização, foi marcada por frequentes invasões, antes, este território fazia parte do império do Gana, os mandingas do reino do Mali e os fulas do reino de Fouta Djallon. Depois disso, no século XV, iniciou-se a presença portuguesa, penetrando primeiramente no atual Bairro de Bandim e Chão de papel, conquistaram o povo deste local e depois conseguiram consolidar o processo de colonização. Se, no início se verificou esta oposição, já um século depois, os portugueses teriam também de enfrentar uma força armada liderada por Amílcar Cabral, numa guerra de guerrilha que viria a durar mais de uma década. Contudo, o cenário urbano viria a sofrer ainda mais com a guerra civil de 1998, em consequência da qual algumas infraestruturas foram destruídas, mantendo-se como tal até os dias de hoje.

A República da Guiné-Bissau, cuja capital é Bissau, está situada na sub-região da África Ocidental. Faz fronteira com o Senegal, ao norte, e com a República da Guiné, a leste e ao sul. Além do território continental, inclui o Arquipélago dos Bijagós. O conjunto equivale 125 Km², embora uma parte da área marginal seja periodicamente submersa pela maré-alta (macaréu). O relevo é essencialmente plano, com a zona costeira profusamente recortada por braços de mar. O clima é tropical, úmido e quente, com duas estações: a seca e a das chuvas, a primeira estende-se sensivelmente entre dezembro até o mês de abril, as chuvas se iniciam habitualmente em meados do mês de maio, até novembro (PINTO, 2009, p. 12).

Administrativamente, a Guiné Bissau está dividida em 9 regiões, são elas: Bissau a capital, Oio, Bafata, Gabu, Quinara, Tombali, Biombo, Cacheu, Bolama Bijagós, as regiões são governadas pelo representante máximo da região. Também conta com 37 outras, controladas pelos administradores dos setores (SILVA, 2010, p. 22-23). Este país também está composto por três províncias que são província Norte, província Sul e província Este (EDUARDO, 2014).

No século XV, o país foi colonizado por portugueses e passou a se chamar Guiné portuguesa. O território, desde então, passou a pertencer à colônia portuguesa – o país só conseguiu ser independente formalmente em 1974, reconhecido em Portugal, após a ‘Revolução dos Cravos’, em 25 de Abril de 1974, um ano após a declaração unilateral de independência proclamada por João Beraldo ‘Nino’ Vieira, em nome dos combatentes da liberdade da Pátria, em 24 de setembro de 1973.

O grande líder influenciador da luta armada foi Amílcar Lopes Cabral, filho de um cabo-verdiano e uma guineense, o grande líder que nasceu em Bafata, aos 21 anos fez curso de licenciatura em Agronomia, em Portugal, junto com o seu meio-irmão e outros companheiros. Em 1956, fundou o Partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). O nome do partido servia de aliança secular entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde que se organizava em uma mesma unidade administrativa, no interior do sistema colonial português, em 1878 (MOE EU, 2005).

A população da Guiné-Bissau é estimada, em 1991, em torno de 983.367 habitantes. Em 2007, a ONU estima um valor de 1.586.000, o *world factbook* estima, no mesmo ano, 1.473.780, em junho de 2007, com idade média de 19.1 anos. A população estimada para Bissau, em 2003, é de 335. 856 com a esperança média de vida de aproximadamente 45 anos. Esta população é composta por mais de 30 grupos étnicos que são residentes neste território, segundo Paula Pito (2009). Atualmente, a sua população é estimada em 1,7 milhões de habitante, conforme Patrícia Godinho Gomes (2015).

A língua oficial da Guiné-Bissau é o português, mas a língua mais falada pela sociedade é o crioulo, seguida da língua franca e das línguas africanas, como assim o afirma Pinto (2009 -p 13). [...] O crioulo foi incrementado durante o período da luta armada e era um instrumento muito importante para a prossecução da independência. A expansão desta língua traz as mudanças de hábitos, *intra* e *inter* étnicos e, por um lado, reflete um renascimento (após uma perturbação durante o período da colonização efetiva) com algum significado da colaboração interétnica. É possível que em nenhuma outra luta pela autodeterminação na África tenham tido participação, uma diversidade de etnias, como no caso da Guiné-Bissau. A proximidade revelada neste período pode ser parte da explicação para a convivência pacífica que se verificava em Bissau, onde estão presentes todas as etnias, convivendo totalmente, desde a independência.

Como se percebe, através dos três autores acima, a Guiné-Bissau é um território politicamente organizado e delimitado, com a sua língua materna, que é o crioulo. Foi colonizada por Portugal no século XV e libertada pela guerrilha liderada por Amílcar Cabral e outras entidades, em 1973.

Segundo a Misión de Observación de la Unión Europea (MOE EU, 2005, p. 6), “a população deste país está composta do ponto de vista religioso por 45% de muçulmanos, 5% de cristãos e 50% classificados como animistas. Nas duas religiões, não existe uma prática religiosa por completo, alguns cristãos e muçulmanos praticam a religião tradicional, em todas as etnias algumas são consideradas como as que praticam mais animismo. Os étnicos considerados mais animistas são Balanta (30%), os Manjacos (9- 10%), os Papéis (10%), os Mancanhas e Brames (3- 4%), os Bijagós (2%) e os Felupes e Baiotes (1-2%), ao passo que, nos grupos muçulmanos, estão incluídos os Fulas (30%), os Mandingas (13%), os Biafadas (3%), o Susus e Nalús (1%)”.

“De acordo com a constituição da república da Guiné-Bissau (CRB,1996, p.2 Artigo 3º- Artigo 11º), a república da Guiné-Bissau é um Estado de democracia constitucionalmente instituído, fundado na unidade nacional e com efetiva participação popular no desempenho, controle e direção das atividades públicas, e orientado para a construção de uma sociedade livre e justa. A organização econômica e social da Guiné-Bissau se assenta nos princípios da economia de mercado, na subordinação do poder econômico ao poder político e na coexistência das propriedades pública, cooperativa e privada. A organização econômica e social da república da Guiné-Bissau tem como objetivo a promoção contínua do bem-estar do povo e a eliminação de todas as formas de sujeição da pessoa humana a interesses degradantes, em proveito de indivíduos, de grupos ou de classes.”

“O país depende em 45% da agricultura, o seu principal produto de exportação é a castanha de caju, este produto, segundo o DNARP (2011), representa 90% da exportação total e quase 17% das receitas do Estado. No setor privado, o país contava, em 2009, com 75 empresas, a sua economia teve um pouco de crescimento real, em média de 3,1% entre, 2008 e 2009”.

“Este crescimento foi impulsionado pela agricultura, para um valor de 6,3% nos finais de 2009, incluída a cadeia de produção e exportação da castanha de caju. Embora o preço de exportação do caju tenha sofrido a contração de quase 30% em 2009 na sequência da crise econômica mundial, o impacto nas receitas

de exportação foi compensado por um aumento notável no volume de exportação”. (DNARP, 2011, p. 17).

Como se percebe nesta criação, o crescimento econômico do país conta com aumento um pouco considerável, em 2009, graças ao crescimento agrícola de 6,3% e da exportação de caju.

Ainda segundo o DNARP (2011, p. 29), a agricultura constitui a fonte do suporte econômico para 83% da população da Guiné-Bissau, desempenha um papel importante nas contribuições para as contas externas do país. As exportações agrícolas, a silvicultura e a pesca representam mais de 98% do total das exportações de bens. Ela é, de longe, o maior emprego da economia (65% do emprego total), e constitui um fator muito influente no nível da pobreza do país. Este cultiva mais arroz para servir de alimentos que é muito importante para a segurança alimentar da população. O país conta com uma potencialidade que permite aumentar a produção de arroz, cultivado em água doce, por uma quantidade de 600kg/ha para 2,5 tonelada por *habitat*. Em 2000-2008, a produção de cereais foi ativamente mais dinâmica, registrando o maior aumento seguido da castanha de caju e pecuária.

“O principal produto de exportação é o caju, este produto contribui muito para incremento da economia na zona rural do país. Em 1970, a Guiné-Bissau exportava 1.200 toneladas e aumentou ainda mais, em 2005, para 100.000 toneladas; 135.500 toneladas” em 2009, e 122.300, em 2010 (DNARP, 2011, p. 29-30). Como se percebe, através do DNARP, os produtos internos brutos do país se complementam, para garantir a sobrevivência da sociedade guineense, mas o que se percebe, neste país, é que não existe muito a especialização em diferentes áreas, para transformação dos produtos internos brutos, para que possam durar muito tempo e beneficiar ainda mais a sociedade, como é o caso de caju, um dos produtos mais

exportados: não há fábrica para transformação que possa durar muito tempo. A área de agricultura precisa da máquina que possa lavrar a terra, em grande quantidade, pois o homem não consegue fazer, para gerar produção abundante e minimizar os esforços das mulheres e dos homens.

Em relação à exportação na atualidade, o país dispõe de boas condições naturais para o desenvolvimento dos recursos haliêuticos: estima-se uma produção de peixe gerada na zona econômica exclusiva de 250.000 toneladas por ano, atualmente o setor da pesca está contribuindo com 25% a 40% para a receita pública

O produto interno bruto (PIB) do país é a castanha de caju, peixe, camarão, madeira e semente de palmeira, sendo os seus principais recursos naturais o fosfato bauxita, argila, granito, pedra calcária, peixe, madeira e depósito de petróleo para exportação. Em 2014, o país ocupava 172ª posição entre 177 países, colocados no índice do desenvolvimento no relatório de PNUD, a quantidade do PIB possuído por cada um de seus habitantes é de 140 dólares.

Ainda de acordo com o DNARP II (2011), na década de 2000, a vida pública na Guiné-Bissau foi marcada essencialmente pela persistência da instabilidade política,

fragilidade de Estado e não observação de preceitos do estado de direito democrático, diretamente no que se refere à submissão do poder militar ao poder civil. Os conflitos, ocorridos entre 1998-1999, provocados pelo então presidente da República e o general das forças armadas, criou a instabilidade político-econômica e social, que continua a refletir negativamente nestas áreas e contribuir para a instabilidade que o país está passando.

Esta instabilidade que se reflete em substituição de sucessivos governos, num período que não ultrapassava seis meses entre 2000-2004, nas ingerências dos militares nos assuntos políticos e de governação, colocando os esforços voltados para a consolidação da democracia e do estado de direito. Mais ainda: a mesma instabilidade contribuiu para graves entraves para a governabilidade do país, em geral e para a gestão e monitorização de estratégias nacionais de desenvolvimento, em particular.

De 2000 a 2003, o país foi marcado pela alteração de ordem constitucional, ocorrida em 14 de setembro. Em outubro do mesmo ano, foi criado um governo de transição para organizar as eleições legislativas, que tiveram lugar em 2004. O governo que saiu como vencedor destas eleições tinha minoria de deputados na bancada parlamentar, fato que veio a contribuir para as suas dificuldades durante o seu exercício, mas, mesmo assim, neste mandato apresentaram-se as melhoras governamentais e a retomada do relacionamento com a comunidade internacional.

Depois da queda do governo em 2006, o país voltou a outra fase de incerteza e fragilidade política governamental e de arranjo político parlamentar do governo. Deste período até 2008, que é o final da legislatura, o país conheceu três governos, os dois primeiros governos resultaram do reajuste político para a criação de plataformas parlamentares para a sustentabilidade da governação da assembleia nacional popular e o terceiro foi o governo de fórum de convergência e desenvolvimento, constituído em 2006, este governo é o fruto do resultado de uma coligação que envolveu os políticos e frações partidárias com assentos parlamentares.

Por outro lado, a Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (2005), compreende a Guiné Bissau como um pequeno território que fica geograficamente na costa ocidental da África, composto pela área insular do Arquipélago dos Bijagós e uma área continental. O país conta com 1.000.400 milhões de habitantes em 2005, constituídos por grande pluralidade étnica, centrados na capital e nas demais regiões do país. A Guiné-Bissau se estende sobre uma área territorial presumidamente de 36.125km², é um país predominantemente rural com poucos centros urbanos.

Segundo a Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (2005 p.6), “a população deste país está composta do ponto de vista religioso por 45% de muçulmanos,

5% de cristãos de 50% classificados como animistas. Nas duas religiões, não existe uma prática religiosa por completo, alguns cristãos e muçulmanos praticam a religião tradicional, em todas as etnias algumas são consideradas como as que praticam mais animismo. Os étnicos considerados mais animistas são Balanta (30%), os Manjacos (9-10%), os Papéis (10%), os Mancanhas e Brames (3- 4%), os Bijagós (2%) e os Felupes e Baiotes (1-2%), ao passo que, nos grupos muçulmanos, estão incluídos os Fulas (30%), os Mandingas (13%), os Biafadas (3%), o Susus e Nalús (1%)”.

A Guiné-Bissau é um país que adotou o sistema do governo político semipresidencialista em que o presidente da república e os 102 parlamentares da assembleia nacional popular são eleitos por sufrágio direto e universal para um mandato de 5 anos para presidente da república e 4 anos para primeiro-ministro. Neste país, o governo é empossado pela Assembleia Nacional Popular. Destituído por votação favorável de uma moção de censura, o presidente da república pode dissolver a assembleia nacional popular, em caso constitucional previsto. A independência do poder judiciário é garantida pela constituição e o tribunal superior de justiça, além de ser vértice do sistema judicial, tem poder de revisão constitucional.

“O país optou por democracia representativa, um pluralismo de político e descentralização administrativa. A criação de instituições democráticas, sendo assembleia nacional popular um exemplo. A liberalização política favoreceu, entre outras, a organização da sociedade civil, a expansão da imprensa, a emergência de ONG, associações e sindicatos que contribuem de forma notória para a constituição de uma opinião pública nacional organizada.”

(RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU 2003, p. 12).

Como se percebe, este país adotou a democracia representativa, mas, na verdade, os representantes da população nem sempre conseguem representar a vontade da população, no seu todo. A descentralização política traz muitas guerrinhas entre os partidos políticos do país e acaba contribuindo para o conflito interno. Por outro lado, a coisa importante que aconteceu, neste exato momento, foi a adesão do país ao multipartidarismo, permitindo que muitas instituições e ONGS fossem criadas e pudessem reivindicar sobre a situação política do país ou sobre a emancipação da população, sendo atualmente elementos da sociedade civil para a melhoria da situação política do país.

Segundo Fatumata Seidi Bá e Abdulai Baio (2016), a Guiné Bissau é um país que adotou a forma do governo semipresidencialista, o presidente da república é o chefe de Estado, ou comandante em chefe da nação. O primeiro-ministro do país exerce o cargo de presidente do governo. A Assembleia Nacional da Guiné-Bissau é o órgão supremo da nação, ela é constituída por 100 deputados de diferentes formações políticas.

Os dois autores acima referidos concordam, na análise de forma de governo, mas, por outro lado, discordam quanto à quantidade de membros que constituem a assembleia nacional popular da república da Guiné-Bissau, para a comissão nacional de observação eleitoral na Guiné-Bissau, a ANP, é composta pelos 102 elementos para Fatumata Seidi Bá, esta instituição tem 100 elementos.

Na verdade, perante esta análise da situação política do país, constatamos que essas inúmeras competências que o presidente e os parlamentares têm de fazer e desfazer das coisas nem sempre são usados para o bem da sociedade em geral, às vezes são usadas na base da legalidade do ‘fazer e desfazer as coisas’, ela é apropriada para demitir a pessoa considerada adversário ou simplesmente por não ter o mesmo projeto político de seu oponente. Estes são elementos que até então contribuem para o entrave político do país.

Conforme a Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (2005), a crise política da Guiné-Bissau teve início logo após independência, quando do governo de Luiz Cabral, o então presidente da república da Guiné-Bissau, entre 1974 até 1980, data em que foi deposto por João Beraldo Vieira, um dos ex-líderes dos combatentes da liberdade

da pátria que, em seguida, assumiu o poder em 14 de novembro de 1980. Depois deste golpe, o país foi governado por um único partido, o PAIGC e único presidente, João Beraldo Nino Vieira, o chefe do movimento reajustador, que liderou o país, de 1980 até 1994, momento em que surgiram outros partidos políticos. A primeira eleição parlamentar e presidencial ocorreu em 1994, quando foi eleito João Beraldo Nino Vieira, novamente como presidente da república. Em agosto de 1994, ele ganhou as eleições presidenciais com 52% contra o Kumba Yalá do partido da renovação social, PRS.

Neste mesmo ano, na eleição legislativa, o partido da luta pela a independência saiu vencedor, conseguiu ter 62 assentos dos 102 na Assembleia Nacional Popular, contra o partido Movimento Bafatá (RGB), com 19 e o Partido da Renovação Social (PRS), liderado por Kumba Yalá que conseguiu ter 12 assentos, a União para Mudança (UM), com 6 cadeiras e, por último, a Frente para Libertação e Independência da Guiné-Bissau (FLING) elegeu somente um deputado.

Em 1998, o país passou por um conflito armado liderado pelo presidente da república, João Beraldo Vieira e contou com o apoio de tropas senegalesas e do Chefe do Estado-Maior, General de Forças Armadas, o brigadeiro Ansumané Mané, que teve apoio da população do país, depois que venceu o conflito e assegurou o governo, por alguns meses. Tendo como primeiro-ministro, Francisco José Fadul e Malam Bacai Sanhá como presidente de Assembleia Nacional Popular da república da Guiné-Bissau.

Com o efeito, o conflito militar de 1998 colocou em risco todo os avanços conseguidos antes e agravou a situação, por si já precária, dos setores sociais, ministério da educação e plano de nacional de ação. (PLANO DE AÇÃO EDUCAÇÃO PARA TODOS EPT, 2003)

Ainda, segundo a Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (2005), em 1999, foram realizadas as eleições, legislativa e presidencial, no país, o líder do partido da renovação social, PRS, saiu vencedor desta eleição, mas, em seguida, foi acusado de usar o poder e promover intriga entre os grupos étnicos, como forma de se manter no poder.

“A grave crise política foi aberta quando, após ter dissolvido a Assembleia Nacional Popular, em novembro de 2002, o Presidente Koumba Yalá viria a ser derrubado por um golpe militar liderado sem derramamento de sangue por Veríssimo Correia Seabra, em setembro de 2003. Na sequência do golpe, foi assinada entre um comitê militar e os partidos políticos uma Carta de Transição Política que, para a restituição da ordem constitucional, estabeleceu um

governo de transição e nomeou Henrique Rosa Presidente interino”. (MOE EU, 2005, p. 88).

Surgiu, segundo a Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (2005), a grave crise política em Guiné-Bissau, entre 2002-2003, no primeiro ano, o parlamento foi dissolvido e, no segundo ano, o presidente foi derrubado por um golpe militar, comandado por Veríssimo Correia Seabra, o então general das forças armadas, sendo o país, depois, segurado por um governo de transição, até a realização das eleições.

Por outro lado, de acordo com o Banco Africano para Desenvolvimento (2015, tradução nossa), Veríssimo Correia Seabra, também acusado de nepotismo no interior das forças armadas, foi assassinado pelas tropas que participaram do programa da ONU, na Libéria. Seu cargo foi assumido pelo brigadeiro Tagmé Na Waie, que também foi morto depois. O último golpe, aconteceu em 12 de abril de 2012. Atualmente há um novo governo eleito, legalmente, em 2014, por ocasião da eleição geral.

De acordo com a citação acima, a Guiné-Bissau enfrentou mais de três golpes de Estado, desde que se tornou independente da colonização portuguesa. A administração do país foi interrompida pelos sucessivos golpes que aconteceram da primeira fase da sua independência até a data presente.

4.2. Questão de gênero na Guiné Bissau

Este subcapítulo do nosso trabalho pretende abordar a questão de gênero na Guiné-Bissau, buscando, por meio das literaturas ou livros e artigos, compreender o diálogo que está sendo feito neste país.

Quanto ao debate sobre a questão de gênero na Guiné-Bissau, Inocência Mata e Laura Cavalcante Padilha (2007) nos levaram de volta para pensar a construção social desta sociedade, durante a época da Guiné-portuguesa e como tudo se deu. Para elas, a colonização impactou muito as vidas dos homens e das mulheres, no seu sentido dinâmico, isto é, na tensões, acomodações e inovações, entre o capitalismo colonial, o modo de produção familiar, as atitudes e práticas patriarcais europeias e africanas, assim como refletiu do mesmo modo a resistência ativa das mulheres ao controle masculino sobre os recursos sociais para as próprias mulheres.

O que se percebe é que a educação contribuiu muito para fortalecer a desigualdade de gênero no país. Durante a colonização, a educação escolar era restrita a uma elite socioeconômica, recrutada entre o aparelho de colonização política e econômica,

coexistente com outra educação diferente, voltada para população local. Os dois grupos recebiam educação bem diferenciada: o primeiro grupo recebia o ensino oficial português e o segundo grupo recebia a educação prática, destinada à mão-de-obra minimamente qualificada para realizar os trabalhos voltados para a exploração econômica, com base na agricultura familiar e no monopólio das companhias comerciais, na base de controle do próprio governo colonial português.

Ainda afirmam as autoras acima que os dois sistemas educacionais foram geridos pela Igreja e pela administração colonial, esta centrava o seu conteúdo no ensino da língua, cultura e religião cristãs, isto é, nos seus próprios valores e representações sociais, entre os quais os próprios papéis das mulheres. Nas escolas, os homens eram preparados com intuito de ocupar a esfera pública e produtiva, enquanto as mulheres eram ensinadas a serem boas mães e donas de casa. Eram também ensinadas a serem pessoas passivas, dependentes economicamente dos pais ou esposo. Desde então, os lugares a serem ocupados por ambos eram separados sexualmente, contribuindo assim para os homens se ocuparem mais da educação formal:

“Desta forma identificados como o grupo alvo das ações desenvolvimentistas nomeadamente no setor de educativo, foram os primeiros beneficiários da escolaridade formal. Enquanto os homens aprendiam a ler, escrever e aritmética, as mulheres eram ensinadas a tornarem-se boas donas de casa segundo o modelo português”. (MATA; CAVALCANTE, 2007, p. 77).

Como se percebe através de Inocência Mate e Laura Cavalcante Padilha, os homens formam os primeiros grupos a conseguirem ter acesso à educação formal. A educação formal chega aos homens durante a colonização portuguesa no país, sendo muitas vezes oferecida a um grupo restrito que se beneficia desta oportunidade

Continuando, Inocência Mata e Laura Cavalcante Padilha (2007) esclarecem que durante a luta de libertação, a mulher veio participando da esfera política, lutando para a libertação do país, tal como é o caso de Ernestina Sila, conhecida por Titina Sila, que morreu durante a batalha contra o exército português. As mulheres eram incentivadas a participar da política através das suas inserções junto aos comutes, que foram criados nas tabancas (vila), os quais incluíam uma ou duas mulheres, envolvendo-as na área de assuntos sociais e serviços de apoio logístico, mas aquela ação de subalternização do passado continuava ainda presente neste momento, tanto que elas eram responsáveis pelos trabalhos considerados menos difíceis.

Depois da independência do país, em 1974, o novo Estado proclamou a igualdade entre os homens e mulheres, ampliou o espaço da educação para todos. Isso não tardou a entrar em declínio, por causa da fraca economia em que se encontrava o país. Nos anos 80, foi passada uma parte do custo da educação dos filhos para os seus pais, essa crise acabou por afetar a educação das meninas, na medida que os pais, com aquela concepção de que os meninos devem ser aqueles que atuam no espaço público, priorizaram a educação dos meninos, enquanto as meninas eram colocadas para ajudar as mães no comércio e assim poder manter a economia doméstica.

“A situação desfavorável das mulheres no acesso ao sistema de ensino é realçada pelo fato de que, se a nível da frequência do ensino básico, ainda representarem um número significativo dos alunos, só 9,6% das mulheres frequentaram o ensino secundário geral, contra 19,9% dos homens. Deste modo, no conjunto de da população, de 7 e mais anos, que frequentou o ensino secundário em geral, predominam claramente os homens com um valor de 57%. A literatura atinge a maioria das mulheres com 12 e mais anos, 53,6%.” (MATA; CAVALCANTE, 2007, p. 84).

Como se percebe, a fraca percentualidade das mulheres no sistema do ensino tem sua origem com a primeira fase da inserção no ensino básico, sendo reduzido o número que entra no ensino básico, pois os homens é que ingressam no ensino básico com mais frequência.

De acordo com Laura Cavalcante Padilha e Inocência Mata (2007), a causa motivadora deste elevado número dos homens na educação formal em contraposição às mulheres, no espaço da educação formal, foi motivada pelas concepções, tidas pelas famílias, de que os homens tendem a trazer os recursos sociais mais que as mulheres.

De acordo com o relatório do ministério da educação da Guiné-Bissau (2003), esta desigualdade continua ainda verificada nesta área. De 1991 a 2000, o acesso à educação foi muito diferenciado entre os meninos e as meninas. Esta diferença foi notada desde a infância, começando, desde o ensino básico, os rapazes chegavam a 27.600 e as mocinhas a 20.600, uma diferença de 0,7 de 1999 a 2000. Esta diferenciação se aprofunda, à medida que se avança nos anos de formação, para atingir uma relação de 1,60% na quarta classe.

A desigualdade de gênero relativa ao acesso à educação na Guiné-Bissau é mais frequente na zona rural do que na zona urbana, que conta como 100% de acesso de educação para os meninos contra 92% para as meninas. Na zona urbana, 95% dos meninos estão ativos, enquanto somente 60% das meninas na zona rural estão ativas. A taxa de retenção é igualmente mais fraca entre meninos, com 57 % de meninos a 4ª classe

contra 37% de meninas. Enfim, disparidades regionais importantes subsistem no que diz respeito à taxa bruta de escolarização, apresentando as taxas mais baixas a região de Bafatá com 37,7% e a região de Gabu com 47,9% no mesmo período de análise, sendo a região de Biombo e Bolama com 126,3% e 114% respectivamente. A taxa média da escolarização de 7-12 anos é de 69,4%, correspondendo a 85,0% para rapazes e 54% para mocinhas. (PLANO DE AÇÃO EDUCAÇÃO PARA TODOS, 2003).

O limite, em termos de educação das meninas em relação aos meninos, contribuiu muito para provocar a desigualdade entre ambos os sexos, em termos de exercício da profissão, as mulheres passaram a ter mais cursos profissionais técnicos do que os homens.

“Segundo dados do recenseamento de 1991, as mulheres em Bissau, tendem a ocupar os níveis mais baixos, da hierarquia sócio profissional, os cargos que não exigem escolarização (comércio e vendas, serviços profissionais e doméstica) e aqueles que exigem uma formação média (enfermeiras, professora, empregadas de escritórios,) ou trabalharem, por conta própria, no setor informal da economia.” (MATA; CAVALCANTE, 2007, p. 85).

Ainda o censo de 1991 mostra que, em Bissau, as mulheres estão distribuídas de forma desigual, em diversas categorias sócio-profissionais. Elas estão presentes, de forma ativa, em artesanais, transformadoras de produtos florestais, agrícola e piscatório. Os trabalhos nas indústrias artesanais são distribuídos por faixas etárias, por tipo de exercícios e também dele fazem parte dos membros da força armada.

Esta citação mostra que as mulheres guineenses se encontram em 1991 em desvantagem nas posições de hierarquia em relação aos homens, ou seja, elas são mais encontradas nos comércios, vendas, enfermagem, entre outros.

“Gradualmente as mulheres guineenses mostram-se atuantes na sociedade civil. Macaria Barai, uma conhecida ativista local, foi mesmo a mulher com mais visibilidade e liderança no seio da sociedade civil. Com efeito, nas vésperas das eleições organizou uma marcha em Bissau para a promoção de um eleitoral pacífico e ordeiro, apelando a calma regularmente em programa radiofônico e divulgando informação sobre o processo eleitoral. As mulheres estiveram também bem representadas na comissão nacional das eleições (CNE) e na (CRE) e assembleia de voto, contratando-se ainda uma proporção satisfatória de mulheres entre os delegados dos candidatos”. (MOU UE, 2005, p. 33)

Conforme esta citação, as mulheres guineenses atuam mais na sociedade civil, isto é, elas atuam mais na assembleia de voto e na comissão nacional de eleições de 2005. Segundo a Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (2005), ao contrário disso, nesta eleição, havia somente uma mulher, Antonieta Rosa Gomes, disputando as eleições

presidências de 2005, com um número de 12 candidatos. Desde o começo das eleições multipartidária, de 1994 a 2005, ela é a única mulher candidata nas eleições no país, mas, em nenhuma das eleições conseguiu ganhar.

De acordo com Laura Cavalcante Padilha e Inocência Mata (2007), as mulheres são mais encontradas na área de indústria extrativa e transformadora, atuantes da área técnica como técnicos de enfermagem, na agricultura e criação de gado. Elas trabalham também nas forças armadas e nos escritórios, enfermeiras, professoras, ocupam posição de baixa hierarquia. E ainda estão espalhadas por diversas categorias socioprofissionais, exercendo os cargos que não exigem uma formação profissional média.

Diferentemente de Inocência Mata e Laura Cavalcante Padilha, Patrícia Godinho Gomes (2015), no seu artigo titulado “Estado da arte na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar”, faz uma análise histórica da evolução do estudo de gênero na Guiné-Bissau, percorrendo três momentos: a luta de libertação, a primeira fase de independência e a segunda fase da independência. O seu objetivo é analisar a produção acadêmica da literatura cinzenta sobre estudo de gênero, realizados por guineenses e estrangeiros, no período da luta pela independência e nos anos 1990. A nós, interessa saber, por meio desta análise, a questão de gênero na sociedade guineense, neste exato momento.

Segundo Patrícia Godinho Gomes (2015), durante a luta de libertação, as mulheres participaram em diversos programas educativos, exerceram a profissão de professoras, agentes de saúde, transportadoras de alimentos, educadoras e formadoras, especificamente nas zonas que, durante a luta, foi libertada do poder colonial e são úteis no processo de mudança da mentalidade da sociedade na altura do processo da luta.

Nesta fase, os escritos se referiam sobre a relevância da participação e sobre a condição das mulheres na transformação sociocultural. O primeiro documento que foca a relevância da participação das mulheres nas forças armadas foi escrito no relatório da evolução do PAIGC. Neste trabalho, relata-se a importância das mulheres para o desenvolvimento da Guiné-Bissau e Cabo Verde, referindo às conquistas alcançadas por elas, na escolarização de formação e de aquisição de competência, sobretudo no âmbito político e de gestão das áreas já libertadas.

Do ponto de vista de Patrícia Godinho Gomes (2015), na zona rurais, as mulheres chegaram a ser presidentes e vice-presidentes de aldeais, comitês, comissárias políticas e membros da região ou do setor, passaram por um treinamento, antes de ocuparem estas

funções, assim como para se tornarem ativas e aptas para ir ao campo de batalha; passaram pela fase de milícia, depois que apresentaram a aptidão para ir à guerra, elas começaram a se integraram na FARP e foram enviadas para missão de guerra junto com os homens.

Após a independência, nesta fase, o estudo feito procura problematizar o processo de reconstrução em chave de gênero, propondo-se a entender se, nesta altura, a condição feminina estava em progresso ou retrocesso, então, os estudos feitos comprovam as duas possibilidades e percebe-se que algumas mulheres residentes na zona urbana estão se beneficiando da igualdade jurídica, enquanto aquelas residentes na zona rural não têm esta oportunidade. No que refere à primeira fase da independência, as mulheres habitantes da zona rural, que tinham ocupado um espaço com uma posição de menor poder, acabam sendo esquecidas.

Conforme Patrícia Godinho Gomes (2015), apesar de, na primeira fase da independência, as mulheres do interior terem sido esquecidas, há algumas que continuam se destacando muito nesta zona; ainda são nesta fase as detentoras do poder. Uma mulher chamada Aurélia Correia, chamada também pela população local e pelos portugueses de ‘Rainha de Orango’, destacou-se muito na região de Geba e das ilhas de Bissango de Bijagós. Esta mulher foi considerada uma figura muito importante, neste exato momento, é uma pessoa que chegou a dominar o comércio da região de Geba até a ilha de Bissango de Bijagós, durante um quartel do século

XIX. Ela conseguia realizar o seu comércio com ambos os gêneros, homens e mulheres, criava os mecanismos de negociação do poder com os homens que possuíam mais patentes da região, com as elites, africanos locais e também com outras mulheres que se encontravam em posição de subordinação.

Segundo a autora, em 1991, através das associações femininas, as mulheres conseguiram diversificar a produção agrícola e não agrícola, obtendo grandes benefícios em nível familiar. Em 1994, foi analisado o fenômeno do êxodo rural e as estratégias de sobrevivência adotadas pelas mulheres. Apesar de terem adotado inúmeros projetos para melhorar o *status* das mulheres e suas produtividades, as políticas que foram adotadas na altura desfavoreceram as mulheres, por terem de exercer o papel de chefe de família, excluindo, deste modo, as mulheres de privilégio de ter acesso à tecnologia, ao crédito e aos serviços.

Diferentemente de Patrícia Godinho Gomes (2015), a questão de gênero também é analisada na perspectiva do Banco da África para o Desenvolvimento (2015; tradução nossa), que faz análise da problemática do gênero na economia, nos direitos legais e no

desenvolvimento, pois o perfil do gênero ajudaria no desenvolvimento do país e na construção de uma igualdade e equidade de gênero. Ambos os sexos apresentam dificuldades financeiras.

Conforme o Banco da África para o Desenvolvimento (2015), o problema de gênero relacionado à saúde em Guiné-Bissau tem a ver com alguns problemas causados por uma série de fatores motivadores. Estes fatores são os que contribuíram para certos riscos para as mulheres.

“Os problemas de saúde especificamente relacionados com o gênero incluem a taxa de fertilidade alta, 5 nascidos vivos por mulher (taxa de passagem 6,8 em áreas rurais); a falta de conscientização sobre a saúde reprodutiva, acesso a serviços e a utilização de contracepção (dado 86% das mulheres de 15 a 49 que são casadas ou têm um parceiro fixo não para contracepção); a alta taxa de gravidez adolescente de 15 a 19 anos (30%), por causa do casamento precoce; e a alta taxa de mortalidade materna (790 em 100 000 nascimentos). De acordo com Ploeg, ‘a alta taxa de mortalidade da mãe é o maior tipo de problema no país.’” (BANCO DA ÁFRICA PARA O DESENVOLVIMENTO ,2015, p. 24, tradução nossa).

Ainda na perspectiva do Banco da África para o Desenvolvimento (2015), o acesso das meninas à educação nos últimos anos conseguiu melhoras significantes. Relativamente ao ingresso das meninas e dos meninos, houve mais elevado número de meninas que estão terminando os seus estudos do que de meninos: em 2010, foram matriculadas 70% de crianças no sub-inicial e 57% das meninas, neste mesmo ano, já havia concluído o ensino primário, um valor que superou os 21% do ano 2000. Isso fez aumentar também a taxa do ensino primário para 64% contra 29% em 2000. Mas as mulheres acabam por deixar os seus estudos muito cedo, por causa do casamento precoce. Em geral, as meninas apresentam a taxa de conclusão inferior à dos homens, tanto que em 2008-2012 elas apresentam 19,9% e os homens apresentam 27,3% dos inscritos. Mesmo entre as mulheres jovens, com a idade entre 15 e 24, a taxa de analfabetismo era 60% nas áreas rurais. Mais ainda: até 84% das mulheres jovens não sabia ler (Banco da África para o Desenvolvimento 2015).

Ainda de acordo com Banco da África para o Desenvolvimento (2015), a maioria dos homens e mulheres enfrentam a pobreza, falta de infraestrutura básica e falta de saúde, educação e justiça básica. Foi neste contexto, marcado por instabilidade governamental e crises, que apareceram muitas associações e organizações, em torno da defesa dos interesses das mulheres, nomeadamente através do desenvolvimento de uma política nacional para a promoção de igualdade e equidade de gênero. No momento, conta com muitas organizações que estão voltadas para promover a igualdade do gênero, a fim de amenizar as condições entre homens e mulheres.

Entre as organizações que trabalham para promover a igualdade de gênero na Guiné-Bissau, podem ser citados as seguintes: Plataforma Política das Mulheres (PPM); Rede das Mulheres, Paz e Segurança no Espaço CEDEAO (REMSECAO); Rede Nacional de Luta contra Violência Baseada no Gênero e na Criança (RENLUV); Associação Mulheres com Atividades Econômicas (AMAE); Conselho Nacional das Mulheres Trabalhadoras (CNMT); Plataforma de Organização Sociedade Civil (Bafatá); a Intervenção Feminina (Gabú); Associação das Produtoras Agrícolas e para a Luta Contra a Fome (APALCOF, Contubuel); Comité Nacional para o Abandono das Práticas Nefastas (CNPN); o DJINOPI; a Sinin Mira Nassiquê; Voz di Paz etc. Segundo Fatumata Seide Bá e Abdulai Baio (ONTG-CS), o movimento sindical está lutando para garantir a defesa dos interesses e igualdade dos direitos, entre homens e mulheres, no emprego e essencialmente no trabalho na perspectiva do gênero.

Conforme o Banco da África para o Desenvolvimento (2015), os homens e as mulheres estão muito presentes na construção da economia da Guiné-Bissau, as mulheres representam 80% da população economicamente ativa contra 90% dos homens, na cidade de Bissau, as mulheres consideradas dirigentes da casa representam 31% e 20% nas regiões, estas mulheres conseguem exercer esta função através das suas práticas agrícolas e do comércio de caju; elas também são as pessoas que trabalham mais na parte do cultivo e da colheita, mas trabalham nas terras pertencentes aos pais ou ao marido, pois a terra sempre pertence aos pais ou marido, por serem estes considerados como as entidades que tomam as decisões sobre as terras e os recursos. As mulheres praticam a pescaria e vendem esses peixes, mas o que se percebe nesta área é que elas passam por dificuldades em termo de conservação e de transporte desses peixes, de um mercado para outro, por causa das infraestruturas que se encontram em um estado desfavorável. Esta falta de elementos suficientes contribuíram para que as mulheres continuassem na parte inferior do Estado.

No que toca aos direitos legais sobre os gêneros no país, para Banco da África para o Desenvolvimento (2015), ambos os sexos, masculino e feminino, têm os mesmos direitos perante a constituição da república da Guiné-Bissau e são iguais em domínios políticos, econômicos, culturais e sociais, mas esses direitos não beneficiaram muitas vezes as mulheres, praticamente elas são violentadas pela sociedade. O apoio jurídico tem sido sempre negado às mulheres, esta situação é presente em todos aspectos da sociedade

da Guiné-Bissau, incluindo o acesso à educação, serviço de saúde e justiça, a herança, a terra, entre outros.

“As entrevistas mostram que muitas leis em vigor na Guiné-Bissau desde os dias da colonização portuguesa, não tomam em consideração as realidades atuais, incluindo o objetivo de igualdade entre homens e mulheres. Uma área particularmente importante para reformas sobre poderes legais das mulheres é quanto à propriedade e herança dos terrenos e outros imóveis, para que sejam registrados em seus próprios nomes. O PNIEG de acordo com a Lei de Terras em vigor (Lei da Terra) garante o direito de uso da terra sem discriminação, mas, na verdade, para todos grupos étnicos no país, a terra retorna aos homens e é gerida por eles, como fazendeiros, líderes comunitários ou chefes de famílias.” (BANCO DA ÁFRICA PARA O DESENVOLVIMENTO, 2015, p. 22, tradução nossa).

Apreende-se através dessa citação que, apesar de acesso às terras ser garantido de forma igual para homens e mulheres, elas são administradas pelos homens.

De acordo com o documento acima citado, existe alta taxa de gravidez entre as adolescentes de 15-19 ano de idade, sendo que 30% destas adolescentes passam por isso devido ao casamento precoce, o que na maioria das vezes, contribui para que as meninas deixem os seus estudos muito precocemente, para amamentação e cuidados com o recém-nascido.

CAPITULO V:

PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA ASSEMBLEIA POPULAR DA REPÚBLICA DA GUINÉ BISSAU

Nesse capítulo, trataremos de participação das mulheres na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, referente às eleições das mulheres parlamentares e o papel das deputadas guineenses na ANP e no desenvolvimento da nação. Para o nosso diálogo, tomaremos aqui duas deputadas para análise desta situação: Adja Satú Câmara Pinto, Dan Iala NCanha Baranção.

De acordo com a Juan E. Diaz Bordenave (1983), a participação é a inclusão de todos os membros consumidores dos bens materiais e culturais inerentes ao desenvolvimento modernizador (p. 16), a participação é realizada quando o grupo popular organizado, intervém no poder de Estado e das classes dominantes.

A participação pública diz respeito, em processos de ordenamento do território, ao envolvimento, à informação e à consulta do público nas atividades de planejamento. A participação pública deve constituir-se cada vez mais como um pressuposto para a aceitação e manutenção dos planos, podendo ainda afirmar-se como um meio de ação contra uma crescente indiferença por questões de política local (BORDENAVE 1983, p1-2).

Por outro lado, segundo a constituição da república da Guiné-Bissau (1996), “a Assembleia Nacional Popular é o supremo órgão legislativo e de fiscalização política de todos os cidadãos guineenses, é o órgão que decide sobre as questões fundamentais da política interna e externa”. Assembleia Nacional Popular tem a competência de fazer a revisão da constituição, fazer as leis, votar as moções e resoluções, aprovar o programa do governo, orçamento geral do estado, plano nacional para desenvolvimento e as suas leis, aprovar os tratados que envolvem o país com os assuntos das organizações internacionais, referentes ao tratado de amizade, de paz, de defesa, de retificação das fronteiras, entre outros. Compete à Assembleia Nacional legislar sobre a nacionalidade guineense, organização jurídica, estádio de sítio e de emergência, a definição do crime, penas e medidas de segurança, processo criminal, definição dos limites das águas territoriais e das suas zonas econômicas exclusivas, associações e partidos políticos, sistema eleitoral e sistema monetário.

Ainda de acordo com a constituição da república da Guiné-Bissau (1996), a legislatura de Assembleia Nacional Popular tem duração de quatro anos, os deputados são eleitos por círculos eleitorais definidos pelo sufrágio universal e representam seu círculo e povo em geral, os deputados têm a obrigação de defender o povo, o país, os princípios e objetivos da constituição da república. Mas também podem interpelar o governo e votar contra qualquer projeto durante o seu mandato e não serem detidos por questão criminal ou disciplinar, em juízo de fora. Salvo em flagrante delito a que corresponda pena igual ou superior a dois anos de trabalho obrigatório, ou prévio assentamento da Assembleia Nacional Popular. Os deputados que faltam frequentemente os seus deveres podem ser detidos pela Assembleia Nacional Popular. Um terço de deputados efetivos têm a competência de moção de censura e não aprovação e moção de censura por maioria absoluta, implica em demissão do governo.

5.1. Mulheres guineenses nas eleições parlamentares

De acordo com relatório da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH, 2012, p. 38- 39), “as mulheres têm participado muito na esfera política e na tomada de decisão, da luta armada; neste momento, elas representaram posições muito importantes, mas, depois da independência, a sua presença nestas áreas tem sido pouco verificada. As mulheres foram se afastando e se ocupando mais na esfera privada, enquanto os homens se encarregaram de cuidar da economia, política e tomada da decisão social”.

Observa-se, na perspectiva da Liga Guineense dos Direitos Humanos (2012), que a participação das mulheres guineenses no campo político, tem sido indiscutível, durante a luta de libertação, representando as posições muito importantes, isso só deixou de acontecer com muita frequência neste espaço quando a luta terminou.

Conforme Patrícia Godinho Gomes (2015), a questão de gênero na Guiné-Bissau percorreu o período da luta pela independência e o período da primeira fase da independência de 1975 a 1984 e a segunda fase da independência de 1985 a 1994. Nesta análise, constatou-se que as mulheres participaram na luta de libertação do país, exercendo atividades logísticas; elas eram também professoras nas áreas libertadas, assumiram até posto de comitê de aldeias juntamente com os homens, assim como desempenhavam papel de soldados, na linha, lutando contra os colonizadores, neste caso, aponta-se o caso da Ernestina Sila, conhecido popularmente como Titina Silá, heroína guineense, que morreu durante a batalha contra o colonizador. Na altura, a demanda das

mulheres na esfera pública era muito verificada até na primeira fase da independência do país, momento em que o país contava com um partido único, o PAIGC.

Ainda conforme Patrícia Godinho Gomes (2016), de acordo com o relatório do Segundo Congresso da UDMU, de dezembro de 1988, onde foi analisada a situação da mulher na política e no processo de desenvolvimento, assistiu-se à participação das mulheres tornar-se um pouco crescente e cada vez mais ativa na vida política, econômica, social e cultural do país entre 1973 e 1984. A nível do conselho regional, as mulheres aumentaram a participação mais significativamente, durante a terceira legislatura, apesar de serem uma percentagem menor, elas superaram a percentagem representada na primeira legislatura.

“Entre a I legislatura (1973-1976) e a III legislatura (1984-1989), a presença de mulheres aumentou consideravelmente nos conselhos regionais, tendo passado de 8,6% na I Legislatura para 10,6% na II legislatura e para 14,4 na III legislatura. Apesar de globalmente baixa e de se verificar sobretudo a nível da base, os números mostram uma tendência para um aumento efetivo da participação política das mulheres na III legislatura. (GOMES, 2016, p. 137).

De acordo com esta análise de Patrícia Godinho Gomes feita sobre as três legislaturas, percebe-se que, na terceira legislatura, houve mais mulheres no conselho regional do que nos dois primeiros.

Relativamente aos assentos que as mulheres ocupam na Assembleia Nacional Popular, que é a área do o nosso estudo, Patrícia Godinho Gomes (2016) afirma que, durante o período de 1973-1984, referente a três legislaturas que passaram em Guiné-Bissau, soma-se um total de 44,1% por estes anos; este valor corresponde às três primeiras legislaturas parlamentares que foram realizadas em Guiné-Bissau, depois que o país se tornou independente dos colonizadores portugueses. Durante o período de 1973-1976 referente à I legislatura, as mulheres representaram na Assembleia Nacional Popular 15,8%; os 11,3% na II legislatura de 1976-1984 e os 14,6% na III legislatura de 1984-1989.

A grande diferença percentual das mulheres em relação aos homens, referente a representantes na Assembleia Nacional Popular, no espaço político e em função de direção da Guiné-Bissau, deve-se ao fato de que as mulheres são menos representadas em termos de cargos políticos, quando podem ter acesso a estas esferas e tendem a ter maior representação política a nível das bases. Tudo isso foi causado pela desigualdade na forma de instrução dos membros da sociedade e desigualdade no acesso à formação

acadêmica das mulheres, questão ora ligada ao modelo demográfico, ora ligada à organização social das diferentes sociedades da Guiné-Bissau. Estes acessos diferenciais contribuíram para que houvesse pouca participação em todas as esferas públicas, especificamente na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau (GODINHO, 2016).

Por outro lado, para Patrícia Godinho Gomes (2013), na legislatura de 1989-1994, foram eleitos 150 deputados, na Assembleia Nacional Popular, para representar a população guineense, na tomada de decisão, entre eles, 30 são mulheres que compõem esta instituição, na altura.

“Por outro lado, se se considerar a evolução da participação das mulheres na era do pós-independência, nos órgãos de soberania, nota-se que apesar de a constituição da república nos seus artigos 24º e 25º consagrar a igualdade de direito entre homens e mulheres, a verdade é que esse aspecto não encontra parcela no plano real, como pode se constatar a presença feminina na Assembleia Nacional Popular”. (GODINHOS,2013).

Para Godinho, apesar da igualdade de direito ser consagrada pela constituição da república, na prática, ela não é vista assim.

Diferente de Gomes (2016), por outro lado, “*The global economy*” (2015) fez uma análise sobre as parlamentares da Guiné-Bissau, de 1990 a 2015. Entre estes anos, ele constata que houve uma queda em termos percentuais das mulheres, saindo de 20%, um valor razoavelmente significativo que Assembleia Nacional Popular atingiu durante 1990, para 7,8% em 2000. O país sofreu uma queda em termos de representação feminina no parlamento, durante o ano de 2000, sendo a média total entre 1990 e 2015 de 11,93%.

Compreende-se segundo “*The global economy*” (2015) que, o parlamento guineense contou com melhores momentos nas eleições das parlamentares, mas também contou com péssimos em termos de representação, chegando a eleger 7,8% em 2000.

Conforme a Unión Interparlamentaria (UIP, 2015) a percentagem das mulheres tem um pouco de acréscimo. Na sua análise, entre 1995 e 2015, a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau aumentou mais 3%, saindo de 10% em 1995 para 13,7% em 2015. A participação das mulheres aumentou um pouco significativamente na Guiné-Bissau, assim como a nível mundial, tendo a Guiné Bissau ficado na 131.ª posição no *ranking* mundial da participação das mulheres no parlamento.

A presença das mulheres tem aumentado um pouco significativamente, na esfera política e na tomada de decisão do Estado, o seu número aumentou no parlamento durante

2015, em relação ao ano 1995 que contava com 10 mulheres. Depois deste ano, até o ano 2015, atingiram 13 elementos (UIP, 2015).

De acordo com Elisabete Azevedo-Harman (2009), apesar da Assembleia Nacional Popular (ANP) começar o seu funcionamento desde momento em que o país deu o primeiro passo da sua independência, no ano 1973, funcionando ainda com governo monopartidarista na altura, o país conseguiu realizar a sua primeira eleição multipartidária, presidencial e parlamentar em 1994-1998, entre outros elementos eleitos, não conseguiram exercer as suas funções, até chegar ao final dos seus mandatos sem ser atrapalhados. As outras eleições realizadas em 1997 foram atrapalhadas pela guerra civil de 1998 e as eleições de 2000 que tinham previsão de terminar em 2004, foram atrapalhadas pelo golpe em 2003.

Segundo esta autora, percebe-se que estes pequenos conflitos que vinham acontecendo no país estavam contribuindo de forma indireta para afastar as mulheres da esfera política e especificamente da Assembleia Nacional Popular.

De acordo com Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau (ANP,2014), nas últimas eleições gerais realizadas, em junho de 2014, foram eleitos 14 parlamentares.

“Através do resultado da última eleição parlamentar feita em 16 de junho de 2014, mostra que dos 102 deputados de Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau (ANP), foram eleitas 14 mulheres neste aparelho de tomada de decisão, a bancada parlamentar do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que conta com 57 deputados, tem treze mulheres e a bancada parlamentar do Partido da Renovação Social (PRS) que tem 41 deputados elegeu apenas uma mulher, totalizando este valor acima referido.” (ANP, 2014).

Ainda conforme a ANP (2014), as deputadas que representam a bancada parlamentar do PAIGC são as seguintes: Adja (Haja) Satú Camará Pinto (círculo 03, Buba/Empada, Região de Quinará), Dan Iala N’Canha Baranção (círculo 01, Catió, Região de Tombali) Isabel M. Cassimo Gomes (círculo 24, Bissau, Centro Autónomo de Bissau) Isabel Mendes Buscardini (círculo 08, Mansoa/Nhacra, Região de Oio), Maria Paula C. Pereira (Círculo 26, Centro Autónomo de Bissau), Maria Aurora Abissa Sanó Sanhá (círculo 27, Bissau, Centro Autónomo de Bissau), Mai Cissé (círculo 28, Bissau, Centro Autónomo de Bissau), Matilde Indequi (círculo 13, Bambadinca/Xitole, Região de Bafatá), Sali Cassamá (círculo 03, Buba/Empada, Região de Quinará), Salimatu Cassamá (círculo 26, Bissau, Centro Autónomo de Bissau), Teresa Sanca Ndoi (círculo

20, Caió/Canchungo, Região de Cacheu), Aba Serra (círculo 15, Boé/Pitche, Região de Gabú), Anha Baldé (círculo 14, Contuboe/Ganadú, Região de Bafatá).

O Partido da Renovação Social elegeu somente uma deputada chamada Martina Moreira Moniz Nafantchamna, eleita no círculo 25, Bissau, Centro Autônomo de Bissau. Concentramos o nosso esforço em trazer a lista nominal das deputadas deste ano porque este é o ano do foco do nosso estudo, apesar de não ignorar as funções das mulheres nos anos atrás, o ano 2014-2015 é o mais importante para o nosso estudo.

Como vem mostrando a ANP da Guiné-Bissau, na última eleição geral de 2014, foram eleitas 14 mulheres parlamentares, das quais 13 são do partido africano para independência da Guiné e Cabo Verde PAGC e 1 eleita pelo Partido da Renovação Social, PRS.

Na tabela abaixo, constam todas as eleições parlamentares que já ocorreram na Guiné-Bissau, desde o início do exercício da função da Assembleia Nacional Popular (ANP), até a data presente. Também constam todos os números das mulheres que foram eleitas em cada uma dessas eleições que foram feitas. A presença das mulheres na Assembleia Nacional Popular desde a independência está organizada da seguinte maneira:

Tabela 2: Número de deputadas e deputados conforme o período da legislatura

Legislaturas período	Anos	Mulheres	Homens
Primeira legislatura	1973-1976	10	110
Segunda legislatura	1976-1984	19	131
Terceira legislatura	1984-1989	22	128
Quarta legislatura	1989-1994	30	120
Quinta legislatura	1994-1999	9	91
Sexta legislatura	1999-2004	7	97
Sétima legislatura	2004-2008	13	87
Oitava legislatura	2008-2014	13	87
Nona legislatura	2014-2018	14	86

Fontes: *The Global Economy* (2015) e Gomes (2013)

“Diferentemente de Assembleia Nacional Popular, para missão de observação eleitoral (2014, p. 25), a Assembleia Nacional Popular, (em eleição geral que foi realizada em 16 de junho de 2014), foram eleitas 10 mulheres parlamentares, das quais, 9 delas são do Partido Africano para Independência da Guiné-Cabo Verde (PAIGC) e uma delas do Partido da Renovação Social (PRS). A representação parlamentar das mulheres, nas eleições dos anos que já passaram, foram de 20% em 1988, 11% em 2004, e de 10% em 2008”.

As mulheres tiveram sub-representação na estrutura do governo pós-golpe de 2012. Neste governo, elas contam com apenas uma ministra e três secretárias de Estado, entre o valor total de 34 membros. No órgão administrativo eleitoral, somente uma mulher ocupava uma elevada posição de secretária executiva adjunta no secretariado executivo. No cargo de administração eleitoral, uma mulher ocupa posição elevada, a nível intermédio e regional, estando as mulheres ausentes da posição de liderança, porém continuam com a maioria da presidência das mesas de votos. Para as eleições gerais de 2014, elas se saíram em elevados números, mais do que os homens.

Ainda de acordo com a Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (2014), nesta eleição geral, realizada em 13 de abril de 2014, foram eleitos novamente 102 membros para representação na Assembleia Nacional Popular, no seu todo, o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde que elegeu um pouco mais que a metade de acentos na Assembleia Nacional Popular do país, ocupando as 52 cadeiras, ou seja, mais do que a metade dos assentos, seguido pelo Partido da Renovação Social, ocupando 41 assentos. O Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde foi vencedor das eleições presidenciais, com 61.9%, elegendo como presidente da República José Mário Vaz.

“Os 102 novos membros de assembleia nacional popular serão eleitos, por um período de quatro anos. O presidente terá um mandato de cinco anos. Os “libertadores”, como o partido é também conhecido, elegeram o novo presidente e formarão o novo governo após terem obtido a maioria dos acentos na assembleia nacional (ANP) nas eleições gerais de 13 de abril de 2014.” (MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL DA UNIÃO EUROPEIA, 2014, p. 11).

Os parlamentares e os presidentes eleitos, nesta eleição geral de 2014, teriam que exercer as suas funções por quatro anos (parlamentares) e cinco anos (presidente).

Diferente das constatações da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (2014), Fatumata Djau Balde e Paulina Mendes (sem data) afirmam que o progresso da participação das mulheres na tomada de decisão foi mais elevado durante o governo monopartidarista: a representação das mulheres na Assembleia Nacional Popular saiu de 10% entre 1973-1976 para 30% entre 1989-1994. Era este o número dos que participavam na tomada de decisão na Assembleia Nacional Popular. Esta quantidade de mulheres foi verificada nos primeiros momentos em o país se tornou independente, isto é, no começo do ano de 1973, indo até o ano de 1994, data em que o país conheceu a presença de muitos partidos de oposição (multipartidarismo) ou de candidatos de diferentes partidos, concorrendo para ocupar os cargos de presidente da república, primeiro-ministro e parlamentares do país.

De acordo com Miguel de Barros e Odete Semedo (2013) e Patrícia Gomes (2009, p.71) percebeu-se que, depois da Independência, a posição das mulheres nas instituições políticas e nos espaços de tomada de decisão ficou aquém das conquistas e das lutas, o que acabou contribuindo progressivamente para a desigualdade entre os sexos nos órgãos de soberania, nas estruturas governamentais, nos espaços das representatividades e também no setor privado.

“O mais intrigante é que, quando se compara o período de vigência do regime de partido único e o da democracia, tomada em consideração a representação das mulheres nos principais órgãos de decisão, denota-se que de fato uma subrepresentação das mulheres, quando se esperava o contrário, como é o caso do parlamento [...], no qual se verifica uma grande disparidade entre a representação de homens face a mulheres e sendo ainda que na legislatura que antecede a abertura política, a representação das mulheres deputadas chegou a atingir vinte (20) por cento, mas caindo logo a seguir para nove (9) por cento e não voltando mais a esse número volvidos quase vinte anos após as primeiras eleições democráticas.” (BARROS; SEMEDO, 2013, p. 42).

Percebe-se, segundo Barros e Semedo (2013), que a participação das mulheres foi mais significativa durante o regime do partido único, enquanto no multipartidarismo, onde se podia ter mais mulheres, deu-se o contrário. Os números que representam as mulheres no parlamento guineense foi diminuindo mais durante este novo sistema adotado pelo país.

Conforme Miguel de Barros e Odete Semedo (2013), nesta eleição de 1994 foram eleitas duas mulheres para mesa de assembleia, a 1ª vice-presidente e a 2ª secretária, respectivamente, as mulheres representaram, também, membros que compõem as comissões especializadas e a comissão permanente, sendo elas mais frequentes nestas

comissões. Isto aconteceu devido a pressões feita pelas organizações femininas, em especial, o Instituto de Mulheres e Crianças (IMC) que, através do seu projeto sobre a integração da abordagem do gênero na política de boa governação, vem pressionando sobre a inserção das mulheres no campo político.

Ainda para e Miguel de Barros e Odete Semedo (2013), a sexta legislatura (1999-2004) teve menor representação das mulheres guineenses no parlamento, a subrepresentação feminina, durante esta legislatura, foi influenciada pelo conflito político-militar de 1998-1999, a fraca capacidade econômica das mulheres e a pouca presença das mulheres na lista dos partidos políticos.

Como se percebe, a menor representatividade de mulheres parlamentares guineense tem sido mais verificada na sexta legislatura, fato que, segundo os dois, teve a influência do conflito político-militar ocorrido em 1998-1999.

Para Fatumata Djau Balde e Paulina Mendes (2016), a presença do multipartidarismo trouxe consigo a queda do número de mulheres, de forma significativa, nos lugares de tomada de decisão, especificamente na Assembleia Nacional Popular. Este aparelho de Estado agora conta com número menor de 30 mulheres, como foi verificado, antes da presença do multipartidarismo, que se inicia com a primeira eleição em 1994. Do início desta data para cá, o número de representação das mulheres no parlamento tem variado, em todas as eleições parlamentares que vieram a ser realizadas, contando sempre com alguns mandatos com mais queda e outros com acréscimo. As mulheres representam 9 elementos entre 1994-1999, 7 entre 1999-2004, 13 entre 2004-2008 e 10 entre 2008-2012. Na última eleição parlamentar que começou em 2014, o parlamento elegeu 14 mulheres para a representação parlamentar.

“A plataforma de política de mulheres uma organização de mulheres, informou que tinha encetado esforço para negociações com os partidos político para mover as mulheres para posição superior nas listas fechadas. Para esta eleição, o PNUD ofereceu apoio financeiro em forma de formação e matérias de campanha para as candidatas no topo da lista legislativa.” (FATUMATA DJAU BALDE; PAULINA MENDES, 2016, p. 7)

Está sendo proporcionado o aumento das mulheres na esfera política, solicitando as suas subidas para parte superior de lista dos partidos políticos e conta com apoio, material e financeiro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Ainda afirmam as duas autoras que atualmente o novo governo tem melhorado um pouco mais em relação à participação das mulheres na tomada de parte no exercício do governo. As mulheres representadas compõem: 6 elementos dentre 31 membros que compõem a função pública. No poder judiciário, existe somente uma mulher na cadeira de juiz, entre 8 elementos; na função de desembargadora, não havia nenhuma mulher. Num total de 33 juízes do direito, 10 são as mulheres, dos 29 juízes dos setores, apenas 2 são mulheres; dos 11 procuradores gerais da república, há somente 1 mulher; dos 7 promotores gerais de adjunto, há 2 mulheres; dos 62 delegados de procuradores gerais da república, apenas 9 são mulheres.

A nível das estruturas descentralizadas, constata-se que, dos 8 governadores regionais, existe apenas uma mulher; dos 38 administradores de setor, 5 são mulheres. A nível da função pública, está emparedado um total de 12.450 funcionários e, dentro deste total dos empregados, as mulheres representam 3.853 efetivos contra 8.597 de efetivos masculinos.

As duas autoras acima consideram que a presença de mulheres tem aumentado na atualidade, não é o que os números de cima parecem mostrar, porque, na verdade, o que acontece é que elas nem chegam a ocupar metade da função pública. No outro órgão de governo, não passam de dois a três membros, o que não podemos negar é que as mulheres se fazem presentes no espaço de tomada de decisão da Guiné-Bissau, desde que este aparelho começou o seu funcionamento e ainda estão presentes na Assembleia Nacional Popular Guineense (ANP). Trabalham junto dos homens para o desenvolvimento do país, mas a sua presença nesta organização foi muito mais representada durante o monopartidarismo, com o número de 30 mulheres, enquanto que, durante o multipartidarismo, o país regrediu muito em termos de participação de mulheres na tomada de decisão, quando chegou a ter 7 mulheres deputadas na Assembleia Nacional Popular.

“Dois dados são particularmente relevantes: o primeiro é que na IV legislatura (1989-1994) a percentagem de mulheres alcançou o mais alto número desde a independência (30 mulheres em 120 deputados, equivalente a 20%). Enquanto que na VI legislatura (1999-2004), a presença feminina no parlamento conheceu o seu mínimo histórico (7 mulheres em 102 deputados, a 7,8%).” (GOMES, 2013).

Ainda afirma autora que a participação das mulheres foi mais significativa durante o monopartidarismo porque, na altura, as escolhas dos deputados estavam sob a

responsabilidade dos conselheiros regionais. Eleitos em assembleia nacional popular, isso fazia com que as escolhas das mulheres fossem mais ponderadas, pois, na altura, o sistema eleitoral favorecia a escolha das mulheres com a perspectiva de garantir a sua participação neste importante órgão de soberania.

Enquanto que o multipartidarismo está caracterizado por uma competição entre várias listas eleitorais ou candidatos, a luta dos partidos políticos no multipartidarismo está voltada à procura de ter mais eleitorados ou tentando ter mais popularidade, em vários círculos eleitorais, mudando, então, da estratégia de inclusão dos membros para representar as cadeiras no parlamento. Neste novo cenário político, os partidos traçam as suas estratégias baseando-se na possibilidade de convencimento do eleitorado, apresentando uma figura influente e respeitada, em que se possa confiar. Neste sentido, as mulheres ficaram penalizadas porque não obtiveram os meios materiais e financeiros suficiente que lhes permitissem competir com outros candidatos com capacidade financeira mais alta.

Mesmo sendo representadas em número menores, isso não lhes impede de fazer parte das decisões importantes, elas são dirigentes de algumas comissões especializadas criadas pela ANP como meio para garantir um bom funcionamento do país e seu desenvolvimento, tal como, em seguida, veremos no último subtítulo que trata do perfil das deputadas guineenses.

5.2. Papel das deputadas guineenses na ANP e no desenvolvimento da nação

Neste subcapítulo, trataremos dos perfis das deputadas guineense, abordando as suas funções e quais são os seus empenhos para desenvolvimento e diálogo do gênero no país e como elas estão trabalhando para que aconteçam estas mudanças. Mas, como elas são pouco numerosas, vamos trabalhar com alguns parlamentares, tocando um pouco sobre as outras. Começamos a nossa exposição com a abordagem das deputadas e as funções que desempenham na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau.

Para Filomeno Sambú (2016), a rede de mulheres parlamentares, da qual as duas deputadas acima referidas fazem parte, junto com as de organizações femininas, fizeram o pedido para a demissão do Ministro Carlos Alberto Kenedy de Barros do cargo do ministro da mulheres, família e solidariedade, por ter sido um homem violento, as posições da Rede das Mulheres Parlamentares e de organizações femininas tornaram-se

públicas, através do porta-voz Aissatu Camará Indjai (a presidente da Rede Nacional de Luta contra a Violência no Gênero e na Criança), endereçado pelas duas organizações, em conferência de imprensa conjunta. A organização feminina e a rede parlamentar não querem que Carlos Alberto Kenedy seja o ministro das mulheres, família e solidariedade, porque não confiam nele, não por ser um homem dirigindo a instituição da mulher e família, mas porque é o lugar do Estado destinado a promover o direito da mulher e da justiça. Uma vez que ele foi violento com a sua própria mulher e tem também antecedentes de violência quanto ao direito de mulheres, não pode representá-las.

A porta-voz Aissatu fez a pergunta sobre a subrepresentação feminina, no atual governo de Úmaro Sissoco e, ainda, reclama pela representação e pela oportunidade para as mulheres se integrarem em maior número neste governo, pois neste governo, composto por 37 membros, apenas 5 mulheres entraram para novo executivo. Todas elas exercem cargos de Secretárias de Estado. Para ela, a fraca representatividade das mulheres no governo de Úmaro Sissoco pode ser mais um motivo para retrocesso no processo de promoção da igualdade de gênero, do reforço da liderança e da representação política das mulheres guineenses.

De acordo com relatório da terceira conferência da Rede de Mulheres Parlamentares da CPLP (2009-2010), realizada em São Tomé e Príncipe, que aprovou o plano de ação da rede para o período de 2009-2010, a Rede de Mulheres Parlamentares da Guiné-Bissau realizou o encontro com mulheres e homens de uma região do sul da Guiné-Bissau, onde se deu um debate sobre a violência.

“Em relação ao papel das mulheres parlamentares na eliminação da violência contra gênero e contra a criança, a rede de mulheres parlamentares da Guiné-Bissau tinha como objetivo constituir a aplicação de atos normativos que visassem a eliminação da violência no gênero e na criança. Para o efeito, participaram na aprovação da lei da saúde reprodutiva (na generalidade), estando a preparar os projetos-leis da mutilação genital feminina (MGF) e sobre a violência na mulher e criança, que estão em fase de compilação com a revisão do código penal, para a sua harmonização com as convenções internacionais.”(RELATORIO ANUAL DE REDE DAS MULHERES PARLAMENTARES DE CPL, 2010, p. 7-8).

Por outro lado, a Rede de Mulheres Parlamentares da Guiné-Bissau participou do ateliê do dia 30 de janeiro, data da comemoração do dia das mulheres da Guiné-Bissau. O lema deste atelier é sobre a mulher guineense na consolidação da paz e reflexão. Neste evento, foram abordadas a implementação da resolução número 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que tem como finalidade a integração da perspectiva do

gênero, na consolidação e manutenção da paz, bem como para resolução de conflitos, acesso de mulheres em todos os espaços de tomadas de decisão. Ainda sobre este respeito, foi produzida a declaração de Bissau.

Como está abordado nesta citação acima, as mulheres parlamentares estão empenhadas na luta pela criação do mecanismo que possa impedir a prática das violências contra mulheres e crianças, através de lei que visa ao impedimento desta prática.

Segundo Patrícia Godinho Gomes (2013), as mulheres parlamentares conseguiram a aprovação de lei contra algumas práticas tradicionais que possam pôr em risco a vida das mulheres, diz autora que:

“A nível parlamentar muitas lutar foram ganhas pelas mulheres, nomeadamente a aprovação da lei da saúde reprodutiva, do planeamento familiar e da lei contra mutilação genital feminina (MGF) em 2011, apesar das dificuldades na sua implementação e execução. A nível Regional e Internacional, a Guiné-Bissau precisa multiplicar os próprios esforços para participar de forma mais ativa e continua nos fóruns mundiais e grupos de trabalho sobre a questão de gênero.”

De acordo com Gomes, se a Guiné-Bissau multiplicar os esforços na participação ativa, nos fóruns mundiais e nos grupos que trabalham sobre a questão de gênero, ajudaria muito as organizações e instituições locais aceitar os mecanismos de financiamento e, por outro lado, trabalhar em redes e trocar a experiência. Também falta, para resolver os problemas da violência sexual, econômicos e domésticos, mas para acabar com essas violências é necessário criar mecanismos legais que possam servir de meio para denunciar e julgar esses tipos de crimes, contando com a luta unida das próprias mulheres para acabar com estes acontecimentos.

Para Homem João Fernandes (2015), as comissões especializadas permanentes da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau são entidades que realizam os trabalhos especializados, em razão de matéria e que têm, como função, de preparar as questões e submetê-las à apreciação do plenário. A Assembleia Nacional Popular (ANP) criou as comissões especializadas que se responsabilizam por muitas atividades específicas, nestas comissões estão presentes as deputadas que fazem parte da bancada do PAIGC. As deputadas fazem parte das comissões especializadas destinadas a desempenhar as funções relacionadas ao bem-estar do país, estas têm que dirigir as suas comissões de forma racional para poder alcançar os objetivos traçados pelo parlamento.

As parlamentares que fazem parte atualmente das comissões especializadas da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, como Mai Cissé, membro integrante da Comissão Especializada Permanente para Mulher e Criança, Isabel Manuel Cassimo Gomes, membro integrante da Comissão Especializada Permanente para Ética Parlamentar, Sali Cassamá membro da Comissão Especializada Permanente para Assuntos Jurídicos, Constitucionais, Direito do Homem e Administração Pública, Maria Aurora Abissa Sanó Sanhá membro integrante da Comissão Especializada Permanente para Saúde, Assuntos sociais, Educação, Cultura, Desporto, e comunicação social, todas elas, deputadas, são do Partido Africano para a Independência da Guiné-Cabo Verde (PAIGC) e todas elas trabalham para poder melhorar o desenvolvimento do país e garantir um bom funcionamento do Estado e da Assembleia Nacional Popular.

Por outro lado, começamos a analisar as funções desempenhadas pela deputada Dan Iala, uma das seleccionadas para o nosso estudo. Segundo jornal digital (2014), ela, membro do Partido Africano para Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), desempenha a função de segunda secretária da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau e é líder de bancada parlamentar do seu partido.

Figura 1: Deputada Dan Iala Baranção



Fonte: ANP

Segundo Pate Cabral Djop (2015), a deputada Dan Iala foi presidente da comissão organizadora da 67ª sessão do comitê da União Parlamentar Africana, que ocorreu no dia

2 e 3 de dezembro de 2015, realizada pela (UPA) União Parlamentar dos Estados Africanos, fundada dia 13 de fevereiro de 1976 em Abidjan, Costa de Marfim, com a sua sede situada no mesmo local. Ela se empenha em desenvolver as suas funções e trabalhar para o bem-estar do país, tendo sido também a presidente da comissão organizadora de 38ª conferência dos presidentes de Assembleias Nacionais Parlamentares da União Parlamentar Africana (PAPNUPA) que foi realizada, em seguida, do dia 05 a 6 do mesmo mês do dezembro. O propósito da realização deste evento é reforçar a imagem do país e consolidar a presença do Estado Guineense, de forma positiva, nos principais fóruns políticos internacionais, assim como contribuir para o fortalecimento do parlamentarismo como forma de prevenção dos conflitos e da promoção de paz e estabilidade nacionais.

Conforme a autora, o evento foi organizado em duas seções para melhor debater o assunto proposto pela comissão organizadora, como se percebe aqui neste trecho abaixo:

“Nestes eventos no qual ela foi presidente da comissão organizadora, o debate foi dividido em dois grupos, aqueles que debatem a questão de promoção da democracia e do estado de direito como via útil para assegurar a paz e o desenvolvimento nos países africanos e o segundo grupo discutiu sobre os países africanos face aos efeitos das alterações climáticas: medidas a tomar e o papel dos parlamentares africanos”. (DJOP, 2015).

Ainda afirma o autor que o evento contou com participação de cerca de 200 participantes e 40 presidentes das Assembleias Nacionais. O comitê das mulheres parlamentares da União Parlamentar Africana debateram sobre ações que permitam o combate eficaz da violência contra as mulheres e as crianças.

Esta citação acima é um exemplo de que as mulheres parlamentares guineenses, mesmo sendo poucas em número, participam das tomadas de decisões importantes que estão voltadas ao bem-estar do país e do continente africano.

Segundo Pate Cabral Djop (2015), a iniciativa da criação desta instituição tem como propósito a união parlamentar, isto é, unir todas as instituições parlamentares de Estado da África, estabelecer contato entre parlamentos africanos e o mundo e contribuir para o fortalecimento das instituições parlamentares na África, promover a democracia para alcançar o objetivo da união africana e de estabelecer uma paz sólida e duradoura no continente.

Isso é o que conseguimos sobre a deputada Dan Iala, nesta pequena informação recolhida na base dos documentos, percebemos que ela trabalha em prol do desenvolvimento e do bem-estar da sociedade, não somente da sociedade da Guiné-Bissau, mas de outros países de África, já que faz parte de uma instituição que engloba a maioria dos parlamentos da África.

Por outro lado, começamos análise do perfil de Adja Satú Camará, que é também uma das deputadas que já exerceu outras funções, em diferentes áreas, em alguns governos que passou na Guiné-Bissau, inclusive, no mandato do ex-presidente Malam Bacai Sanhá. O artigo publicado pelo Blog Progresso Nacional (2016) nos traz a história da origem da Adja (Haja) Satú Camará. Segundo o citado artigo, a família de Satu Camará veio de Mali e habitou na aldeia dos avós do ex-presidente falecido, Malam Bacai Sanhá e parou de se chamar Candarahe, passando a se chamar Camará. A mudança da sua família de Mali para Guiné-Bissau aconteceu antes da luta da libertação nacional, que ocorreu no ano de 1973. Depois desta mudança, Adja Satú Camará nasceu (no dia 28 de setembro em 1948, na seção de Tungam na região de Quinara, no sul da Guiné-Bissau), de acordo com intelectuais de Balantas na diáspora (IBAD, 2013).

Figura 2: Deputada Adja Satú Camará



Fonte: google.com.br

Ainda de acordo com Blog Progresso Nacional (2016), Satú Camará, foi esposa de Pinto, um homem de mérito e combatente reconhecido. O casamento de Satú era

rejeitado pela família. E tornou-se grande líder, representante influente no Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde, (PAIGC), ação que contou com o apoio de João Bernardo Vieira, tornando-se desde então militante confiante do partido, exercendo diversas atividades no seu partido, sendo até candidata para cargo de deputada da nação e candidata à liderança do PAIGG, tendo sido eleita repetidas vezes como deputada na Assembleia Nacional popular (ANP). Dentro desta instituição de tomada de decisão, ela representa uma posição muito importante.

Percebe-se, através das abordagens acima que, os pais da deputada Adja Satú Camará Pinto, vieram de Mali, imigrara para Guiné-Bissau, um tempo antes da luta de libertação neste país. A família dela foi acolhida pela família do falecido ex-presidente da República, Malam Bacai Sanhá e passou a se apelidar por Camará, foi neste lugar que nasceu Adja Satu Camará Pinto. Depois, ela se casou com um combatente de mérito no país, o que fez com que ela fosse promovida no PAIGC por João Bernardo Vieira e eleita, algumas vezes, deputada da Assembleia Nacional Popular.

Segundo intelectuais de Balantas na diáspora (IBAD, 2013), Satú Camará é um militante e membro de comitê central e do *bureau* político do PAIC. Foi chefe da guarda presidencial, durante o mandato do Malam Bacai Sanhá, chegou a lançar a sua candidatura na região de Gabu para o 8.º congresso ordinário do partido, o ato contou com a presença de quatro centenas de quadros, militantes e simpatizantes do PAIGC. Centenas de membros do partido, também estava presente a esposa do ex-presidente da república em exercício na altura, Malam Bacai Sanha e também foi convidado, na ocasião, o embaixador de Guiné Conakry, o companheiro da ex-combatente Satú Camará, da luta pela a independência nacional, que foi a convidada especial.

Segundo o IBAD (2013), Satú escolheu a região de Gabu para o lançamento da sua candidatura por ter sido uma região onde foi proclamada a independência nacional, em 1973, o lançamento desta candidatura visa o bem-estar da massa camponesa que se encontra na altura com diversos problemas de segurança alimentar. Um dos objetivos de parte desta candidatura é a motivação pela paz, a estabilidade e a unidade nacional.

Como vem sendo notado neste relato, Adja Satú Camará é uma pessoa muito importante, chegou a exercer alguns cargos em governos passados e no presente governo. Satú Camará é uma pessoa muito influente dentro do seu partido, o PAIGC e em outras

áreas, chegou a exercer cargo de chefe da casa presidencial, no mandato do ex-presidente falecido Malam Bacai Sanhá, e chegou a se candidatar para 8.º congresso ordinário do seu partido.

Para Homem João Fernandes (2015), Satú Camará, assim como a sua colega de trabalho, a deputada Dan Iala, participaram da 10ª conferência da União Parlamentar dos Estados-membros da Organização de Cooperação Islâmica, realizada nos dias 21-22 de 2015, em Istambul, na Turquia, pela assembleia nacional daquele país. O tema do debate era o estabelecimento da paz global, justiça, estabilidade e segurança, sendo ela a primeira mulher candidata à liderança do PAIGC.

De acordo com António Aly Silva (2010), Satú Camará foi eleita, em 2010, ministra do interior em Guiné-Bissau. No dia 18 de fevereiro de 2010, foi eleita pelo 8.º congresso ordinário para exercício da função de 2ª vice-presidente do *bureau* político eleito.

No dia 27 de maio de 2016, Satú foi eleita em Abidjan como vice-presidente das mulheres parlamentares da comunidade econômica de Estados da África ocidental, durante uma assembleia geral, realizada à margem da primeira sessão ordinária do parlamento da CEDEAO, convocada para avaliar o Estado da comunidade e analisar os relatórios da comissão nacional de cada Estado-membro sobre o processo da integração da CEDEAO. A organização das mulheres parlamentares da comunidade econômica dos Estados África de Oeste foi criada na quarta legislatura do parlamento da CEDEAO. (DJOPE, 2016).

Segundo os autores acima citados, Adja Satú Camará atua em diferentes ramos nas instituições públicas da Guiné-Bissau. Em 2010, exerceu o cargo de Ministra de Negócios Estrangeiros. Recentemente, ela foi eleita vice-presidente de Mulheres Parlamentares da Comunidade de Estados da África ocidental e atualmente é deputada da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau.

Durante a análise feita sobre a vida de algumas deputadas, focando mais nas duas delas, Adja Satú Câmara Pinto e Dan Iala Baranção, podemos perceber que elas sempre estão presentes nos trabalhos voltados para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, debatendo sobre a desigualdade política do país. Ambas ocuparam posições muito importantes, antes de exercerem o cargo de deputada da nação, tal é o caso da deputada

Aja Satú Camará, que chegou a ser Ministra dos Negócios Estrangeiros, além de ocupar muitas outras funções, como a de segunda vice-presidente das Mulheres Parlamentares da CEDEAO.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos diálogos que tivemos no primeiro capítulo, foram abordados os conceitos de política, administração, poder, democracia, forma de governo presidencial, semipresidencial e parlamentar, a república, e o Estado-nação. Estes são os elementos que dão suporte à nossa pesquisa. Chegamos à conclusão de que a política é a forma pela qual a sociedade, as instituições sociais, conseguem manter a ordem social entre os indivíduos. Ela é usada de diversas formas, desde a antiguidade até a data presente. A administração é a forma que os membros desta sociedade têm de organizar todas as suas atividades em etapas para possibilitar a eficiência e eficácia das mesmas; a administração é usada cotidianamente tanto pela sociedade como pelo Estado para garantir o bom desenvolvimento do país. Em muitos momentos, o poder aparece como ato de uma pessoa para conseguir impor a sua própria vontade a outra pessoa ou grupos de pessoas, fazendo com que elas acatem essa sua vontade. O poder é dinâmico, pode ser exercido de diferentes maneiras por diferentes tipos de indivíduos, sem se importar com a posição ocupada. Mas o poder superior sempre vem do Estado que é uma entidade que está acima de todos grupos de uma sociedade.

A democracia é o governo aprovado pela vontade do povo, elegendo os seus representantes para mandato determinado. No governo democrático, os representantes eleitos têm a obrigação de prestar contas ao povo ou à justiça, depois que terminarem seus mandatos. Em ambos, os governos são eleitos para mandato determinado, diferentemente da monarquia absoluta, mas as três formas de governos divergem na forma de funcionamento: enquanto no governo em mandato, no presidencialismo, o presidente nomeia os elementos do gabinete e estes são responsáveis pela elaboração da lei, no parlamentarismo, o governo é eleito diretamente pela população; no semipresidencialismo, o primeiro-ministro e o gabinete são responsáveis pela legislatura do Estado e pela elaboração das leis. O governo no sistema parlamentar cabe ao chefe de Estado, que é eleito diretamente pelo voto popular.

Todas as três formas de governos democráticos foram abordadas pelos autores com os quais nós dialogamos. Podemos dizer que todas elas representam um tipo de governo que propicia o bem-estar da comunidade em que está sendo aplicado, um tipo de governo em que todos possam expressar o seu desejo e participar do destino do país

através das eleições, que lhes permitem escolher os representantes. Mas acontece que estes governos apesar de serem aqueles decididos pelo povo, encerram muitas coisas que são decididas sobre este povo sem o seu consentimento.

A república é o governo do povo, a forma de governo que visa o bem-estar, como também se refere a diversas coisas, inclusive ao governo dos modernos, à coisa pública, que deve ser gerida para o bem comum. E o Estado-nação é uma comunidade, refere-se a um país com a sua organização social estruturada, seus territórios delimitados com um presidente da república e todo corpo administrativo que trabalha em conjunto para a defesa desse território e garantia da segurança interna e externa do seu cidadão.

Com base nas análises do assunto através dos autores que abordaram o estudo da mulher e o estudo de gênero, concluímos que a construção social feita sobre o ser homem e ser mulher contribuiu muito para a divisão social do trabalho entre homens e mulheres. Esta prática atingiu todos os espaços da vida dos indivíduos, começando pela convivência familiar, em que a mulher tem seu espaço limitado à procriação, ao cuidado do lar e à economia doméstica, entre outras atividades. Apesar de terem ocupado o espaço público e estarem no poder, isso não altera algumas posições em que estão colocadas as mulheres nas instituições, pois estão limitadas a exercer trabalhos muitas vezes considerados ideais para mulheres e além disso ocupam posição hierárquica inferior nas instituições privadas e estatais.

Durante a longa discussão que tivemos no terceiro capítulo, com algumas teorias sobre a questão do gênero no parlamento e a desigualdade e equidade de gênero na política, chegamos à conclusão de que durante a implementação da quota de 30% quanto à cadeira parlamentar a ser ocupada pelas mulheres, esta percentagem veio aumentando nos parlamentos de alguns países. Ruanda é um dos países em que as suas parlamentares atingiram 63%, um valor maior que a metade dos parlamentares e, em alguns casos, a desigualdade ainda é muito visível, como por exemplo no Iêmen, onde não há mulheres no parlamento. As mulheres são pessoas que ocupam menos espaço político, apesar de estarem presentes neste espaço e ainda se configuram como pessoas que recebem tratamentos desiguais em relação aos homens e ocupam posições que não lhes possibilitam ter acesso à posição do poder.

Em vista dos argumentos apresentados no quarto capítulo, abordando a república da Guiné-Bissau e a questão de gênero na Guiné-Bissau, somos levados a considerar que a Guiné-Bissau é um país situado na costa ocidental da África, ocupado por diversos grupos étnicos, com costumes, línguas e tradições diferentes. O modo como esta sociedade se relaciona hoje, especialmente aqueles residentes na cidade de Bissau, teve a influência da colonização, que em sua época orientava o comportamento dos cidadãos, de acordo com o sistema português, isto é, na forma de relacionamento no espaço público e privado e na divisão do trabalho entre homens e mulheres. A mulher guineense, chegou à esfera política através da luta armada contra a colonização portuguesa. Depois deste grande acontecimento, algumas destas combatentes caíram no esquecimento e outras não. Atualmente conta-se com algumas organizações, que têm como visão a promoção das mulheres em diversos campos, tanto públicos como privados.

Pela observação dos aspectos analisados no quinto capítulo, onde são abordadas as eleições legislativas, as mulheres eleitas e o papel da deputada na Assembleia Nacional Popular frente ao desenvolvimento da nação, chegamos à conclusão de que, em todas as eleições parlamentares realizadas na Guiné-Bissau, desde que o país se tornou independente até a data presente, as mulheres sempre foram eleitas como deputadas da nação, mas que em cada uma das legislaturas, o número de deputadas foi variando. Foi então a legislatura do ano 1990-1994, durante o partido único que tinha 30 deputadas, a melhor das todas em termos de quantidade de mulheres eleitas. As deputadas trabalham em conjunto e individualmente para contribuir no desenvolvimento da Guiné-Bissau, algumas delas ocupam funções importantes, apesar de não estarem muito representadas neste espaço, mas outras fazem parte de comissões especializadas para a realização de projetos relativos a assuntos de mulheres e crianças e assuntos jurídicos. Adja Satú Camará Pinto foi Ministra dos Negócios Estrangeiros em 2010 e também ocupa muitas outras funções, tais como a de segunda vice-presidente das Mulheres Parlamentares da CEDEAO, enquanto que Dan Iala ocupa a segunda secretaria da Assembleia Nacional Popular guineense e é membro da comissão especializada da Assembleia Nacional Popular.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICA

- ADESINA Jimi. Práticas da sociologia Africana: **Lições de endogeneidade e gênero na academia** IN: Teresa Cruz e Silva. João Paulo Jorge Coelho e Amélia Neves de Souto (org.): como fazer ciências sociais e humanas em África: questões Epistemológicas metodológicas, teóricas (texto de colóquio em homenagem a Aquino de Bragança), Dakar: CODESRI 2012. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/sursur/20131028053663/comoFazer.pdf>. Acesso em set.de 2016.
- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Michel Foucault e a teoria do poder**, José Augusto Guilhon-Albuquerque Tempo social. rev. Sociol. USP, S Paulo, 7 (1-2): 105-110, outubro de 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts07-02-0105.pdf>. Acesso em 25 de out de 2016.
- AMANTINO, Antônio Kurtz. **Democracia**: a concepção de Schumpeter Teor. Evid. Fundo, v, 5, 10, p.127-140, maio 1998. Disponível em <http://seer.upf.br/index.php/.rtee/aticle/viewfile/4780/3213>. Acesso em 13 de out.de 2016.
- ARENDDT, Hannah. **Was is politik? (O que é a política)**. 3ª ed. Rio de Janeiro, tradução Guarany Reinaldo, editora Úrsula Ludz, 2002. 240 p.
- BADUCARAN, D. A. da Silva. **Urbanização na Guiné-Bissau morfologia e estrutura urbana da sua capita** 2010. Disponível em: <http://urbanismoportugal.net/files/Dissertacoes/baducaran-silva.pdf> acessado em 25 de julho de 2016.
- BARROS, Miguel; SEMEDO, Odete. Participação das mulheres na Guiné-Bissau na política e na tomada de decisão, da consciência, percepção à prática política: **Participação das mulheres Guineense e acesso ao poder de decisão na Guiné-Bissau** 2013. Edições: UNIOBIS, deposito legal:1ª edição outubro de 2013. Disponível em:http://www.undp.org/content/dam/guinea_bissau/docs/femmes/UNDP_GWparticipation_politique_femmes.pdf. Acesso em 24 de jan. de 2015.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade; para uma teoria geral da política**. 1ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
- BORDENAVE Juan E. Diaz (1983) **o que é a participação** 1983.
- CHAVINATO, Idalberto. **Introdução a teoria geral da administração** 7ª edição. Rio de janeiro: Elsevier, 2003 -6ª reimpressão.
- COLLOR, Fernando. **Frente parlamentar o parlamento em dez questão** Brasília 2007.Disponível em:<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id243029/04245.pdf?sequence=7>. Acesso em 17 de jan. de 2016.
- DEMIRDJIAN, Liliana A.; GONZÁLES, Sabrina T. **República entre o antigo e o moderno** 2006, publicado editor CLACSO/DCP-FFLCH-USP, Departamento de ciência políticas, faculdade de filosofia letras e ciências humanas, USP. Disponível

em http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100603083045/14_gonzalez.pdf. Acesso em 13 de mai. de 2015.

FERREIRA, Solange dos Santo de Alcântara. **Mulheres e a política: entre lar e parlamento**. Curitiba: Universidade Federal de Paraná, 2012, 39 f. [TCC de Especialização em Sociologia Política].

FERREIRA, Aurora da Fonseca. A contribuição da mulher na formação do saber e do conhecimento. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante. **A mulher em África: Vozes de uma margem sempre presente**. Lisboa: Colibri, 2007, p. 51-68.

GOMES, Patrícia Godinho. “As outras vozes”: Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. 2016. Disponível em <http://periodicos.uesb.br/index.php/odeere/article/viewFile/5722/5524>. Acesso em 25 de agost. De 2016.

_____. Estado da arte na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar 2015. Disponível em: http://www.outros tempos.br/OJS/index.outros_uema/article/view/458. Acesso em 20 de set. de 2016.

HADDAD, Thatiana Guarnieri. Os direitos das mulheres no contexto internacional da criação da ONU (1945). À conferência do Beijing. **Revista eletrônica da faculdade metodista granbery** <http://re.granbery.edu.br-ISSN1980377> curso de direito-n8, JAN/JUN 2010. Disponível em: <http://re.granbery.edu.artigos/MzUx.pdf>. Acesso em 20 de jan. de 2016.

HEILBORN M. L; SORJ, Bila. **Estudos de gênero no Brasil 1975-1995**. São Paulo: Editora Sumaré, 1999. p. 1-28. Disponível em: http://www.clam.org.br/biblioteca/digital/uploads/publicações/10_2_653_estudodeGeneronoBrasil.pdf. Acesso em 15 de jan.de 2016.

HEILBORN, Maria Luiza. **Gênero: uma breve introdução** In: IBAM (org.). Gênero e desenvolvimento institucional em ONGs. Rio de Janeiro: IBAM/ENSUR/NMPP,1995.

MAINWARING, Scott; SHUGART, Matthew. LIZ, Julia. **Presidencialismo e democracia: uma avaliação crítica**. Tradução do inglês Otacílio Nunes novembro 1993. Disponível em: http://novoestudos.org.br/files/uploads/contentes/71/2008625_juan_linz_p_residencialismo.pdf. Acesso em 15 de jan. de 2015.

MIRANDA, Luiz Fernando Vasconcelos. **Definindo regimes**. Trabalho apresentado no VI seminário do Pós-graduação em Ciências política, universidade federal de Niterói, 2012 disponível em <http://s3amazonaws.com/academia.edu.documents.23904863/definindoRegimes> acesso em 28 de set. de 2016.

MACEDO, Eunice; COSTA, Valdecira (Org). **Por outras formas de ser e estar: mulheres participação e tomada de decisão** Lisboa: Edição Colibri, 2007. In: MATA, Inocência; CAVALCANTE, Laura Padilha. **A Mulher em África Voz de uma margem sempre presente**. Lisboa: Edição Colibri, 2007, p. 21-34.

MATA, Inocência; CAVALCANTE, Laura Padilha. **A Mulher em África Voz de uma margem sempre presente**. Lisboa: Edição Colibri, 2007.

MENDES, Fernando Passaes, Da Silva Ribeiro Ivani et al. **Poder de Estado, Forma de Estado e Forma de Governo** 2013. Disponível em: <http://docplayer.com.br/2320493poderes-do-estado-formas-de-estado-e-formas-de-governo.html>. Acesso em 12 de mai. de 2015.

PEREIRA, Bresser Carlos Luz. **Modelo de estado desenvolvimentista**. São Paulo: school of economics 2016. p.1-25. Disponível em <http://besserpereira.org.br/txttoDiscuss%c3%a3o/350-modelos-Estado-desenvovimentista-TD412.pdf>. Acesso em 22 de jan. de 2016.

PIMENTAL, Lucinda Gomes **evolução histórica da administração**, publicado no informativo mensal do CRA\CE, CRA em Ação, ano 1 número 07 agosto/setembro de 2005. Disponível em: http://www.taculdadesenacep.edu.br/encontro-deensinopesquisa/2011/IV/anais/comunicacao/009_2010_ap_oral.pdf. Acesso em 03 de Jan de 2016.

PINTO, Paula. **Tradição e modernidade na Guiné-Bissau: uma perspectiva interpretativa do subdesenvolvimento**. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23213/2/tesemestpaulopinto000093779.pgf> acessado em 12 de fev. de 2015

RAMIRES, Leonor Pinto. **Pensamento político de Cícero em *De Re Publica e a sua ligação com De officiis*** 2011. p.2-5. [Universidade Católica portuguesa Faculdade De ciências humanas Licenciatura Em Sociologia, Variante De Ciência Política Tutoria, Tradição Dos Grandes Livros]. Disponível em: <http://duckfeet.planetaclix.pt/2semestre/pdf/Ciceropdf>.

WEBER, Max. *Economia e sociedade, fundamento da sociologia compreensiva sociológico*. Volume 2. 4ª ed. Editora: universidade de Brasília UNB, 2012.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

SILVA, António Aly. *Ministra de interior desmente tudo*. Disponível em: http://ditaduradoconcenso,blogspot.com.br/2010_10_01_arhive.html publicado as 10:58. Acesso em 15 de fev. de 2015.

BALDE, Fatumata Ba, BAIIO, Abdulai. *Relatório Nacional Da Guiné-Bissau- UNTGCS*. Disponível em: actra-cursesitcilo.org/a1-05076-part...\coutry...\gunineabissau/at...\file. Acesso em 15 de março de 2016.

BALDÉ, Fatuma Djau, MENDES, Paulina. *Relatório nacional sobre a aplicação /implementação da declaração e do plano de ação de Beijing (1995)*. Disponível em: http://www.inica.org/sites/default/files/uploadeddocuments/beijing20/nacionalreview_s/guinea_bissau_beijing_report_0.pdf acesso em 15 de dez.de 2016.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 1996.

DJOP, Pate Cabral. <<CEDAO>> Adja Satú Câmara (Curu Subi Riba) eleita segunda vice-presidente das mulheres parlamentares 2016. Disponível em: <http://conosaba.blogspot.com.br/2016/05/cdeao-adja-satu-camara-curu-subi-riba.html>. Acesso em 20 de nov. de 2016.

HOMEM, João Fernandes. 2015. Composição da Comissão Especializada Permanente. Disponível em: <http://www.anpguineebissau.org/intituicionais/composicao-dascomissoes-especializadas-permanentes>. Acesso em 15 de jan. de 2015.

GOMES, Patrícia Godinho. Na senda da luta pela paz e igualdade. O contributo das mulheres guineenses. A UDEMU: em busca de uma organização política feminina. Que perspectiva para mulheres guineenses?. Mukanda 8 de março 2013 guiné-bissau, mulher, mulher africana. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/mukanda/na-senda-daluta-pela-paz-e-igualdade-o-contributodasmulheres-guineenses>. Acesso em 20 de set. de 2016.

JORNAL DIGITAL NOTÍCIA EM TEMPO REAL. Guiné-Bissau: Cipriano Cassama eleito Presidente da ANP 2014-06-18 as 15:39:31 disponível em: <http://jornaldigital.net/noticias.php?noticia=43161>. Acesso em 18 de dez. de 2015. RELATÓRIO: Rede de mulheres de assembleia parlamentares da CPLP, 2009-2010. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/IIAPCPLP/RelatorioRMP.pdf>. Acesso em: agost. de 2016.

LAS MUJERES EN EL PARLAMENTO em 2015 perspectiva anual. (Mulheres no Parlamento2015 perspectiva anual) 2015. Disponível em: <http://www.ipu.org/pdf/publications/WIP2015-sp.pdf>. Acesso em 26 de fev. de 2015.

MARTINS, Luiz Vaz et al. (Red.). Relatório sobre a Situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau 2010-2012. Disponível em: <http://www.gbissau.com/wpcontent/uploads/2013/02/Relatorio-sobre-a-situa%C3%A7ao-dos-direitos-humanos2012-VF.pdf>. Acesso em 25 de mar. de 2016.

MÉSZÁROS, István. A disputa pelo Estado. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/22/meszaros-a-disputa-pelo-estado/>. Acesso em 20 de nov. de 2016.

MISIÓN DE OBSERVACIÓN DE LA UNIÓN EUROPEA (MOE EU) 2005.

PLANO NACIONAL DE AÇÃO EDUCAÇÃO PARA TODOS EPT fevereiro de 2003. p.19-20). Disponível em Portal unesco.org/education/es/files/18192/10745886341PNA...PNA_Bissau.doc1. Acesso em 15 de agosto. de 2016.

PODER LEGISLATIVO BISSAU Acolhe em dezembro 38ª conferencia dos presidentes da assembleia parlamentares africanas sexta-feira, 13 de novembro de 2015 as 16:35. Disponível em: conosaba.blogspot.com.br/2015/11/poder-legislativo-bissau-acolheem.html. Acesso em 18 de dez. de 2016.

SAMBÚ, Filomeno. Organização femininas da Guiné-Bissau pedem demissão do ministro da mulher, família e solidariedade social. Publicado 16/12/2016 democrata Guiné-Bissau: edição, democrata 2016. Disponível em: <http://www.odemocratagb.com/organizações-femininas-da-guine-bissau-pedemdemissao-do-ministro-da-mulher-familia-e-solidariedade-social/>. Acesso em 14 de jan. de 2017.

SEGUNDO DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA NACIONAL DE REDUÇÃO DA POBREZA (DENARP II, 2011-2015) Bissau MPIR, 2011. Disponível em:

<https://www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2011/cr11353p.pdf>. Acesso em 12 mar. de 2015.

UNIÓN INTERPARLAMENTARIA (UIP). Las Mujeres en el parlamento: una perspectiva de 20 años (Mujeres en el parlamento: Una perspectiva de 20 anos Tradução nossa). Londres: ©REUTERS/C. Jasso, 2014. p.1-22. Disponível em: <http://www.ipu.org/pdf/polications/WIP20Y-sp.pdf>. Acesso 15 de jan. de 2015.

UNIÓN INTERPARLAMENTARIA (UIP). Las Mujeres en el parlamento: Las Mujeres en el parlamento: una perspectiva de 20 años 2014. Disponível em: <http://www.ipu.org/pdf/publications/WIP20Y-sp.pdf>. Acesso em 05 de jun. de 2016.

SITES CONSULTADOS

ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR DA GUINÉ-BISSAU. Composição das comissões especializadas.

Disponível em: <http://www.anpguinebissau.org/institucional/noticias/composicao-dascomissoes-especializadas-permanentes>.

BLOG PROGRESSO NACIONAL. História de Adja Satú Câmara 2016. Disponível em <http://progressonacional.blogspot.com.br/2016/01/exclusivo-toda-historia-de-satu-camara.html>. Acesso em 10 de Abril 2016.

UNIÓN INTERPARLAMENTARIA (UIP). Women in national parliament: world classification. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif011216.htm>. Acessado em 20 fev. 2017.

THE GLOBAL ECONOMY.com. Mulheres no parlamento mundial em 2015. Disponível em: http://pt.theglobaleconomy.com/rankings/Women_in_parliament/. Acesso em 21 de fev. de 2015.

THE GLOBAL ECONOMY: mulheres no parlamento mundial 2016. Disponível em http://pt.theglobaleconomy.com/rankings/Women_in_parliament/. Acesso em 19 de fev. de 2015.